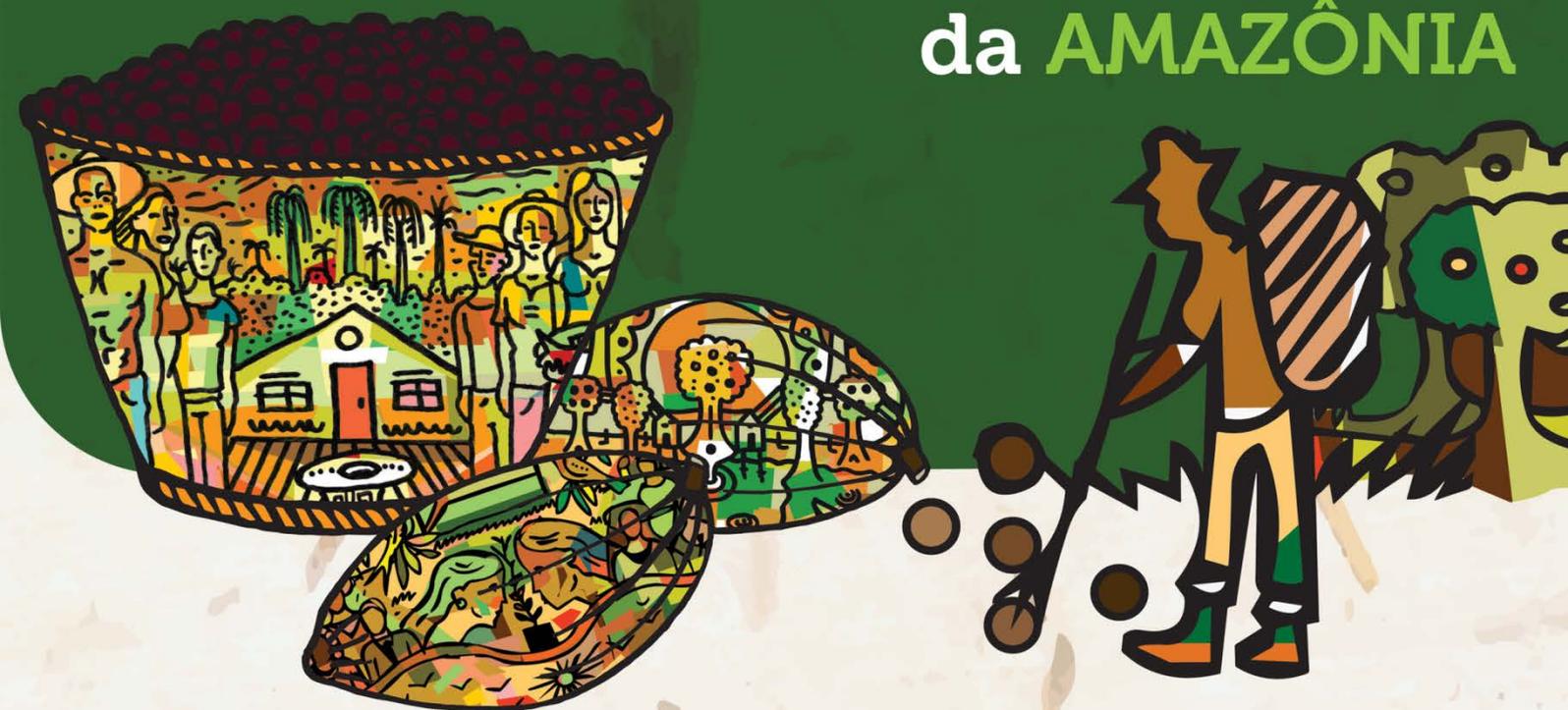


# Projeto de **FORTALECIMENTO** das **CADEIAS** de **VALOR** da **AMAZÔNIA**



## **CENÁRIOS E PROPOSIÇÕES SOBRE OS PRODUTOS MADEIREIROS, CASTANHA DO BRASIL, CACAU E AÇAÍ NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.**

Realização



Apoio



## LISTA DE SIGLAS

ACAMP	Associação Comunitária Agroextrativista de Desenvolvimento Rural do Médio Pacajá
ACIOBIO	Associação de Moradores e Trabalhadores Em Produtos da Cadeia da Sociobiodiversidade dos Médios e Baixo Rios Cajari e Muriaca
ADAFAX	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu
AEFAC	Associação da Escola Família Agroextrativista do Carvão
AEFAM	Associação da Escola Família Agroecológica do Macacuari
AGROIGARAPÉ	Associação Agroextrativista da Comunidade N. Sra. da Conceição do Igarapé Amazonas
AMAGAC	Associação dos Moradores Agroextrativistas da Gleba Alto Camarapi
APA	Área de Proteção Ambiental
ASMIPPS	Associação dos Micro e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões
ASMOSAM	Associação dos Moradores da Localidade Santa Maria
ASCDESRA	Associação de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum
ASMOGA	Associação dos Moradores da Gleba Acuti Pereira
ASSIMPEX	Associação dos Moradores do Rio Piarim para o Extrativismo
ASTEXCA	Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari
ATAA	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acuti Pereira
ATAAP	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Pacajá
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATFA	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Familiares do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu
ATEXMA	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMPPAX	Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu
CdVS	Cadeia de Valor Sustentável
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMFLOMA	Cooperativa Mista da Flona Tapajós

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



COOMSPRA	Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
COOPEFLORA	Cooperativa dos Produtores Extrativistas do Vale do Jari
COOPERCAU	Cooperativa de Reflorestamento e Bionergia da Amazônia
COOPETRAL	Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Diâmetro à Altura do Peito
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FLONA	Floresta Nacional
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FORCAV	Projeto Fortalecimento das Cadeias de Valor na Amazônia
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
FSC®	Forest Stewardship Council™
IBC	Indústria Brasileira do Cacau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IDEFLORBio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAP	Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Familiar
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



OEMAS	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAEX	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista
PGPMBio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPG7	Programa de Proteção das Florestas Tropicais
PRODECACAU	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaucultura do Pará
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
RICA	Rede Intercomunitária Almeirim em Ação
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SAF	Sistemas Agroflorestais
SDR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural
SEDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Portel
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abatecimento de São Felix do Xingu
SFB	Sistema Florestal Brasileiro
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC	Unidade de Conservação
UPA	Unidade de Produção Anual

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacao e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Visão Territorial Final do Projeto .....	17
Tabela 2 - Quantidade e perfil das organizações e pessoas participantes das atividades de campo do Projeto FORCAV .....	19
Tabela 3 - Volume de castanha do Brasil em toneladas por abrangência, total Pará e Amapá e total Vale do Jari.....	37
Tabela 4 - Valor da castanha do Brasil em Mil R\$ por abrangência, total Pará e Amapá e total Vale do Jari.....	38
Tabela 5 - Volume de açaí em toneladas por abrangência, total Pará e Amapá e municípios do Corredor do Açaí Portel – Amapá. ....	55
Tabela 6 - Participação proporcional do Amapá e Pará nas aquisições de açaí in natura e polpa pelo PAA MDS-MDA, de 2011 a 2015. ....	61
Tabela 7 - Evolução de volume (em toneladas) da produção cacaueteira (amêndoas) de 2000 a 2015 por abrangência geográfica.....	71



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Município de Almeirim em relação aos 10 municípios com maior área desmatada até 2015 no Estado do Pará .....	33
Gráfico 2 - Contribuição dos municípios de Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Mazagão no Desflorestamento do Estado do Amapá: .....	33
Gráfico 3 - Participação da Região Norte, Amapá e Pará na dinâmica do volume produzido de castanha do Brasil em território nacional de 2000 a 2015.....	36
Gráfico 4 - Proporção de participação do Vale do Jari na arrecadação do Amapá e Pará em relação à castanha do Brasil.....	39
Gráfico 5 - Número de participantes no PAA MDS-MDA, por município do Vale do Jari, de 2011 a 2015. ....	44
Gráfico 6 - Participação de Macapá, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Santana no desflorestamento do Amapá.....	51
Gráfico 7 - Portel em relação aos 10 municípios que mais desmataram no estado do Pará até 2015. ....	52
Gráfico 8 - Contribuição de Portel no desmatamento do Marajó (PA).....	52
Gráfico 9 - Participação da Região Norte, Amapá e Pará na dinâmica do volume produzido de açaí em território nacional de 2000 a 2015.....	55
Gráfico 10 - Dinâmica do volume produzido de açaí no Corredor do Açaí Portel-Amapá, de 2000 a 2015. ....	56
Gráfico 11 - Número de participantes no PAA MDS-MDA, por total do Corredor do Açaí Portel – Amapá e cada município componente, de 2011 a 2015. ....	61
Gráfico 12 - Volume da produção cacaeira (amêndoas) no Brasil, Região Norte, Pará e São Felix do Xingu de 2000 a 2015 .....	73
Gráfico 13 - Crescimento do volume da produção cacaeira (amêndoa) em São Felix do Xingu de 2000 a 2015.....	73
Gráfico 14 - Comparação direta de crescimento em % da produção cacaeira (amêndoa) entre 2000 e 2015. ....	74



## LSTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Temático da Cadeia da Madeira no contexto da RESEX Verde Para Sempre e FLONA Tapajós. ....	24
Figura 2 - Mapa Temático da Cadeia da Castanha do Brasil no Vale do Jari .....	42
Figura 3 - Mapa Temático da Cadeia do Açaí no Corredor do Açaí Portel - Amapá .....	59
Figura 4 - Mapa Temático da Cadeia do Cacau em São Felix do Xingu (PA) .....	77



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo cooperação horizontal e vertical.....	28
Quadro 2 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo serviços financeiros e não-financeiros. ....	29
Quadro 3 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade .....	29
Quadro 4 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo institucional e regulações .....	29
Quadro 5 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo cooperação horizontal e vertical.....	46
Quadro 6 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo serviços financeiros e não-financeiros .....	47
Quadro 7 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade .....	47
Quadro 8 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo institucional e regulações .....	48
Quadro 9 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo cooperação horizontal e vertical .....	65
Quadro 10 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo serviços financeiros e não-financeiros.....	66
Quadro 11 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade.....	67
Quadro 12 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo institucional e regulações.....	67
Quadro 13 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo cooperação horizontal e vertical .....	80
Quadro 14 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo serviços financeiros e não-financeiros.....	81

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Quadro 15 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade.....	82
Quadro 16 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo institucional e regulações.....	82



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	2
LISTA DE TABELAS .....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
LSTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE QUADROS .....	8
SUMÁRIO.....	10
APRESENTAÇÃO.....	13
1. O PERCURSO DO PROJETO FORCAV .....	14
2. RESULTADO DA “ESCUTA” JUNTO AOS ATORES ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CADEIAS DE VALOR .....	21
2.1. A cadeia de valor dos produtos florestais madeireiros .....	21
2.1.1. As territorialidades e macro-dados estatísticos dos produtos florestais madeireiros em Belterra (PA) e Porto de Moz (PA) .....	21
2.1.2. A cadeia da madeira: RESEX Verde para Sempre (PA) e FLONA do Tapajós (PA). .....	22
2.1.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável da madeira no Oeste Paraense. ....	25
2.2. A cadeia da castanha do Brasil .....	32
2.2.1. As territorialidades e macro-dados estatísticos da cadeia da castanha do Brasil no Vale do Jari (Almeirim - PA, Laranjal do Jari -AP, Vitória do Jari – AP e Mazagão - AP). .....	32
2.2.2. A cadeia da castanha do Brasil: Localidade Morada Nova e Repartimento dos Pilões em Almeirim (PA) e RESEX Cajari (Região do Alto Cajari), no Amapá... 40	
2.2.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável da castanha do Brasil no Vale do Jari. ....	46

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



2.3. A cadeia do açaí.....	50
2.3.1. As territorialidades e macro-dados estatísticos da cadeia do açaí no Corredor do Açaí Portel – Amapá.....	50
2.3.2. A cadeia do açaí: Localidade Santa Cruz/Comunidade Sto. Ezequiel Moreno, em Portel (PA); Comunidade N. Sra. da Conceição do Igarapé Amazonas em Macapá (AP); Assentamento Agroextrativista do Anauarepucu em Santana (AP) e comunidades rurais de Pedra Branca do Amapari (AP); RESEX Cajari (porções de Laranjal do Jari - AP e Vitória do Jari -AP).....	57
2.3.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável do açaí no Corredor do Açaí Portel - Amapá.....	65
2.4. Cadeia do cacau .....	69
2.4.1. As territorialidades e macro-dados da cadeia do cacau em São Felix do Xingu (PA) .....	69
2.4.2. A cadeia do cacau: Vilas Taboca, Tancredo, Santa Rosa e Assentamento Pombal em São Felix do Xingu (PA) .....	75
2.4.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável do cacau em São Felix do Xingu (PA) .....	79
3. UMA PROPOSIÇÃO DE ATUAÇÃO DO IEB EM CADEIAS DE VALOR SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA .....	83
3.1 Considerações sobre a cadeia da castanha do Brasil e do açaí. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
3.1.1. O desafio da organização social dos extrativistas <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
3.1.2. A relevância dos atravessadores .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.3. O conhecimento como ferramenta organizacional e de mercado.....	85
3.1.4. A ambiência intersetorial e as políticas públicas.....	86
3.2 Considerações sobre a cadeia do cacau. ....	87
3.2.1. O desafio do investimento na cadeia. ....	87



3.2.2. A implantação de infraestrutura de beneficiamento: cuidados e precauções. .....	88
3.2.3. Qualidade da produção e conhecimentos: diferenciais na cadeia.....	89
3.4. Considerações e estratégia para atuação na cadeia da madeira. ....	90
3.4.1 Consolidação do manejo florestal como alternativa econômica para as comunidades .....	90
3.4.2 Fortalecimento de Políticas Públicas.....	91
3.4.3 A demanda por mão de obra especializada em manejo florestal comunitário no Pará.....	92
3.4.4 O desafio da gestão de empreendimentos florestais.....	94
REFERÊNCIAS .....	95



## APRESENTAÇÃO

O documento apresentado traz os resultados do Projeto Fortalecimento das Cadeias de Valor na Amazônia - FORCAV, iniciativa do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB realizada com o apoio do Fundo Vale. O projeto é como uma ação de prospecção no âmbito de cadeias de produtos florestais, tendo como recorte territorial os estados do Pará e Amapá e as cadeias da Madeira, Cacau, Açaí e Castanha do Brasil.

O texto está organizado em três grandes seções. Na primeira, se apresenta o percurso conceitual e operacional do Projeto FORCAV. Conceitual, no sentido de indicar a necessidade de uma abordagem das atividades socioeconômicas da unidade produtiva familiar de extrativistas e agricultores familiares para além do reducionismo produtivista e de monetarização da natureza. Operacional, porque nesta seção se indica o formato das atividades realizadas, assim como o perfil das organizações abrangidas e o quantitativo de pessoas participantes.

A segunda seção se detém numa análise prospectiva acerca de cada uma das cadeias produtivas, tendo como base informações de dados secundários e as percepções que os participantes das atividades em campo expressaram acerca de suas vivências. Neste caso, especialmente em relação à ambiência geral que a cadeia assume nos territórios, pela identificação das etapas, atores, interrelações de comercialização entre operadores-empresendedores e gargalos e oportunidades da Cadeia de Valor Sustentável (CdVS), assim como as ações necessárias à superação dos gargalos e ampliação das oportunidades em cada cadeia.

A terceira seção culmina no esforço de sistematização, ao apresentar elementos de uma proposta de estratégia institucional do IEB no âmbito das cadeias que foram prospectadas, sendo que em relação às cadeias de produtos não – madeireiros se estabelecem considerações a partir dos elementos identificados, enquanto que na cadeia da madeira se avança para um desenho de atuação mais direta.

O conjunto de informações geradas neste processo contribuirá para a formulação de iniciativas que venham a favorecer que as comunidades e populações, com as quais o IEB atua possam cada vez mais se afirmar como protagonistas de uma lógica de desenvolvimento. Nesta lógica os bens da floresta devem ser reconhecidos como bens comuns e, por isso mesmo, valorizados como base de sustentabilidade.



## 1. O PERCURSO DO PROJETO FORCAV

Na realização das atividades em campo junto ao público-sujeito do projeto, uma das questões iniciais apontada pelos participantes era quanto à noção de valor que nortearia as discussões e reflexões sobre cada uma das cadeias produtivas. Este questionamento expressa um diferencial quanto a abordagem que correntemente se faz acerca das atividades econômicas desenvolvidas por agricultores familiares ou agroextrativistas, as quais, em grande parte, estão calcadas num desconhecimento ou subestimação da complexidade que as mesmas comportam, em especial sua unidade interna quanto à produção e ao consumo (NÓBREGA, LIMA e NETO, 2011: pg 84).

Os riscos de uma abordagem que desconsidere as características complexas destas atividades socioeconômicas são graves. Tomando-se como exemplo o açaí: para a família extrativista os processos vividos nesta atividade não se resumem à um sistema de produção de alimentos, mas a algo que diz respeito ao conjunto de sua identidade e existência (NÓBREGA, LIMA e NETO, 2011:84) e que o açaí representa um alimento típico e característico destas populações. Tomando em consideração este componente as “respostas prontas” sobre as dificuldades que se encontram nesta cadeia produtiva, na maioria das vezes, não são as mais adequadas, como conclui Checala ao analisar o Arranjo Produtivo Local do Açaí nos municípios de Macapá e Santana (CHECALA, 2005: 22):

Não é possível afirmar que a proposta mais razoável para este APL seja estimular o seu desenvolvimento com vistas a ampliação de capacidade competitiva em uma escala capaz de atender aos mercados externos, via fortalecimento dos grandes empreendimentos, uma vez que as conseqüências podem representar a aniquilação de uma atividade que, em que pese, um característico estado de precarização, possui um significado sócio-econômico fundamental para os habitantes locais.

Assim, se deve ter em conta que um dos componentes da economia ribeirinha amazônica é a sua diversidade, composta por um amplo leque de atividades econômicas que se complementam na unidade produtiva familiar (JOSA, SILVA e DURIGAN, 2013: 21), de tal forma que a família poderá atuar tanto na extração de madeira, como na roça, na pesca e na coleta de sementes e frutos, num arranjo produtivo que garanta a perenidade de sua reprodução social e econômica.

As políticas de desenvolvimento estabelecidas para os territórios amazônicos têm sido indiferentes às estas dinâmicas locais. Inicialmente houve uma política de colonização dirigida, principalmente no período de 1970 a 1974, a qual previa a criação de núcleos de povoamento de iniciativa governamental e privada, sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, em 1974, no governo do General Ernesto Geisel, a “ocupação” da

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Amazônia por meio da colonização dirigida foi abandonada. Em seu lugar, o governo deu ênfase à colonização mediada pela grande empresa ou do grande capital nacional e estrangeiro.

No caso do Pará, esta modalidade de ocupação territorial, com sua dinâmica invasiva e desestruturadora das culturas e formas de produção locais levou ao acirramento dos conflitos de territorialidade, expressando o antagonismo de interesses dos grupos e populações envolvidas na “ocupação” recente da Amazônia: grandes empresas agropecuárias e minerais, os trabalhadores rurais sem-terra, os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os garimpeiros, os indígenas, os grileiros, os seringueiros e os castanheiros (ADAS e ADAS, 1998, p. 391).

No caso do Amapá, o cenário geral se repetiu, com destaque para a construção da Rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, mas especialmente pela “Operação Amazônia”, a qual intensificou a migração inter-regional, sustentada pelos incentivos tributários a empresas privadas que viessem favorecer o povoamento da região, especialmente nas áreas fronteiriças, gerando conflitos e colocando o território em disputa, com os extrativistas sendo um dos atores sociais impactados por esta dinâmica (SANTOS, 2013: pg. 17):

A instalação de empresas beneficiadas por subsídios governamentais através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Banco da Amazônia e Superintendência da Zona Franca de Manaus e a formação de frentes de colonização para a expansão da fronteira agrícola marcam uma trajetória de atividades produtivas impactantes ao ambiente natural e conflitantes ao modo de reprodução da economia extrativista.

Numa avaliação global, passados quase 50 anos, os modelos de desenvolvimento gestados para a Amazônia ainda se mantêm altamente excludentes e com baixa permeabilidade às singularidades regionais, por conta de que a Amazônia brasileira foi transformada em uma fronteira de commodities. A expansão da pecuária ocorre na sua fronteira, com frentes peruanas, bolivianas e colombianas. A expansão dos plantios de grãos (arroz, milho e soja) e a exploração de madeira empurram as fronteiras até os seus limites nacionais.

Por outro lado, o interesse pela mineração é bastante amplo, pois grande extensão da Amazônia tem jazidas minerais. A Amazônia tornou-se um mercado de produtos e insumos, ligados a redes internacionais altamente sofisticadas e a grandes empresas, como, por exemplo, a Petrobras, a Vale (do Rio Doce), a Andrade Gutierrez e a Cargill. Dos seis grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose em 2010 -, os três primeiros eram, majoritariamente, produzidos na Amazônia.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Neste contexto, os conflitos territoriais continuam e se acirram. Passados 17 anos do decreto do fim do “sonho de Daniel Ludwig”, o Vale do Jari continua a ser palco do enfrentamento e conflito entre as comunidades locais e os “grandes empreendimentos”, especialmente em torno da exploração dos recursos florestais, como citado na carta-manifesto da Associação dos Micro e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade Repartimento dos Pilões – ASMIPPS, expressando a nova etapa do processo de ocupação da Amazônia, onde as disputas não se dão mais somente pela terra, mas pela propriedade e uso dos recursos naturais:

Nosso objetivo é lutar sempre em defesa das comunidades tradicionais em meio aos conflitos agrários com a empresa madeireira que atua na região, (Grupo Jari/Jari Florestal), agravados nos últimos anos pelo não reconhecimento de nosso território.

Por isso, o componente territorial é um elemento constitutivo da abordagem que o IEB desenvolve junto às populações com as quais trabalha, uma vez que é no território que se desenvolvem as dinâmicas de apropriação das construções sociais, históricas e econômicas de longo prazo desenvolvidas pelas populações que os ocupam, assim como tais populações se colocam em relação com as novas dinâmicas que realizam nos seus espaços de vida, seja por pressões externas ou por condicionantes internas.

Desta forma, não se poderia estabelecer a priori uma determinação territorial tão precisa para o desenvolvimento das ações, pois se correria o risco de que esta demarcação apriorística excluísse ou invisibilizasse as “falas” locais relevantes para o processo de levantamento das cadeias de valor. Assim, o desenho territorial em relação às cadeias inicialmente não alcançou o nível mais básico, ou seja, as comunidades, localidades ou as unidades administrativas socioambientais que conformam os territórios, tais como Unidades de Conservação (UC) ou Projetos de Assentamento (PA), ainda que se tivesse identificados organizações-chaves dos agroextrativistas ou da agricultura familiar em cada cadeia.

A partir de um desenho preliminar, o IEB desenvolveu uma dinâmica de aproximação dos territórios que considerou um conjunto de variáveis, a saber: (i) o Acúmulo institucional acerca da cadeia de valor, (ii) Conjunto de relações de alianças e parcerias já estabelecidas nos níveis estadual e municipal com organizações que atuam na cadeia de valor, (iii) Relevância da cadeia no nível estadual e municipal, assim como nas demais unidades administrativas socioambientais nos territórios como Reserva Extrativista (RESEX), Floresta Nacional (FLONA), Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX), Glebas e PA. Este processo possibilitou que a realização das atividades em campo fossem progressivamente delimitando a espacialidade e os territórios em sinergia com a construção e análises quanti-qualitativas acerca das cadeias de valor definidas no projeto.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Em termos práticos isso significou uma dinâmica onde se passou de uma delimitação panorâmica dos territórios para uma outra onde se conseguiu avançar na escala até o nível municipal e das comunidades envolvidas nas cadeias de valor. O resultado deste movimento de “zoom” sobre os territórios é sintetizado abaixo:

Tabela 1-Visão Territorial Final do Projeto

“ESCALA”	Cadeias de Valor			
	Madeira	Cacau	Açaí	Castanha do Brasil
ESTADO	Pará	Pará	Pará e Amapá	Pará e Amapá
SUB-REGIÕES	Oeste Paraense	Sudeste do Pará	PA: Marajó AP: Sul do Amapá.	PA: Oeste Paraense AP: Sul do Amapá
MUNICÍPIOS	Belterra e Porto de Moz	São Felix do Xingu	PA: Portel AP: Pedra Branca do Amapari, Santana, Macapá, Laranjal do Jari e Vitória do Jari	PA: Almeirim. AP: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.
LOCALIDADES COMUNIDADES	Floresta Nacional do Tapajós e Reserva Extrativista Verde Para Sempre	Taboca, Nova Vida, Vila Tancredo, Gleba Maguari, APA Triunfo do Xingu, Assentamento Pombal, Vila Xadá, Vila Santa Rosa, Vila dos Crentes	PA: Localidade Sta. Cruz/Comunidade de Sto. Ezequiel Moreno  AP: RESEX Cajari (Alto Cajari), Comunidade N. Sra. da Conceição do Igarapé Amazonas, Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu, Comunidades rurais de Pedra do Amapari.	PA: Morada Nova e Repartimento dos Pilões. AP: RESEX Cajari (Alto Cajari)
ORGANIZAÇÕES- CHAVES DE AGROEXTRATIVIS- TA E AGRICULTORES FAMILIARES	COOMFLO NA ARIMUM	CAMPPAX ADAFAX	PA: ATAA, AMAGAC, ASMOSAM, ASSIMPEX, ATAAP.	PA: RICA e ASMIPPS AP: ACIOBIO, COOPEFLOR A

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



			AP: AGROIGARAP É, ATFA, COOPETRAL	
--	--	--	--	--

Conforme visualizado acima, não há como tratar de forma homogênea e uniforme os territórios. Afinal, há diferenciações acentuadas entre os mesmos, demarcadas inclusive pelas cadeias de valor que são mais relevantes em cada um deles, mas isso não significa que não se possa ter uma visão sistêmica dos mesmos.

Para tanto, o IEB optou por considerar as territorialidades em relação com as características das cadeias de valor, desta forma os contextos territoriais estão articulados em unidades que descrevem as sinergias territoriais das populações, comunidades e organizações relacionadas aos produtos florestais madeireiros, assim como aos produtos da sociobiodiversidade de base agroextrativista e de base na agricultura familiar.

Tendo em conta estas territorialidades o projeto desenvolveu suas atividades, as quais foram basicamente a revisão bibliográfica e documental – nas bases de dados relacionadas aos territórios e políticas públicas - e a realização de atividades de campo voltadas à sistematização participativa de informações sobre cada uma das cadeias, de maneira a emergir as “falas” dos operadores-empresendedores, especialmente das comunidades e organizações da agricultura familiar e do agroextrativismo.

Este processo – iniciado em maio de 2017 - culminou com a realização de uma agenda que integrou um intercâmbio e seminário interestadual – em dezembro de 2017, onde foram discutidas e validadas sugestões para o fortalecimento das cadeias, a partir da perspectiva da agricultura familiar e do agroextrativismo. Destaque-se ainda como atividade adicional duas oficinas institucionais do IEB – em fevereiro e setembro de 2016 – para socialização e discussão das descobertas captadas pelas equipes do escritório de Belém e de Brasília. Segue abaixo quantidade e perfil das organizações e pessoas participantes das atividades de campo:



Tabela 2 - Quantidade e perfil das organizações e pessoas participantes das atividades de campo do Projeto FORCAV

FUNÇÃO NA CADEIA	Nº de Instituições por tipo					Nº de Participantes por Função
	Associação	Cooperativa	Órgão público	Movimento Social ou ONG	Total de Instituições	
Operadores Empreendedores	20	5			25	52
Promotores Fomentadores			10		10	14
Prestadores de Serviços de Apoio				12	12	16
Prestadores de serviços operacionais			8		8	9
Reguladores			4		4	5
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>59</b>	<b>96</b>
<b>PROPORÇÃO (%)</b>						

**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



# Cadeia de Valor dos Produtos Florestais Madeireiros



**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**  
Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



## 2. RESULTADO DA “ESCUTA” JUNTO AOS ATORES ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CADEIAS DE VALOR

### 2.1. A CADEIA DE VALOR DOS PRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS

#### 2.1.1. *As territorialidades e macro-dados estatísticos dos produtos florestais madeireiros em Belterra (PA) e Porto de Moz (PA)*

Segundo dados compilados por Confederação Nacional da Indústria-CNI (2012), a Amazônia Legal possui potencial madeireiro mais atrativo em termos de quantidade e qualidade de suas vastas áreas de floresta natural densa. Entretanto, do total de 412 milhões de hectares de florestas com potencial madeireiro na Amazônia Legal, somente 214 milhões de hectares (52%) são considerados efetivamente disponíveis para a iniciativa privada.

O restante dessa área são florestas de domínio público, incluindo-se reservas indígenas e parques nacionais. Em um ciclo de corte de 30 anos, com retirada de 25 m<sup>3</sup>/hectare de madeira, essa área poderia gerar, de maneira sustentável, um volume anual de toras para serraria e laminação da ordem de 270 milhões m<sup>3</sup>. Tal volume é 10 vezes superior aquele atualmente produzido no Brasil. Dos cerca de 214 milhões de hectares de florestas nativas efetivamente produtivas, aproximadamente 84% estão concentrados nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Estima-se que a Amazônia brasileira possua um estoque total de madeira da ordem de 60 bilhões de m<sup>3</sup> (metros cúbicos). Contudo, considerando somente as espécies utilizadas atualmente pela indústria, com Diâmetro Acima do Peito (DAP) - acima de 45 cm, o volume total de madeira disponível classificada como comercial é estimado 9,7 bilhões de m<sup>3</sup>.

Como uma das três atividades econômicas mais importantes da Amazônia, ao lado da pecuária e da mineração industrial, a extração madeireira da Região Norte teve uma receita bruta de R\$ 1,4 bilhão em 2008. Só o Pará gerou R\$ 1 bilhão, tendo extraído 7.618.912 m<sup>3</sup> de madeira em tora ou 75% dos 10.147.056 m<sup>3</sup> correspondentes à Amazônia, naquele ano, e 54% dos 14.127.359 m<sup>3</sup> extraídos de florestas nativas em todo o Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012).

Na Amazônia brasileira, desde o início da década de 1990, os produtores familiares têm buscado a legalização da exploração madeireira em suas terras, impulsionados pelas experiências do Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, que investiu em projetos demonstrativos. O marco legal nesse período foi a Instrução Normativa N° 04, de 28 de dezembro de 1998, primeira normativa que estabeleceu as regras para o manejo florestal comunitário. A mobilização de diferentes organizações relacionadas com as diferentes

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



experiências de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) pressionando o governo por ações neste setor culminou, a nível nacional, com a edição do Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009, que instituiu o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF). Desde então, o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB)/Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a participação de outros órgãos federais, estaduais e representantes de organizações da sociedade civil, têm preparado o Plano Anual de Manejo Comunitário e Familiar (PAMFCF), que apresenta os objetivos, áreas e ações prioritárias, os recursos envolvidos e a estratégia de monitoramento na execução anual.

Apesar do avanço com a criação do programa, o número de projetos de manejo madeireiro não reflete o potencial do estado que, com seus 1,2 bilhões de quilômetros quadrados, é o maior produtor de madeira tropical da Amazônia Legal. Em 2012, somente 64 iniciativas de MFCF com plano de manejo madeireiro foram protocolados no órgão ambiental estadual. Todas elas foram identificadas como iniciativas comunitárias, pois os responsáveis legais pelo plano de manejo florestal são associações ou cooperativas. Estudo realizado em 2011 (Pinto et al. 2011) identificou que produtores familiares que manejavam produtos da sociobiodiversidade (ou os chamados “não-madeireiros”) no estado totalizaram 127 iniciativas, das quais três também manejavam madeira.

Nesse cenário, o MFCF tem conquistado cada vez mais espaço como alternativa econômica para comunidades rurais. Atividade essa impulsionada por governos, doadores ONGs e organizações comunitárias e que vem sendo implementada sob diferentes arranjos técnicos, políticos, institucional e social (AMARAL E AMARAL NETO, 2005).

### ***2.1.2. A cadeia da madeira: RESEX Verde para Sempre (PA) e FLONA do Tapajós (PA).***

O projeto atuou em duas diferentes organizações comunitárias parceiras e envolvidas com a implementação de MFCF, são elas: a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) que atua na Floresta Nacional do Tapajós na região de Belterra e Santarém e, a Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum (Coomnspra), que atua na Reserva Extrativista Verde para Sempre no município de Porto de Moz, ambas no estado do Pará.

A COOMFLONA foi fundada em 2005 pelos habitantes da Floresta Nacional do Tapajós para facilitar o manejo florestal e a venda de madeira sustentável. O projeto ProManejo financiou os três primeiros anos de custos operacionais, incluindo a infraestrutura, a assistência técnica, o equipamento, a capacitação, os materiais e outros serviços. A área a ser manejada tinha um total de 32.586 hectares, ou seja, menos de 6% do total da Flona do Tapajós. O projeto piloto previa o



corte controlado de madeira em 100 hectares, no primeiro ano; 300 hectares, no segundo ano; 500 hectares, no terceiro ano. A partir daí os aumentos da área a ser explorada seriam gradativos, em respeito ao ciclo de 30 anos, necessário para a renovação da floresta, e de acordo com a capacidade operacional e financeira da cooperativa. Atualmente a Coomflona possui 270 cooperados e vai explorar em 2017 a 12ª Unidade de Produção Anual (UPA), última desse ciclo de corte que iniciou em 2005. Desde 2016, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) está atualizando o Plano de manejo da Flona e, somente após sua finalização, a Coomflona poderá solicitar novas áreas para exploração.

A Coomnspra foi fundada em 2014 para regularizar o manejo florestal implementado na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum, localizada na ResEx Verde para Sempre. O plano de manejo da comunidade iniciou em 2007, ainda por meio da Associação de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum (ASCDESRA), com uma área de 4.355 hectares. Sendo que, já foram exploradas as UPAs 1, 2, 3, 4 e 5 nos anos de 2007, 2011, 2012, 2014 e 2016, respectivamente, com uma média de exploração de 20,24 m³/ha. Atualmente possui 50 cooperados filiados à cooperativa e é a responsável pela implementação do plano de manejo florestal madeireiro da comunidade.

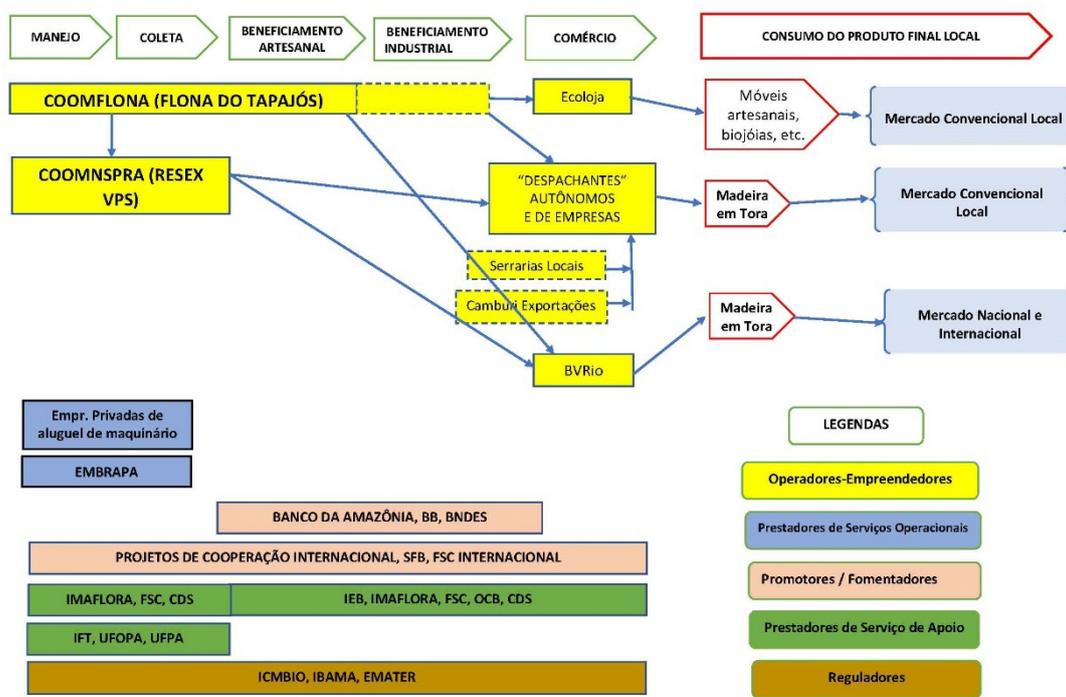
As atividades realizadas foram i) rodadas de discussões com as organizações parceiras sobre o objetivo do trabalho e pactuação de agenda; ii) contribuir na elaboração de evidências para o cumprimento ao Padrão de Certificação *Forest Stewardship Council*™ (FSC®); iii) levantamento de informações sobre a gestão das cooperativas; (iv) consolidação de arranjos de venda de madeira oriunda de planos de manejos florestais comunitários.

Tanto na Coomflona como na Coomnspra foi criado um grupo de trabalho para discutir e apoiar na implementação das atividades de levantamento de informações, produção de evidências e de procedimentos na área de manejo, entre outras.

Ambas iniciaram a atividade a partir da produção primária da cadeia da madeira, ou seja, produção em tora. Além disso, receberam apoio da cooperação internacional na fase inicial de organização e capacitação técnica para o manejo florestal sustentável. Bem como possuem a certificação florestal FSC em reconhecimento às boas práticas implementadas enquanto empreendimento comunitário, sendo que a Coomflona obteve o selo em 2013 e a Coomnspra em 2016. O infográfico abaixo apresenta o fluxo da cadeia da madeira nas duas organizações acompanhadas no ano de 2016:



Figura 1 - Mapa Temático da Cadeia da Madeira no contexto da RESEX Verde Para Sempre e FLONA Tapajós.



*As relações e estratégias de produção, beneficiamento e comercialização.*

Muitos são os desafios para que o manejo florestal legalizado seja a regra da extração madeireira em áreas de produtores familiares na Amazônia. A orientação técnica de manejo florestal madeireiro para produtores familiares baseia-se na experiência desenvolvida para o setor empresarial, com bases puramente científicas. Aliando-se as bases científicas à preocupação ambiental com a Amazônia, à impunidade e altos índices de ilegalidade, o resultado é um modelo de manejo florestal complexo, com enorme gama de regulamentações e exigências de estudos.

A regulamentação do manejo dos produtos florestais da sociobiodiversidade ou não-madeireiros é ainda deficiente e a metodologia para manejo dos madeireiros não funciona para os não-madeireiros.

A complexidade da cadeia da madeira- em relação a arranjos locais e custo- tem influenciado para que as organizações comunitárias atuem como fornecedoras de matéria-prima, madeira em tora, para as indústrias madeireiras. Na maioria dos casos, tendo essas indústrias atuando como principais financiadoras da exploração junto às organizações comunitárias. Tornando-as reféns dos arranjos comerciais estabelecidos, os quais na maioria das vezes não são transparentes e praticam preços abaixo do mercado, uma vez que a empresa “investe” na exploração.

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



### *2.1.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável da madeira no Oeste Paraense.*

Não obstante o processo de articulação das organizações da sociedade civil e os esforços nas esferas governamentais para promover o manejo florestal comunitário e familiar na região, a consolidação dessa modalidade de manejo ainda é marcada por uma série de desafios. Um levantamento preliminar realizado pelo IEB e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) junto às iniciativas de manejo florestal praticadas por comunidades na Amazônia brasileira revelou como principais obstáculos para implementação de planos de manejo: (i) a fragilidade de processos de licenciamento da atividade de manejo florestal em comunidades; (ii) a indefinição fundiária; (iii) a falta de assessoria técnica qualificada e adaptada à atividade; (iv) a dificuldade de acesso a crédito compatível, como financiamentos; (v) a debilidade de organização social para as atividades florestais e (vi) a limitação em acessar mercados. A superação desses obstáculos remete a um processo de fortalecimento das organizações comunitárias envolvidas na implementação de planos de manejo como estratégia de conservação e governança florestal.

O processo de **licenciamento** de planos de manejo florestal comunitário tem se mostrado pouco eficiente na região. Por um lado, agricultores e suas organizações de representação ainda carecem de maior entendimento sobre os complexos arranjos técnicos, sociais e ambientais inerentes à implementação de planos de manejo em nível local. Por outro, os órgãos governamentais direta e indiretamente envolvidos com o manejo comunitário ainda mostram-se pouco capazes de atender a demanda, cada vez maior, de aprovação de planos de manejo oriundos de comunidades.

De um modo geral, a descentralização da gestão dos recursos florestais - atribuindo a Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS) a responsabilidade de aprovação e fiscalização de planos de manejo – aumentou ainda mais a morosidade na aprovação de planos de manejo, especialmente em assentamentos, onde a dinâmica é intensa. Entre os motivos identificados no diálogo com as organizações, têm-se: (i) a pouca capacidade institucional dos órgãos públicos (infraestrutura, pessoal, qualificação técnica para questões comunitárias, etc.); (ii) o marco regulatório inadequado para o manejo florestal por comunidades e (iii) a ausência de uma estrutura dentro dos estados, articulada por diferentes órgãos, que catalise as demandas de manejo por comunidade.

Como propostas para superar a morosidade no processo de autorizações para operacionalização de planos de manejo, as organizações ligadas ao manejo florestal comunitário e familiar têm demandado a necessidade de constituir estruturas específicas nos órgãos



governamentais para centralizar as ações para o manejo florestal comunitário. Além disso, é necessário criar marcos regulatórios mais adequados às realidades dos planos de manejo, considerando exigências atuais do levantamento do potencial florestal (incorporando não madeireiros).

A **indefinição fundiária** tem sido apontada como um dos principais desafios para a governança ambiental na Amazônia e obstáculo crucial para aprovação de planos de manejo oriundos de comunidades. Além disso, dificulta a discussão sobre práticas de melhor gestão dos recursos florestais em nível local e, conseqüentemente, melhor gestão territorial. Amaral & Amaral Neto (2005), ao acompanharem a implementação de planos de manejo na região, identificaram como mecanismos interessantes e necessários para superar estes obstáculos: (i) a instituição dos direitos consuetudinários; (ii) a consolidação dos mosaicos de unidades de conservação criados; (iii) a consolidação da política de concessões florestais.

Alguns avanços têm sido obtidos em relação à questão fundiária. Recentemente, o governo resolveu estabelecer ações de apoio à regularização ambiental (p.ex. Programa Terra Legal) na Amazônia. Apesar de alcance reduzido, essas ações têm potencial de catalisar algumas alternativas interessantes para aprovação de planos de manejo florestal comunitário e familiar. O Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, está discutindo uma Instrução Normativa que facilita a aprovação de planos de manejo em áreas de até quatro módulos rurais, aproveitando-se da MP 458<sup>1</sup>. Esta medida permitirá atender a maior parte da demanda de planos de manejo que se encontram com pendências de documentação fundiária e tem potencial para influenciar em outros estados.

A **organização social** representa outro desafio importante para viabilizar o manejo florestal comunitário na escala local. Constitui-se como fator-chave para assegurar o controle social sobre a exploração florestal em comunidades, principalmente em planos de manejo nos quais há formalização de acordos e/ou parcerias com atores externos. De um modo geral, observa-se fragilidade na organização local para acompanhamento e operacionalização de planos de manejo. Esse aspecto tem influenciado no estabelecimento de boas práticas de manejo e impactado nos processos de comercialização.

Para o fortalecimento da organização social em prol do manejo florestal comunitário e familiar, torna-se necessário um conjunto de ações de capacitação, treinamento, formação, etc. Algumas iniciativas como estas estão previstas no Programa Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCF). Porém, o impacto do programa ainda é reduzido e torna-se

<sup>1</sup> Essa Medida Provisória dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

## **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



necessário articular e fortalecer redes interinstitucionais de cooperação e informações para dinamizar o manejo comunitário. Além disso, é imprescindível introduzir o manejo comunitário e familiar nas agendas de organizações- chave de representação e apoio dos grupos sociais envolvidos com o manejo florestal comunitário.

O **financiamento** para viabilizar as atividades de manejo florestal comunitário constitui outro fator determinante para sua consolidação. De um modo geral, inexistem nas comunidades alternativas para o estabelecimento de fluxo de caixa para operacionalização de planos de manejo.

A finalização do ProManejo<sup>2</sup>, em 2007, diminuiu as possibilidades de autonomia das organizações comunitárias para implementação de planos de manejo. Além disso, a ausência de linhas de crédito compatíveis e adaptadas à atividade tem limitado fortemente a expansão do manejo florestal comunitário. Como consequência, tem crescido, em algumas regiões (p.ex. Oeste do Pará, Rondônia e Acre), o estabelecimento de acordos formais entre empresas e comunidades para o manejo florestal. Com o quadro de fragilidade institucional, tais acordos precisam cada vez mais de acompanhamento, com intuito de estabelecer salvaguardas às comunidades e aumentar o controle social sobre o manejo.

Algumas iniciativas em curso preveem recursos para apoiar o manejo florestal comunitário<sup>3</sup>. No entanto, o acesso a esses recursos pelas comunidades ainda constitui um grande desafio a ser superado nas discussões que serão estabelecidas com a implementação das políticas públicas.

A disponibilização de uma **assessoria técnica** capacitada na área florestal, sobretudo no acompanhamento de planos de manejo florestal comunitário, é outro desafio estruturante para a região. A implementação do PPG-7 – que catalisou a emergência de um conjunto de experiências com enfoque ambiental –, sem dúvida alguma, se constitui em um marco na discussão dos desafios para a construção de um novo modelo de extensão florestal.

Algumas oportunidades de assessoria técnica para planos de manejo florestal estão em curso, articuladas por programas governamentais. Entre elas, pode-se citar a Política Nacional de ATER, além do fortalecimento de órgãos de extensão em governos estaduais (sobretudo no Pará, Amazonas e Acre). No entanto, torna-se necessário atrelar essas iniciativas a programas de formação junto aos técnicos, de modo que possam compreender o manejo florestal comunitário à luz dos complexos arranjos em que são implementados na região.

<sup>2</sup> Programa de apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira. Projeto implementado no âmbito do PP G-7, que foi determinante para levar a campo as experiências-piloto de manejo florestal comunitário.

<sup>3</sup> Tanto o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar quanto a IN, do INCRA, que regulamenta o manejo florestal em assentamentos, preveem recursos para o manejo florestal comunitário e familiar de diversos programas governamentais, principalmente do Fundo Amazônia, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

## **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Finalmente, as dificuldades de **acesso a mercados** mais competitivos representam outro obstáculo à consolidação do manejo florestal comunitário. De um modo geral, o manejo florestal comunitário tem o desafio de competir com a atividade ilegal, de atender exigências de padronização na oferta dos produtos e de conhecer a morfologia da cadeia de comercialização dos produtos florestais oriundos das comunidades (Amaral & Amaral Neto, 2005). A baixa capacidade de interagir qualitativamente com o mercado tem impossibilitado o estabelecimento de estratégias de comercialização adaptadas e experimentadas pelas lideranças e organizações comunitárias envolvidas com o manejo florestal. Nos arranjos que envolvem terceiros (por exemplo, nos acordos formais empresas-comunidades), o fortalecimento das capacidades organizacionais das estruturas comunitárias criadas e/ou adaptadas para este fim é importantíssimo para favorecer o maior controle social sobre o manejo florestal comunitário.

Existem algumas experiências em curso de mercados solidários e institucionalizados, implementados, tanto pela sociedade civil quanto por agências governamentais, que podem apontar para caminhos mais promissores e fomentar o mercado de produtos florestais oriundos de comunidades da Amazônia. O fortalecimento e a disseminação destas iniciativas são ingredientes importantes a serem incorporados nos demais programas de fomento ao manejo florestal comunitário e familiar em curso na Amazônia brasileira.

A seguir sistematizamos as informações consolidadas nas rodadas junto às organizações comunitárias para o fortalecimento da cadeia da madeira.

Quadro 1 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo cooperação horizontal e vertical

<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de considerar o sistema produtivo familiar no arranjo do MFCF;</li> <li>- Falta de ambiência para diálogos com o segmento empresarial;</li> <li>- Fragilidades nas relações comerciais estabelecidas. Pouca transparência nos estabelecimentos dos acordos.</li> <li>- Insegurança fundiária de áreas comunitárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços de articulação e influência em formulação de Políticas Públicas (ex. Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar);</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar o planejamento do MFCF considerando a diversidade da produção familiar;</li> <li>- Consolidação de espaços de diálogo entre organizações governamentais e não governamentais para a implementação dos planos de manejos em territórios comunitários (ex. Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar).</li> </ul>	

Fonte: Trabalho de campo IEB

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacao e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Quadro 2 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo serviços financeiros e não-financeiros.

<b>EIXO SERVIÇOS FINANCEIROS E NÃO-FINANCEIROS</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto custo com equipamentos e maquinários nas etapas exploratórias;</li> <li>- Necessidade de ter um profissional da engenharia florestal para elaboração e acompanhamento do PMFS;</li> <li>- Necessidade de constantes ações de capacitação das comunidades em todas as etapas da cadeia;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existências de Fundos voltados para a o manejo florestal sustentável, tais como: FUNDEFLO, FNDF, Fundo Amazônia, Fundo Dema, etc;</li> <li>- Pronaf Floresta.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não governamentais;</li> <li>- Assessorar as organizações comunitárias para acesso aos recursos financeiros necessários para o capital inicial da produção (Fundos Existentes e/ou constituição de Fundos Comunitários), diminuindo assim a dependência das serrarias locais nas etapas iniciais de produção.</li> </ul>	

Fonte: Trabalho de campo IEB

Quadro 3 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade

<b>EIXO PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Poucas serrarias habilitadas para negociar em bases sustentáveis;</li> <li>- Alto grau de exigência para obtenção do selo FSC;</li> <li>- Dificuldades de acesso à mercados diferenciados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços de articulações com mercado global (BVRio, MarketPlace FSC, etc).</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar rodadas de negócios de forma a aproximar as organizações comunitárias ao mercado de produtos florestais;</li> <li>- Consolidar uma Aliança estratégica entre as organizações comunitárias certificadas FSC na Amazônia;</li> </ul>	

Fonte: Trabalho de campo IEB

Quadro 4 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia dos produtos florestais madeireiros no eixo institucional e regulações

<b>EIXO INSTITUCIONAL E REGULAÇÕES</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigências legais de venda da produção a partir de cooperativas e não associações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações governamentais de combate ao desmatamento ilegal de madeira;</li> </ul>

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disputa com o mercado ilegal da madeira;</li> <li>- Normativas pouco eficientes em termo de regulamentação ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto de simplificação do MFS em fase de elaboração pelo SFB;</li> <li>- Atuação do MPF e MPE no acompanhamento das ações de comando e controle.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Influenciar na retomada do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar junto ao SFB;</li> <li>- Avançar na formulação de um Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar junto ao IdeflorBio;</li> <li>- Atualizar o diagnóstico das iniciativas de MFCE.</li> </ul>	

Fonte: Trabalho de campo IEB

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



# Cadeia de Valor da Castanha do Brasil



**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



## 2.2. A CADEIA DA CASTANHA DO BRASIL

A castanha do Brasil ocorre em grande parte da Amazônia brasileira, assim como na Amazônia compartilhada pela Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, mas sua comercialização se dá somente pelo Brasil, Peru e Bolívia. Para a prospecção realizada pelo FORCAV, o território foco na Amazônia brasileira foi o Vale do Jari.

Denomina-se Vale do Jari uma região fronteira entre os estados do Pará e Amapá, composta por quatro municípios: Almerim, no Pará, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari no Amapá. Desta região, os três municípios foco da prospecção da cadeia da castanha do Brasil no Projeto FORCAV (Almerim Laranjal do Jari e Vitória do Jari), compreendem uma área de 106.409 Km<sup>2</sup>, com uma população de 85.984 habitantes, sendo que a maioria está concentrada no meio urbano, o qual corresponde a 79, 28% do universo populacional, enquanto que nas áreas rurais está 20,72% da população. Destaque-se que em relação à população rural o maior contingente situa-se no município de Almerim (PA), com 13.649 habitantes, enquanto que Laranjal do Jari (AP) e Vitória do Jari (AP), juntos, têm um universo de 4.164 habitantes na zona rural. Estima-se que este contingente populacional rural esteja distribuído tanto em áreas ribeirinhas quanto em terra firme.

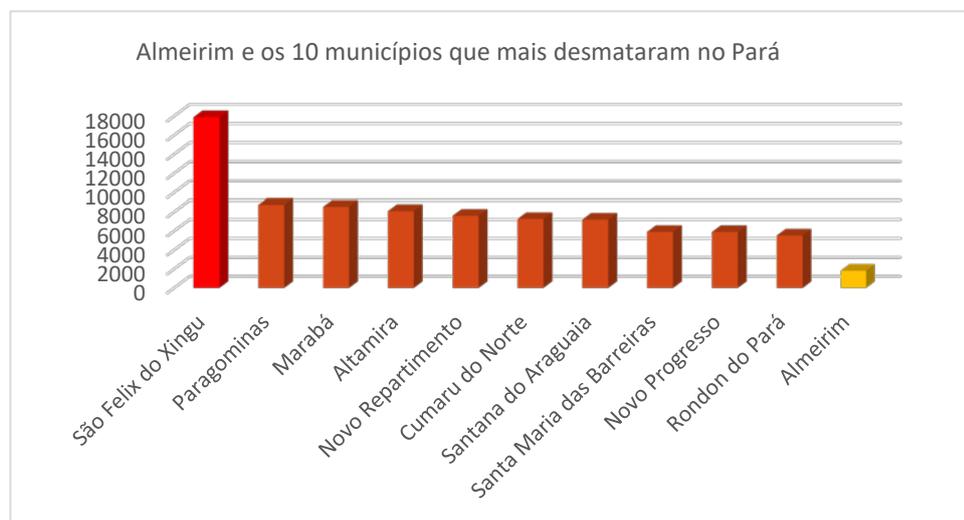
### 2.2.1. As territorialidades e macro-dados estatísticos da cadeia da castanha do Brasil no Vale do Jari (Almerim - PA, Laranjal do Jari -AP, Vitória do Jari – AP e Mazagão - AP).

Tendo em conta que o desmatamento é uma das graves ameaças à existência dos castanhais nativos e, portanto, à esta importante atividade socioeconômica das populações extrativistas, é necessário compreender como tem se dado a dinâmica do desmatamento no Vale do Jari.

O desmatamento nos municípios do Vale do Jari não tem uma expressão estatística significativa quando analisados em seu conjunto, tanto que nenhum deles se encontra entre os 49 municípios prioritários indicados no ranking do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para 2015 na Amazônia Legal (<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>).



Gráfico 1 - Município de Almeirim em relação aos 10 municípios com maior área desmatada até 2015 no Estado do Pará



Fonte: INPE

Elaboração: IEB

Conforme pode ser visualizado no gráfico acima, ao se analisar a contribuição de cada um dos municípios à área desflorestada em seus estados identifica-se que Almeirim participa com 2,49% do total no estado do Pará, ficando em 47º lugar entre os 144 municípios daquele estado. Vejamos no estado do Amapá.

Gráfico 2 - Contribuição dos municípios de Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Mazagão no Desflorestamento do Estado do Amapá:



Fonte: INPE

Elaboração: IEB

Em relação ao estado do Amapá, o gráfico acima demonstra que Vitória do Jari contribuiu com 8,30% e Laranjal do Jari com 6,82% em área desmatada naquele estado, ficando

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



respectivamente em 6º e 7º lugar entre os 16 municípios amapaenses. Enquanto que Mazagão teve um percentual de 4,03%, sendo o 11º município em área desmatada.

Ao se analisar o incremento do desmatamento dos municípios-foco do projeto entre 2014 e 2015 em relação ao incremento na Amazônia Legal no mesmo período, se observa uma baixa relevância dos municípios em questão. O percentual de incremento na Amazônia Legal para o período foi de 0,12%. Em Almeirim o incremento foi de 0,02% (12.4), em Vitória do Jari ficou em 0,02% (0.4) e Laranjal do Jari registrou 0,00% (1.5). Quando relacionado ao incremento no estado do Pará (0,18%) e no estado do Amapá (0,01%), o quadro não se altera.

Contudo, há questionamentos quanto à confiabilidade destes dados, considerando-se que as imagens utilizadas pelo INPE a partir do satélite Land Sat não seriam as mais adequadas, por conta da incapacidade de monitoramento da área encoberta por nuvens, uma vez que a tecnologia deste satélite não teria condições de atravessar a cobertura de nuvens e a extensão do desmatamento captada pelo satélite (CLARO, 2007: pg 113). Segundo CLARO (2007), em entrevistas de campo com moradores da região, especialmente da RESEX Cajari, estes relataram diversos casos de derrubada ilegal da floresta. Desta forma, os dados poderiam estar subestimados e o desmatamento ter proporções mais expressivas que aquelas demonstradas pelos dados coletados e sistematizados pelo INPE.

### *O Contexto do Vale do Jari*

A conformação social, econômica e cultural dos municípios do Vale do Jari está relacionada aos processos de ocupação da região amazônica em sua globalidade, mas há especificidades que dão ao Vale características próprias, ou seja, há conexões com o processo geral de ocupação da Amazônia e a expansão do capitalismo no território, mas com marcas e processos específicos.

No caso do Vale do Jari, esta dinâmica o alcança com a participação de um personagem e um empreendimento que se tornam ícones deste modelo de ocupação territorial, Daniel Ludwig (no final da década de 60, o quarto homem mais rico do mundo) e o Projeto Jari. O megaempresário assumiu em 1967 o controle da empresa Jari Indústria e Comércio (“detentora” de amplo território do Vale do Jari), alterando o foco de atuação da empresa, que passou da exploração de produtos extrativos para a produção de celulose baseada em plantios extensivos de gmelina, assim como o plantio de arroz, exploração de bauxita e da pecuária.

Para garantir o sucesso da empreita, Ludwig investiu na instalação de infraestrutura para o megaempreendimento: 9 mil quilômetros de estradas, duas cidades planejadas, um porto fluvial e 71 quilômetros de ferrovia. Este avanço sobre o território foi impactante: do desflorestamento

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



necessário para as práticas produtivas das comunidades rurais se passou para o desmatamento em grande escala (CLARO, 2007: pg 65-69).

A inadaptação da gmelina às condições ambientais da Amazônia levou o “império Jari” a sucumbir, sendo o espólio assumido por um consórcio de 23 empresas, sobre a liderança da empresa CAEMI. Para garantir a continuidade da produção de celulose passou-se a utilizar fibras provenientes de florestas nativas em conjunto com o das árvores cultivadas em monocultura. Em 1990 se iniciou o plantio de eucalipto para a produção de celulose. Porém, uma série de acidentes no parque operacional geraram longas paralisações e aumentaram o volume de dívidas do empreendimento ao teto de R\$ 410 milhões. Assim, em 2000 o Projeto Jari foi repassado ao Grupo ORSA pelo valor simbólico de R\$ 1,00 (CLARO, 2007: 72).

#### *A cadeia da castanha do Brasil no Vale do Jari*

A compreensão da cadeia da castanha do Brasil exige retomar, ao menos em linhas gerais, os “caminhos” do extrativismo na Amazônia e em especial do extrativismo da borracha, pois muito do que constitui a atualidade da cadeia da castanha é herança daquele período.

A borracha assumiu importância a partir de meados do século XIX, impulsionada pela demanda da indústria automobilística estadunidense e europeia. No século seguinte ocorreu seu declínio, e com o advento da segunda guerra mundial (1939 – 1945) uma efêmera recuperação. Nestes períodos destacam-se dois fenômenos: a migração de uma significativa massa de nordestinos para a região amazônica – a literatura indica cerca de 300 mil a 500 mil migrantes – e o fortalecimento do aviamento como forma de financiamento das atividades extrativistas e estabelecimento de relações sociais e econômicas complexas entre sujeitos capitalizados e descapitalizados nos rincões amazônicos (DINIZ, 2008: 42):

Os produtos do extrativismo eram comprados pelo patrão, que era fornecedor exclusivo de produtos industrializados e equipamentos aos extrativistas. O seringueiro contraía uma dívida com o patrão quando este financiava a sua viagem do Nordeste para a Amazônia, além dos equipamentos necessários à extração dos produtos da floresta. Ao se abastecer exclusivamente nos barracões do patrão, o seringueiro passava a ser seu “cliente”. [...] Esse sistema se difundiu pela Amazônia durante o ciclo da borracha, formando diversos elos intermediários que iniciavam nas casas de exportação e importação, e chegavam até os extrativistas.

Com o declínio da importância da borracha amazônica no mercado, a castanha do Brasil passou a ganhar importância econômica como produto extrativista a partir dos anos 1866 (DINIZ apud EMPERAIRE e MITJA, 2008: 75) e irá herdar a logística implantada pelos barões da borracha, mas também a sua lógica de distribuição do trabalho e relações sociais e econômicas marcadas pelo aviamento.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



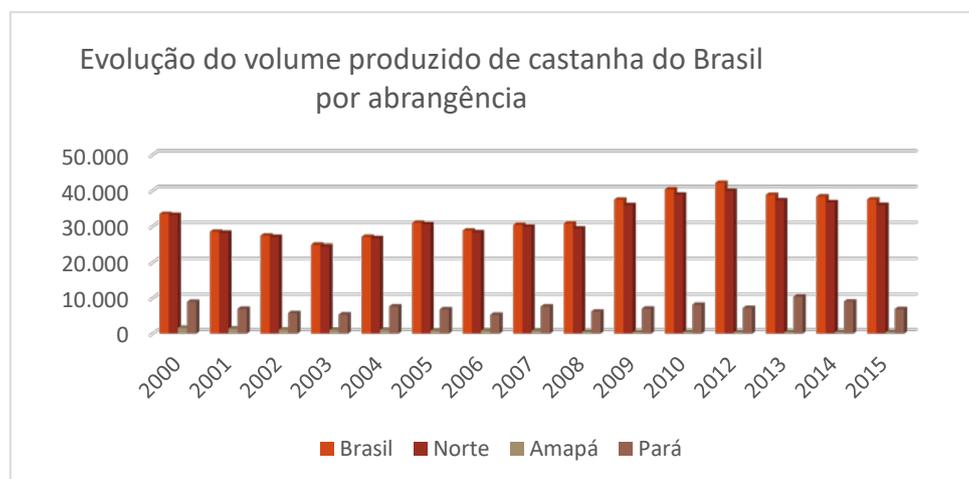
No período contemporâneo, o Brasil foi o principal exportador, porém perdeu esta condição para a Bolívia, especialmente a partir de até 1996, havendo duas possibilidades de explicação para o fato: o aprimoramento tecnológico na produção e aumento de volume pela Bolívia (DINIZ, 2008: 78); o aumento da produção e comercialização de amêndoa sem casca pela Bolívia e Peru (ANGELO et Alli, 2013: 196).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), referentes à 2012 (CONAB, 2012: 1), os principais destinos para a exportação da castanha do Brasil são a Bolívia – produto *in natura*, seguido do Estados Unidos – incluindo a castanha beneficiada, Honk Kong, Europa e Austrália. Naquele ano as exportações alcançaram o total de 4.940 toneladas, gerando receita de US\$ 6,5 milhões, a qual foi 65% superior ao ano anterior (2011).

A proporção do fluxo do volume total produzido tem oscilado entre 70% a 75% para o consumo interno, enquanto que o fluxo para a exportação tem ficado entre 25% a 30%, o que demonstra que o mercado interno é um âmbito de comercialização altamente promissor, desde que superadas as abissais diferenças entre a remuneração paga ao extrativista e o valor do produto final, que chegou a valores entre R\$ 1,00 pelo quilo extraído na floresta a R\$ 64,00 pelo quilo beneficiado e pronto para consumo em centros urbanos do Brasil no ano de 2015 (<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias-2015/545968-castanhas-do-brasil-ligam-norte-ao-sudeste>, acessado em 17/1/2017, às 20:16 h).

Ainda que os dados oficiais acerca do volume produzido de castanha do Brasil provavelmente não expressem a realidade municipal, pois o processo de comercialização inicial é realizado no local de origem em “dinheiro vivo” e sem emissão de nota fiscal, enquanto que o registro oficial é feito após este deslocamento inicial do produto. Mas os quantitativos permitem uma análise da dinâmica de volume produzido.

Gráfico 3 - Participação da Região Norte, Amapá e Pará na dinâmica do volume produzido de castanha do Brasil em território nacional de 2000 a 2015.



Fonte: SIDRA/IBGE

Elaboração: IEB

Conforme o gráfico 3, a Região Norte tem mantido uma participação expressiva em valores absolutos na produção nacional de Castanha do Brasil. Analisados enquanto proporção, os índices se mantiveram no período entre igual a 95% e chegaram até 99%, nos anos de 2000 a 2005. Porém, a partir deste ano verificou-se uma diminuição na participação que oscila de um ano para o outro, mas numa tendência de queda até chegar ao patamar de 95% em 2015.

A participação do estado do Amapá e Pará em relação à produção da Região Norte tem grandes diferenciações, sendo que a participação deste último é bem mais significativa. Segundo os dados oficiais, o Amapá participou entre os anos de 2000 a 2004 com 5% a 4%, e teve uma dinâmica de queda que levou a 1% de participação no volume da Região Norte, que se manteve entre os anos 2009 a 2015. Já o estado do Pará sempre apresentou uma participação de dois dígitos percentuais, sendo os menores valores de 18% em 2011, e 19% nos anos de 2006 e 2014, e o maior valor em 2004 (29%).

Em termos de participação no volume produzido se pode comparar o total dos estados do Pará e Amapá com o total do Vale do Jari, conforme demonstra a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Volume de castanha do Brasil em toneladas por abrangência, total Pará e Amapá e total Vale do Jari

Ano	Volume em toneladas por abrangência							
	AP	PA	Total AP-PA	Almeirim	Laranjal do Jari	Mazagão	Vitória do Jari	Total Vl. do Jari
2000	1.639	8.935	10.574	196	751	420	468	1.835
2001	1.393	6.972	8.365	186	656	340	396	1.578
2002	1.157	5.770	6.927	177	562	308	287	1.334
2003	1.048	5.361	6.409	174	547	299	202	1.222
2004	1.106	7.642	8.748	177	587	273	245	1.282
2005	860	6.814	7.674	169	420	201	239	1.029
2006	917	5.291	6.208	170	441	224	253	1.088
2007	847	7.639	8.486	172	390	188	269	1.019
2008	519	6.203	6.722	168	63	145	311	687
2009	390	7.015	7.405	173	68	116	206	563
2010	447	8.128	8.575	166	76	148	224	614
2011	401	7.192	7.593	173	70	110	220	573
2012	426	10.449	10.875	190	74	116	236	616
2013	438	9.023	9.461	194	76	120	242	632
2014	466	6.903	7.369	197	79	125	262	663
2015	473	7.967	8.440	188	82	127	264	661

Fonte: SIDRA/IBGE

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Elaboração: IEB

A tabela 3 indica que, segundo os dados oficiais, em relação ao volume total de castanha do Brasil produzida no Pará e Amapá, o Vale do Jari apresentou uma dinâmica de progressiva redução de participação a partir do ano 2008. Em termos percentuais, no período de 2000 a 2008, a variação se deu entre 10% (2008) a 19% (2001 e 2002) e no período de 2009 a 2015 a oscilação ficou entre 6% (2012) e 9% (2014).

Neste mesmo nível espacial comparativo (Pará e Amapá e os municípios do Vale do Jari) se pode também analisar o desempenho econômico deste produto extrativista, conforme segue abaixo:

Tabela 4 - Valor da castanha do Brasil em Mil R\$ por abrangência, total Pará e Amapá e total Vale do Jari

Ano	Valor da produção extrativa de castanha do Brasil por área de abrangência (em Mil R\$)								
	AP	PA	Total AP-PA	Almeirim	Laranjal do Jari	Mazagão	Vitória do Jari	Total Vl. Jari	% Vl. Jari no AP-PA
2000	597	3931	4.528	116	263	147	187	713	16
2001	398	3505	3.903	112	197	102	99	510	13
2002	347	3101	3.448	115	169	92	86	462	13
2003	314	4248	4.562	147	164	90	61	462	10
2004	522	6447	6.969	160	264	123	135	682	10
2005	454	7317	7.771	169	210	101	143	623	8
2006	614	5867	6.481	187	265	134	215	801	12
2007	608	8177	8.785	198	234	132	242	806	9
2008	450	7257	7.707	201	46	109	295	651	8
2009	356	8104	8.460	225	51	93	212	581	7
2010	402	10129	10.531	232	76	126	201	635	6
2011	375	12574	12.949	266	78	99	198	641	5
2012	419	16808	17.227	317	85	110	224	736	4
2013	477	15864	16.341	339	92	132	254	817	5
2014	567	14313	14.880	365	103	150	314	932	6
2015	632	19314	19.946	347	111	165	356	979	5

Fonte: IBGE/SIDRA

Elaboração: IEB

Conforme os dados oficiais, os valores auferidos com a comercialização da castanha do Brasil pelo estado do Pará no período são sempre superiores aos do estado do Amapá, pois enquanto este em nenhum dos anos do período chega ao patamar de milhão de reais, aquele sempre registrou arrecadação na casa dos milhões de reais, com destaque para o período de 2010 em diante pela superação da dezena de milhões de reais, chegando a quase R\$ 20 milhões e 500 mil em 2015.

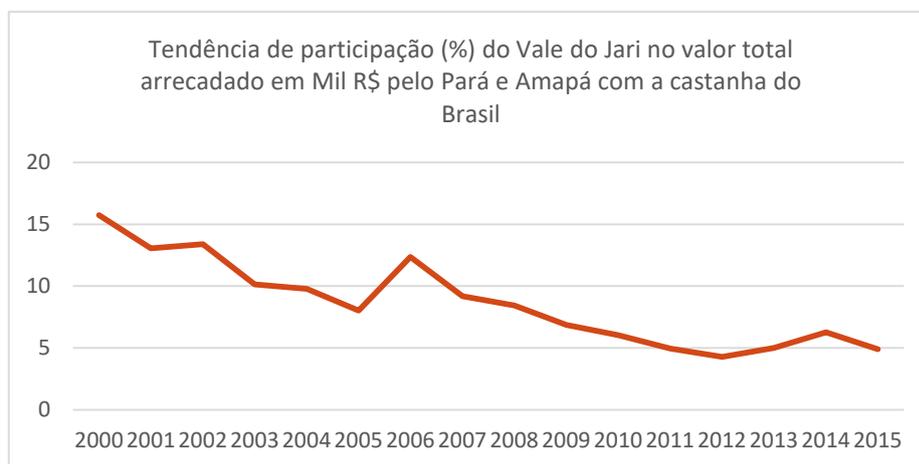
#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Quanto à participação do Vale do Jari em termos proporcionais na arrecadação com a Castanha do Brasil nos estados do Pará e Amapá, o gráfico abaixo demonstra igualmente esta tendência de queda.

Gráfico 4 - Proporção de participação do Vale do Jari na arrecadação do Amapá e Pará em relação à castanha do Brasil.



Fonte:

IBGE/SIDRA

Elaboração: IEB

Conforme os dados oficiais, o percentual de participação do Vale do Jari na arrecadação conjunta do estado do Amapá e Pará de 2000 a 2015 tem sofrido gradativa queda, chegando a permanecer em 1 dígito a partir do ano de 2007, com a menor proporção no ano de 2012, quando chegou a somente 4%. É necessário considerar nesta tendência não somente os aspectos relacionados à maior participação do Amazonas e do Acre na produção da Região Norte, mas igualmente o contrabando da produção para a Bolívia, conforme denunciado por exportadores paraenses (CONAB).

Alguns elementos aferidos no decorrer das atividades de campo também podem colaborar na compreensão destas dinâmicas. Deve-se considerar que esta baixa participação do estado do Amapá quando comparada ao estado do Pará deve ser relativizada, já que há informações orais de que um volume considerável é vendido “em dinheiro vivo” para atravessadores que enviam a produção para o Pará, sendo a castanha do Brasil registrada oficialmente neste estado e não no Amapá.

Outros elementos preocupantes apontados que podem explicar a redução na participação é o desmatamento e o envelhecimento das árvores (O LIBERAL, 2016). Neste sentido, ainda que em tom de gravidade é necessário dar ressonância ao alerta de que a extinção desta atividade extrativista significará: um colapso demográfico que atingirá uma das populações-chaves para a dinâmica econômica e social da Amazônia (ANGELI et Alli apud PERES et Alli, 2013: 196).

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Faz-se, portanto, mais do que necessário ouvir as falas e percepções daqueles e daquelas que vivem o cotidiano dos castanhais e as vicissitudes e possibilidades da cadeia da castanha do Brasil no Vale do Jari, com ênfase para as localidades pertencentes aos municípios de Almeirim (PA) e à RESEX Cajari nas partes afetas aos municípios de Laranjal do Jari (AP) e Vitória do Jari (AP).

### ***2.2.2. A cadeia da castanha do Brasil: Localidade Morada Nova e Repartimento dos Pilões em Almeirim (PA) e RESEX Cajari (Região do Alto Cajari), no Amapá.***

As informações nesta seção possuem duas bases de dados: revisão bibliográfica e documental referente à cadeia e os relatos e discussões realizados no Encontro Cadeia de Valor Sustentável da Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá, ocorrido no município de Macapá (AP), de 29 a 31 de agosto de 2016, na Biblioteca Pública Eucy Lacerda.

No Encontro participaram 20 pessoas, representando 14 organizações da sociedade civil e do poder público: Comunidade Morada Nova e Repartimento dos Pilões (Almeirim - PA), Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari (ASTEXCA), Associação de Moradores e Trabalhadores em Produtos da Cadeia da Sociobiodiversidade dos Médios e Baixos Rios Cajari e Muricá (ACIOBIO), Cooperativa dos Produtores Extrativista do Vale do Jari (COOPEFLORA), Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá (ATEXMA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SDR), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Associação da Escola Família Agroextrativista do Carvão (AEFAC), Associação da Escola Família Agroecológica do Macacuari (AEFAM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

#### *Relevância da cadeia da castanha do Brasil*

Para os representantes da cadeia da castanha do Brasil, participantes do Encontro, é inegável a importância desta atividade extrativa para as comunidades que estão inseridas em unidades de conservação, sejam elas federais ou estaduais. Trata-se de uma atividade que compõe uma parte significativa da atividade econômica das famílias agroextrativistas e que demanda uma boa proporção da mão de obra familiar, envolvendo atividades de coleta individual, familiar e coletiva, esta última designada como aquela que se dá a partir do direcionamento ou gerenciamento de uma associação ou cooperativa.

Contudo, a principal fala acerca da relevância da cadeia vem da constatação de um paradoxo: “é uma riqueza que não nos tira da pobreza”. Aqui se trata da abissal diferença entre a remuneração do trabalho do extrativista no processo de coleta e o preço final do produto



beneficiado, com diferenças que podem chegar a 1580%. Ou seja, se constata que no decorrer da cadeia há uma significativa valorização do produto, mas que uma parte significativa desta valorização monetária se deve à baixíssima remuneração do trabalho das comunidades extrativistas. Constatação que é corroborada inclusive por documentos do governo brasileiro acerca dos preços praticados nesta cadeia no ano de 2012 (CONAB, 2012: 2)

Apesar do aumento dos preços observou-se somente uma correção nos valores pagos aos produtores, pois eram irrisórios e de caráter explorador por parte dos comerciantes que se viram obrigados a diminuir suas margens de lucro para o comércio varejista.

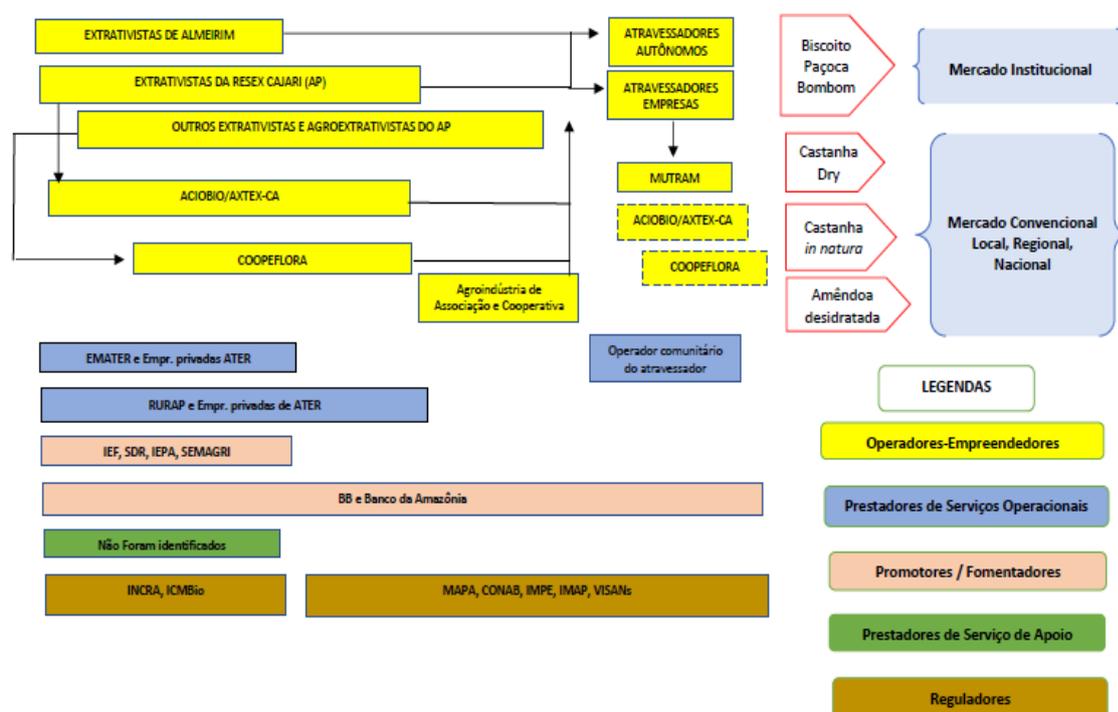
Outro elemento paradoxal é a “nebulosidade” e insegurança em relação ao preço de comercialização local da castanha, uma vez que no ano de 2016 a barrica (equivalente a 100 hectolítros) chegou ao valor de R\$ 300,00 no Vale do Jari, porém o ano de 2017 é uma incógnita, com variações que podem ir de R\$ 110,00 a R\$ 350,00 a barrica. Contudo, esta situação de insegurança tem motivado os castanheiros a se organizar mais e melhor em relação à etapa de comercialização por meio de suas associações e cooperativas e outras formas associativas informais.

Segundo avaliação dos participantes, quando os castanheiros estão organizados em associações, cooperativas ou grupos informais há maior capacidade de atuação. Quando se tem esse tipo de articulação eles conseguem beneficiar a castanha, esperar o momento para a melhoria do preço – que se dá especialmente no período do final de ano por conta das festas. Um sinal da importância deste processo de organização da produção é o fato de que “quem está organizado consegue guardar sua produção e ter um melhor preço”, conforme as palavras de um dos participantes.

Abaixo segue o mapa temático da cadeia da castanha do Brasil que foi gerado a partir das discussões e reflexões feitas pelos participantes acerca do tema, considerando as realidades de Almeirim (PA) e do Amapá, neste caso com ênfase nas porções de Laranjal do Jari e Vitória do Jari que estão na RESEX Cajari.



Figura 2 - Mapa Temático da Cadeia da Castanha do Brasil no Vale do Jari



*As relações e estratégias de produção, beneficiamento e comercialização.*

Conforme demonstrado no mapa temático há uma relativa diversificação de produtos finalizados em nível local no Vale do Jari, porém o maior volume de inserção no mercado é da castanha do Brasil *in natura*, no formato dry e desidratada, alcançando os três níveis de mercado (local, regional e nacional), mas que tem como destino final o mercado internacional a partir da atuação dos atravessadores e de empresas, como é o caso da Mutram.

Os subprodutos citados pelos participantes se concentraram na área alimentícia (biscoito, paçoca, bombom, amêndoa desidratada). Isso se deve ao fato de que são estes os produtos que as organizações têm elaborado, seja de forma artesanal, quanto por meio de suas estruturas de beneficiamento. De forma muito periférica foi citado o óleo para o setor de cosméticos, mas como sendo extraído em sua maioria pela grande indústria e com pequena participação de organizações locais – foi citada apenas uma no estado do Amapá.

A comercialização dos subprodutos alimentícios se dá de forma bem diversificada e até mesmo especializada: biscoito, paçoca e bombom, por meio das compras da merenda escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a castanha *in natura* e castanha *dry* têm destino para empresas de exportação em sua grande maioria e um pequeno volume no comércio ambulante local; amêndoas desidratadas e embaladas a vácuo para empresas de exportação e supermercados locais.

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Destaque-se o papel relevante dos atravessadores e da organização coletiva dos castanheiros na etapa de comercialização, que é evidenciada pelo relato a seguir (IEB, 2016: 9)

Somos os donos dos castanhais, fazemos a extração, mas não temos cooperativa, tudo fica na mão do atravessador. Repartimento dos Pilões (Almeirim, PA) detém mais de 70% dos castanhais.

Extraímos, trazemos na costa do “burro de duas pernas”, colocamos no caminhão e cai tudo nas mãos do Gracilágio e do Ventura (atravessadores) e de lá para Belém, para os Mutran.

Em Arumanduba (Almeirim, PA) há um nível maior de organização de uma comunidade quilombola, que já se desvincilhou do atravessador. Eles criaram uma organização, foram no banco apresentaram o castanhal como garantia, tiveram o crédito para entrarem no castanhal, fizeram um galpão e tem secador (para fazer a castanha dryada) o final da safra aí é que chega ao valor real da produção, porque eles vendem somente no final da safra. Isso mostra que quando tem organização a relação de comercialização fica mais favorável para o castanheiro

A atuação dos atravessadores será analisada na seção seguinte, mas neste momento é necessário apresentar informações sobre o mercado institucional, que foi apontado pelos participantes como uma via de comercialização ainda a ser melhor explorada.

Os participantes do Encontro informaram que em relação ao PNAE, somente o município de Laranjal do Jari havia feito comercialização de subprodutos alimentícios da castanha do Brasil. Destaque-se que no ano de 2014 a compra total de merenda escolar por este município ficou acima do mínimo definido em lei e alcançou o percentual de 32,41%, de um repasse total de R\$ 565.614,00. Ou seja, foram adquiridos R\$ 183.287,67 em produtos da agricultura familiar (<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acessado em 30/1/2017, às 15:17 h). Contudo, não foram informados o quanto foi a participação da castanha do Brasil nestas aquisições.

Em relação ao PAA, as informações disponíveis não permitem desagregar os produtos alimentícios manufaturados que tenham como base a Castanha do Brasil, somente a comercialização de amêndoas. Considerando o período de 2011 a 2015 na modalidade de execução pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os dados indicam que não houve participação deste produto na comercialização em alguns anos: no caso do Amapá nos anos de 2011, 2014 e 2015 e no caso do Pará em 2015.

Nos anos em que o produto foi comercializado, a participação dos estados do Pará e Amapá no volume de recursos financeiros auferidos pelos agricultores ou agroextrativistas de modo geral apresentou uma baixa proporção, vejamos: Em 2011 foram comercializados R\$ 2.863.893,08 e o Pará participou com apenas 1,26%; em 2012 o volume total comercializado foi de R\$ 4.811.375,66, o Amapá compôs 2,69% e o Pará 4,85% deste total; em 2013 houve uma mudança significativa no padrão, pois os recursos com a castanha do Brasil no PAA MDS-MDA foram de

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

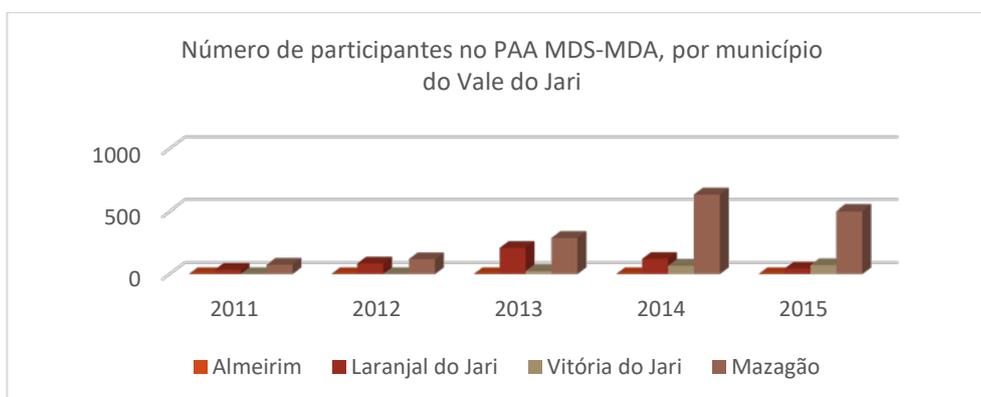
Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



R\$ 1.000.614,00, e o Amapá participou com 48,22% neste total e, finalmente no ano de 2014 se chegou ao total de R\$ 4.007.618,77, com o Pará movimentando apenas 5,47% deste montante (<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acessado em 30/1/2017, às 15:47 h).

Contudo, o fato da castanha do Brasil não ter sido comercializada nos anos acima referidos, não significa que os agricultores e agroextrativistas tenham ficado ausentes da participação nesta política pública. O gráfico abaixo informa o nível de participação dos agricultores ou agroextrativistas nesta política pública em cada município do Vale do Jari.

Gráfico 5 - Número de participantes no PAA MDS-MDA, por município do Vale do Jari, de 2011 a 2015.



Fonte: PAA Data

Elaboração: IEB

Quanto à participação dos agricultores ou agroextrativistas dos municípios-foco do FORCAV no Vale do Jari nesta política observa-se que tem sido mais significativa no município de Laranjal do Jari, sendo que o menor número foi em 2011, com 36 pessoas e o maior quantitativo em 2013, com 210 pessoas. Contudo, o município que manteve uma tendência expressiva de crescimento foi Mazagão (AP), que em 2011 teve 75 participantes e em 2014 chega ao patamar de 633 participantes, mas caindo em 2015 para 503 pessoas. Apenas o município de Almeirim (PA) não contabilizou nenhuma participação em todo o período. Assim, de modo geral, se percebe um alcance desta política no Vale do Jari, com alto potencial de expansão.

#### *As relações entre os principais operadores-empresendedores*

No Encontro, além da construção do mapa temático foi realizado também o mapeamento das interrelações entre os operadores-empresendedores da cadeia da castanha do Brasil nominados. A partir do mapa temático e das indicações sobre as interrelações se percebem quatro tipos de operadores-empresendedores: os castanheiros individualizados, as organizações dos castanheiros (associações e cooperativas), os atravessadores altamente capitalizados (geralmente ligados às

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



empresas exportadoras ou mantendo relação direta de comercialização com as mesmas), os atravessadores medianamente capitalizados e os operadores comunitários dos atravessadores.

Evidenciou-se nas discussões o protagonismo e relevância dos atravessadores, conforme verificado na caracterização dos mesmos pelos agroextrativistas (IEB, 2016: 9-10):

O atravessador é alguém estrategista, ele não é arrogante, mas se ele sente que tem o momento de tirar o que pode do castanheiro, aí ele tira mesmo. Ele atua forte porque o estado é ausente, assim ele garante a compra da produção, sem ele a compra poderia cair em 70%. O cenário foi mudando, conforme os castanheiros foram se organizando, os atravessadores foram mudando suas estratégias: No início se trocava uma barrica de castanha por uma lata de leite ou uma caixa de cachaça, hoje uma barrica está dando R\$ 300,00.

Os depoimentos demonstram que há uma relação forte de determinação de preço e de super-exploração do trabalho dos castanheiros pelos atravessadores, assim como o poder econômico destes atores. Segundo os relatos dos participantes, quando os travessadores se sentem ameaçados são capazes de “quebrar” uma organização de extrativistas (associação ou cooperativa) oferecendo preços mais altos, reduzindo sua margem de lucro, mas garantindo controle na compra da castanha do Brasil. Assim não se pode desconsiderar a capacidade econômica e política dos atravessadores em atuar para garantir seus interesses nesta cadeia.

Ao mesmo tempo, os participantes do Encontro destacaram que tem sido a organização dos castanheiros que possibilitou mudanças na relação com os atravessadores, pois a minimização das relações aviltantes tem como um dos componentes a atuação coletiva (IEB, 2016: 10):

Mas essa realidade não acabou: lá dentro do castanhal, uma barrica ainda é um litro de cachaça. Na medida que o castanheiro está sozinho, ele passa por essas situações, mas na medida em que ele está numa linha de organização, então já tem linha de crédito, financiamento e aí tem uma moderação na ação do atravessador em relação ao castanheiro. Quando o castanheiro está sozinho, uma saca de farinha custa R\$ 600,00, um litro de pinga vale R\$ 40,00.

Destaque-se que esta ênfase na atuação coletiva não está vinculada a uma maior articulação entre as organizações ou comunidades de extrativistas, mas à auto-organização de cada comunidade ou grupo. Neste sentido, os participantes afirmaram a necessidade de valorizar os grupos informais, que são compostos até por membros de cooperativas, porque é nestes espaços que eles também discutem seus problemas, dificuldades e criam formas de ajuda mútua, como o empréstimo de castanha entre si para o pagamento de dívidas. Como bem afirmaram: “Nosso olhar sobre a organização dos castanheiros não pode ser somente para o formato associação ou cooperativa, como se fossem as únicas ou as melhores formas de se organizar”. (IEB, 2016: 18)

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Este cenário se torna ainda mais desafiador pelo fato de que as mesmas atuam em UC que estão sob a gestão de entes federados distintos (Estado e União) e há pouca interação entre os órgãos gestores quanto ao enfrentamento dos problemas de forma conjunta. Ao final da discussão ficou evidente que esta é uma situação-problema relevante a ser enfrentada nesta cadeia.

### *2.2.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável da castanha do Brasil no Vale do Jari.*

As discussões e reflexões do Encontro CdVS da Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá também se debruçou sobre os gargalos e oportunidades da cadeia em cada um dos eixos de atuação necessários ao processo de construção da cadeia de valor sustentável da castanha do Brasil no Vale do Jari, o que exigiu igualmente que fossem apontadas ações para potencializar as oportunidades e superar os gargalos. Cada um destes eixos é apresentado, conforme segue abaixo.

Quadro 5 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo cooperação horizontal e vertical

<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de organização da produção/produtores, cooperativas e associações</li> <li>- Falta de comunicação e de articulação coletiva entre as organizações (associações e cooperativas), com baixa troca de conhecimentos.</li> <li>- Ausência de um instrumento agregador das entidades produtivas e do poder público que atuam na cadeia,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de cooperativas tem facilitado o processo de transformação até o comércio.</li> <li>- Experiências de parceria com o setor privado, empresas e pessoas físicas.</li> <li>- Venda para a CONAB (biscoito), mercado local e merenda escolar.</li> <li>- Políticas públicas já estabelecidas e que necessitam ser acessadas, como Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), PAA e PNAE.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer parcerias para implementar uma central como referência regional em relação à castanha do Brasil e seus derivados.</li> <li>- Favorecer o investimento em fortalecimento institucional e até mesmo incubação voltada para a gestão.</li> <li>- Operar a formação e a capacitação voltadas para empreendedorismo, técnicas de manejo e boas práticas como um instrumento de agregação dos atores privados e públicos da cadeia (castanheiros, gestores das entidades e UCs, técnicos).</li> <li>- Apoio financeiro para a melhoria de capacidade de produção por meio de instalação de equipamentos, melhorias nas infraestruturas já instaladas ou aproveitamento da capacidade já instalada por meio de gestão compartilhada ou parceirizada.</li> </ul>	

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Fonte: Relatório do Encontro CdVS Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB

Quadro 6 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo serviços financeiros e não-financeiros

<b>EIXO SERVIÇOS FINANCEIROS E NÃO-FINANCEIROS</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos financeiros entre os castanheiros para aquisição de materiais e equipamentos para o período da safra.</li> <li>- Alta inadimplência do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) Floresta “barra” o acesso a crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há recursos financeiros disponíveis no FRAP, PRONAF, CONAB, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</li> <li>- Já existem cooperativas e associações organizadas e que podem ser fortalecidas.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar formas de financiamento coletivo intermediado pelas entidades organizativas dos extrativistas que estejam em condições de inadimplência (empréstimo coletivo)</li> <li>- Favorecer iniciativas de apoio por meio de consultorias especializadas às organizações, em vista de diagnósticos administrativos e contábeis, identificação do endividamento e inadimplência, estratégias de superação do endividamento, rodadas de negociação com credores, etc.</li> <li>- Estimular o crédito orientado, em vista de evitar as armadilhas do “mercado de projetos de crédito” que levam a nova situação de inadimplência.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

Quadro 7 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade

<b>EIXO PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Práticas inadequadas (queima, etc) leva a perda de castanheiras.</li> <li>- Resistência à novas práticas de manejo.</li> <li>- Falta de padronização para a produção mais elaborada (biscoito, macarrão).</li> <li>- Falta de apoio para orientação em relação a embalagem, rotulagem e marketing.</li> <li>- Falta de certificação dos produtos derivados da castanha para melhorar a comercialização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas silviculturais adequadas disponíveis e acessíveis por meio de Oficinas, Cartilhas e Publicações.</li> <li>- Boas práticas já em execução (RESEX Cajari, Comunidade Água Branca).</li> <li>- Matéria-prima abundante e grupos capacitados para diversificação de produtos oriundos da castanha: castanha chip, castanha crocante, aproveitamento do ouriço, cosméticos, com práticas artesanais</li> </ul>

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



- Alto custo para acesso de estrutura laboratorial para a rotulagem e controle de qualidade.	de produção e seus conhecimentos agregados
<b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assessoria técnico-tecnológica e em relação à gestão das entidades e organizações produtivas.</li> <li>- Organizações de pesquisa estejam mais próximas das organizações produtivas: retornos das pesquisas feitas, das tecnologias desenvolvidas ou adaptadas.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

Quadro 8 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia da castanha do Brasil no eixo institucional e regulações

<b>EIXO INSTITUCIONAL E REGULAÇÕES</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insegurança fundiária de em Almeirim (PA).</li> <li>- Relação entre os órgãos públicos relacionados à cadeia é frágil</li> <li>- Ausência de informação consolidada da produção de castanha do Brasil no Amapá e Pará.</li> <li>- Baixo o nível de compras de produtos do extrativismo para a merenda escolar: abaixo do mínimo obrigatório (30%).</li> </ul>	
<b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição de uma Câmara Técnica do Extrativismo da Castanha do Brasil no Amapá, podendo até mesmo incluir a questão orçamentária e de políticas públicas.</li> <li>- A legalização do licenciamento dos empreendimentos da castanha do Brasil pelos OEMAS, ICMBio e INCRA, favorecendo a sua sustentabilidade.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Castanha do Brasil em Almeirim (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



# Cadeia de Valor do AÇAÍ



**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**  
Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



## 2.3. A CADEIA DO AÇAÍ.

No decorrer da realização das atividades do Projeto FORCAV relacionadas à cadeia do açaí, verificou-se que há uma dinâmica territorial que conecta o município de Portel à alguns municípios produtores de açaí no estado do Macapá: há comercialização do produto entre estas localidades, a logística fluvial permite o trânsito entre estas territorialidades de maneira relativamente fácil.

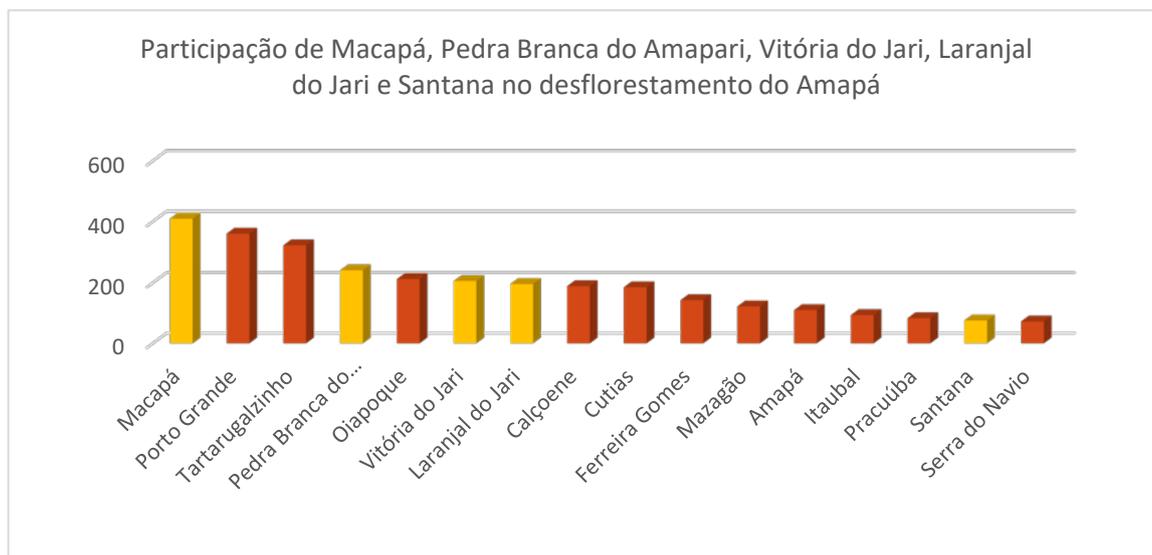
Enfim, o rio interliga estas municipalidades, assim como as relações sociais e econômicas entre suas populações, especialmente em relação ao açaí. Esta conexão entre o Pará e o Amapá já havia sido verificada em pesquisa realizada pelo IMAZON (2007), onde foram visitados os portos de Belém-PA (porto do açaí), Macapá-AP (porto dos Igarapés das Mulheres e porto Santa Inês), Santana - AP (porto da Fortaleza e porto do açaí), Gurupá - PA (porto de comercialização) e Breves - PA (porto do açaí). No âmbito do FORCAV se está falando dos municípios de Portel (PA) e quatro municípios do estado do Amapá: Santana, Macapá, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, que passam a ser denominados neste documento por “Corredor do Açaí Portel – Amapá”.

### 2.3.1. As territorialidades e macro-dados estatísticos da cadeia do açaí no Corredor do Açaí Portel – Amapá.

Segundo dados do IBGE, os municípios do Corredor do Açaí Portel – Amapá abrangem uma área total de 69.386,8 Km<sup>2</sup> e uma população de 604.008 habitantes. Deste total populacional, a concentração está majoritariamente no meio urbano, com um percentual de 91,62%, enquanto que os habitantes da área rural compreendem 8,38%. O maior contingente de população no meio rural está no município de Portel, com 27.320 habitantes rurais, o qual perfaz 52% da população total daquele município, mas que em relação à população total do Corredor do Açaí Portel – Amapá equivale a 4,94%. Considerando o papel que tem as florestas nesta atividade, segue um conjunto de informações sobre o desmatamento no Corredor do Açaí Portel – Amapá. Iniciando pelos indicadores em relação ao desmatamento dos municípios do Amapá, conforme segue no gráfico abaixo:



Gráfico 6 - Participação de Macapá, Pedra Branca do Amapari, Vitória do Jari, Laranjal do Jari e Santana no desflorestamento do Amapá



Fonte: INPE

Elaboração: IEB

Entre os municípios do Amapá, houve uma contribuição significativa dos municípios de Macapá – primeiro lugar no desmatamento no estado, com uma proporção de 13,56% – e Pedra Branca do Amapari, que se posicionou em 4º município com a maior área desflorestada do Amapá, com 8%. Em seguida Vitória do Jari participou com 6,82% e Laranjal do Jari, com 6,49%, ficando em 6º e 7º lugares, respectivamente. Finalmente aparece Santana, que entre todos os municípios-foco do projeto FORCAV, foi o que menos contribuiu ao desmatamento, com 2,50%, sendo o penúltimo do ranking.

Portel é apresentado a seguir em comparação com os 10 municípios que apresentaram os maiores índices de desmatamento no estado do Pará.



Gráfico 7 - Portel em relação aos 10 municípios que mais desmataram no estado do Pará até 2015.

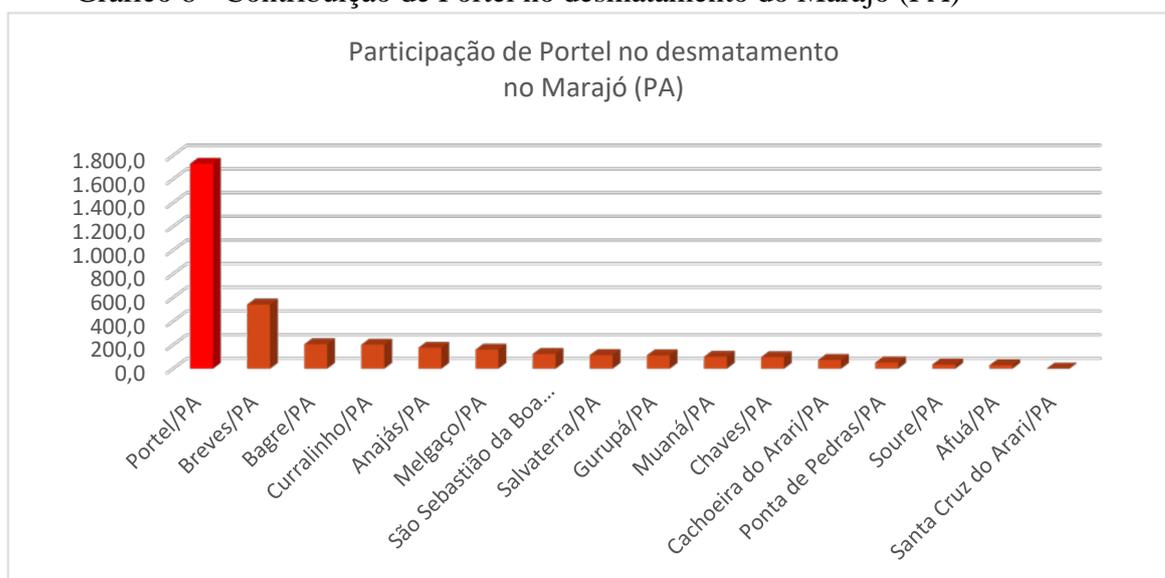


Fonte: INPE

Elaboração: IEB

Os dados informam que a contribuição de Portel com o desmatamento no estado do Pará é pequena, em relação aos 10 municípios com as maiores áreas desflorestadas, ficando na proporção de 0,66%, este percentual o coloca em 51º lugar entre os 144 municípios do Pará. Porém, é preciso destacar uma situação: a participação de Portel no desmatamento do Marajó (PA), conforme segue abaixo:

Gráfico 8 - Contribuição de Portel no desmatamento do Marajó (PA)



Fonte: INPE

Elaboração: IEB

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Sob este recorte territorial, importante para a discussão de cadeias da sociobiodiversidade, se percebe que o município é o líder em desmatamento, com ampla distância em relação ao segundo colocado, que é o município de Breves. Contudo, destaque-se que nenhum dos municípios do Corredor Portel – Amapá estão na lista dos 49 municípios prioritários divulgada pelo INPE ( <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>).

Outro indicador para analisar a dinâmica do desmatamento nos municípios do Corredor Portel – Amapá é o seu incremento no período 2014-2015. Neste caso, em relação à Amazônia Legal e aos estados do Amapá e Pará, em particular. O percentual de incremento na Amazônia Legal para o período foi de 0,12%, no estado do Pará ficou na ordem de 0,18% e no estado do Amapá em 0,01%. Os municípios-foco da cadeia do açaí apresentaram o seguinte desempenho, em ordem decrescente: Santana (AP), com 4,77%; Portel (PA), com 0,43%; Macapá (AP), com 0,05%,; Vitória do Jari, com 0,02%; Pedra Branca do Amapari com 0,01% e Laranjal do Jari sem ter havido incremento. Neste ranking dois fatos chamam a atenção: Santana (AP) é o município com a menor área desmatada do Amapá, mas é o líder no incremento do desmatamento e Portel que é 51º município em área desflorestada, passa a 5º município com o maior incremento no estado do Pará em números absolutos: 109.2 Km<sup>2</sup>.

#### *A cadeia do açaí no Corredor do Açaí Portel – Amapá.*

O açaí tem ocorrência na América do Sul, com 49 espécies do gênero *Euterpe*. No Brasil ocorrem 3 espécies: *Olerácea, Mart*, no estuário do rio Amazonas (Pará e Amapá); *Precatoria, Mart*, no Amazonas e Mato Grosso; *Edulis, Mart*, nas florestas atlânticas e centro-sul do território nacional (NÓBREGA, LIMA e NETO, 2011). Considerando as espécies *Olerácea* e *Precatoria*, sua ocorrência nos estados do Pará e Amazonas é tão específica que aquele é chamado de Açaí-do-Pará e este de Açaí-do-Amazonas em alguns estudos (BANCO DO BRASIL, 2010: pg 14). A principal diferença entre uma espécie e outra é que a *Precatoria* é sem perfilhos, enquanto que a *Olerácea* pode chegar de 5 a 13 perfilhos.

A coleta do açaí é uma atividade típica do agroextrativismo e os frutos coletados são a base alimentar de um contingente significativo da população da Região Amazônica. Ainda que não haja dados estatísticos precisos, há indicadores da magnitude deste consumo: no estado do Pará, no período da safra chegaria a 300 mil litros diários de “vinho de açaí”, sendo que a capital (Belém) teria um consumo diário que oscilaria entre 180 mil litros (NÓBREGA, LIMA e NETO, 2011) a 200 mil litros (BANCO DO BRASIL apud Guimarães, 2010).

Porém o açaí ultrapassou fronteiras e a partir dos anos 90 deixou de ser um produto restrito à base alimentar local e regional, para alcançar mercados consumidores do Sudeste e Centro-Sul numa dinâmica bem acelerada. Por exemplo: em 1992 o Rio de Janeiro importou do estado do

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



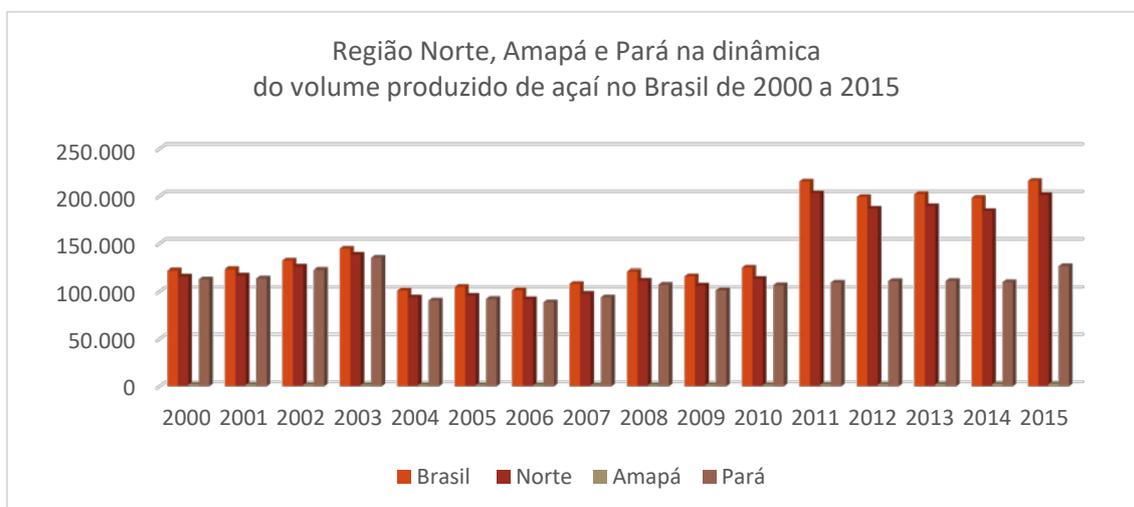
Pará, 5 toneladas mensais de polpa de açaí, no ano seguinte já importava 180 toneladas mensalmente (GONÇALVES et Alli, 2012: pg 3). Este crescimento tão vertiginoso se deu fundamentalmente pela “descoberta” das propriedades do açaí como alimentação energética suplementar e como “superfruta”, caracterizada como rica em nutrientes, por ter valor oxidante e assim gerar diversos benefícios para a saúde.

Segundo dados referentes ao período de 2015 a 2016 (CONAB, 2016), o consumo local nos municípios e estados produtores (Acre, Amapá, Maranhão, Pará e Rondônia) responde por 60% do destino final do produto, seguido de 30% destinado à exportação para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e os 10% restantes para o mercado externo, com a prevalência dos Estados Unidos, que participa com 54,35% e o Japão com 36,52%, já outros países em menor escala participaram com 9,13% (Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Angola, Austrália, Canadá, Chile, China, Cingapura, Emirados, Árabes, França, Israel, Nova Zelândia, Peru, Porto Rico, Portugal e Taiwan).

Como em outras cadeias dos produtos extrativistas, as informações do volume de produção precisam ser relativizados, pois a comercialização inicial é fundamentalmente feita com atravessadores, com a prática da compra em “dinheiro vivo”, sem emissão de nota fiscal e por meio de “contratos orais” (IMAZON, 2007). Como a metodologia de aferição oficial realizada pelo IBGE leva em conta a entrada dos produtos nos portos e não sua comercialização na unidade produtiva isso pode gerar imprecisões quanto à dinâmica do volume produzido. Isso já foi demonstrado por Checala (2005) ao comparar a mensuração do IBGE com a aferição da quantidade vendida na propriedade rural feita pela EMBRAPA -AP, chegou a dois indicadores: de decréscimo pelo IBGE e de aumento pela EMBRAPA – AP. Porém, como os dados do IBGE são aqueles utilizados nas definições de políticas, são apresentados a seguir.



Gráfico 9 - Participação da Região Norte, Amapá e Pará na dinâmica do volume produzido de açaí em território nacional de 2000 a 2015.



Fonte: SIDRA/IBGE

Elaboração: IEB

Conforme o gráfico 9, a Região Norte tem mantido uma participação majoritária em valores absolutos na produção nacional de açaí. Analisados enquanto proporção, os índices no período se mantiveram com valores entre igual a 90% (2007) e chegando até 96% (2003). Como se vê, a participação no decorrer do período manteve uma leve tendência geral de crescimento até chegar ao patamar de 93% em 2015.

Considerando a Região Norte, a participação do estado do Amapá e Pará tem grande diferença, com uma contribuição majoritária do estado paraense. A participação do Amapá no período não passou de 1%, à exceção de 2000, quando chegou à 2%. O Pará, ao contrário, sempre manteve uma participação de dois dígitos, com destaque para 2003, quando alcançou 98%. Porém, a partir de 2011 há uma significativa redução, que chegará à 63% em 2015.

Pela relevância do açaí na base alimentar dos municípios e estados produtores, uma análise a ser feita é quanto ao volume total produzido nos estados e os municípios focos do FORCAV em relação a esta cadeia, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 5 - Volume de açaí em toneladas por abrangência, total Pará e Amapá e municípios do Corredor do Açaí Portel – Amapá.

Ano	Volume da produção extrativa de açaí por área de abrangência (em Toneladas)								
	Amapá	Pará	Total AP-PA	Portel	Pedra Branca	Laranjal do Jari	Macapá	Santana	Vitória do Jari
2000	1.825	112.676	114.501	35	17	39	625	380	18
2001	1.638	113.744	115.382	36	19	34	540	339	17
2002	1.492	122.322	123.814	342	21	40	491	298	18

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



2003	1.371	134.840	136.211	350	18	37	460	243	16
2004	1.390	90.512	91.902	330	25	39	469	237	16
2005	1.284	92.088	93.372	350	29	42	390	262	18
2006	1.160	88.547	89.707	320	34	45	309	213	21
2007	1.034	93.783	94.817	330	32	41	268	198	24
2008	1.294	107.028	108.322	350	35	51	328	163	33
2009	1.337	101.375	102.712	320	36	54	346	148	34
2010	1.427	106.562	107.989	450	46	59	362	162	37
2011	1.766	109.345	111.111	500	68	77	457	202	43
2012	1.893	110.937	112.830	550	82	86	502	211	48
2013	2.036	111.073	113.109	600	94	98	520	222	58
2014	2.225	109.759	111.984	650	92	103	542	298	68
2015	2.413	126.027	128.440	680	105	113	571	310	73

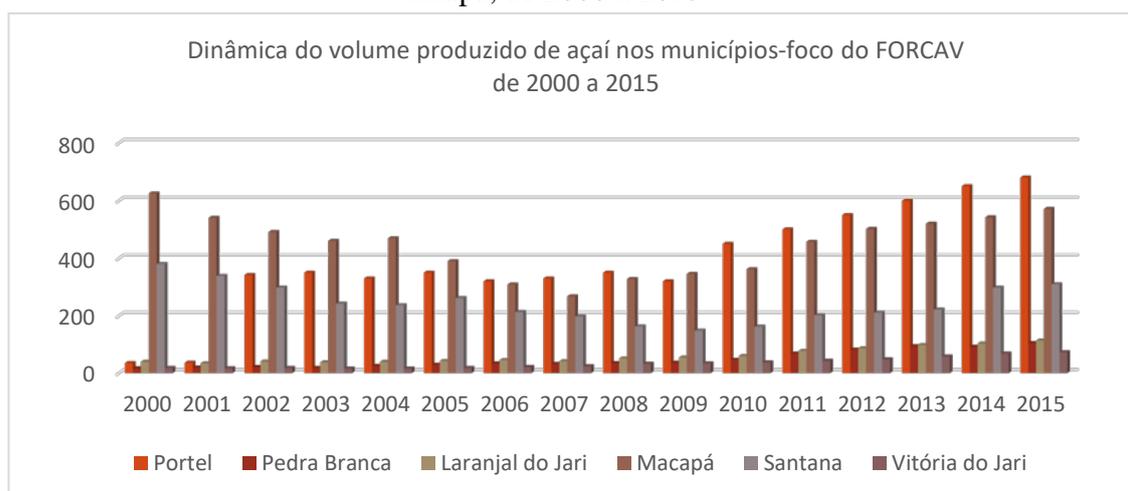
Fonte: SIDRA/IBGE

Elaboração: IEB

A tabela 5 indica que, segundo os dados oficiais, em relação ao volume total de açaí produzido no Pará e Amapá, os municípios do Corredor do Açaí Portel – Amapá tem uma baixíssima participação, sem que nenhum município chegue à casa dos milhares de quilos, enquanto a produção total do Pará e Amapá chegou em seu menor montante com 89.707 toneladas em 2006 e o maior volume em 2003, com 136.211 toneladas.

Neste mesmo nível espacial comparativo (Pará e Amapá e os municípios do Corredor do Açaí Portel – Amapá) se pode visualizar a dinâmica nos municípios, conforme segue abaixo:

Gráfico 10 - Dinâmica do volume produzido de açaí no Corredor do Açaí Portel-Amapá, de 2000 a 2015.



Fonte: IBGE/SIDRA

Elaboração: IEB

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



A dinâmica geral foi de uma tendência de queda a partir do ano 2000 e prosseguiu até 2006. Contudo, no ano seguinte os municípios tiveram uma inflexão de crescimento do volume produzido, que continuou até o ano de 2015. Numa comparação linear entre o volume produzido em 2000 e o produzido em 2015, somente Macapá (AP) e Vitória do Jari (AP) apresentaram déficit.

Passemos agora às percepções e compreensões de quem está no cotidiano desta cadeia, tendo como recorte os municípios que foram denominados como Corredor do Açaí Portel – Amapá, considerando distintas territorialidades: comunidade, assentamento e RESEX.

**2.3.2. A cadeia do açaí: Localidade Santa Cruz/Comunidade Sto. Ezequiel Moreno, em Portel (PA); Comunidade N. Sra. da Conceição do Igarapé Amazonas em Macapá (AP); Assentamento Agroextrativista do Anauarepucu em Santana (AP) e comunidades rurais de Pedra Branca do Amapari (AP); RESEX Cajari (porções de Laranjal do Jari - AP e Vitória do Jari -AP).**

As bases de informação desta seção são a revisão bibliográfica e documental referente à cadeia e os relatos e discussões realizados no Encontro Cadeia de Valor Sustentável do Açaí em Portel (PA) e no Amapá, ocorrido no município de Portel (PA), de 17 a 18 de outubro de 2016, na Escola Saberes de Terra. No Encontro participaram 25 pessoas, representando 16 organizações do poder público e sociedade civil: Associação Comunitária Agroextrativista de Desenvolvimento Rural do Médio Pacajá (ACAMP), Associação Agroextrativista da Comunidade N. Sra. da Conceição do Igarapé Amazonas (AGROIGARAPÉ), Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acuti Pereira (ATAA), Associação dos Trabalhadores do Alto Pacajá (ATAAP), Associação dos Moradores Agroextrativistas da Gleba Alto Camarapi (AMAGAC), Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Familiares do Assentamento Agroextrativista do Anauerapucu (ATFA), Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense (COOPETRAL), ACIOBIO, Associação dos Moradores da Localidade Santa Maria (ASMOSAM), Associação dos Moradores do Rio Piarim para o Extrativismo (ASSIMPEX), Escola Saberes da Terra, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Portel (SEDE), AEFAM, Associação dos Moradores da Gleba Acuti Pereira (ASMOGA), Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel (STTR/Portel), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER).

#### *Relevância da cadeia do açaí*

Segundo os participantes do Encontro o açaí é o produto que pode se tornar o carro-chefe da unidade produtiva familiar e das comunidades, por ter alto potencial de geração renda para um amplo conjunto de pessoas que atuam na cadeia (peconheiro, apanhador, carregador,

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



transportador, etc), gerando um saldo médio que pode ampliar a melhoria de suas condições de vida.

Contudo, mais do que uma atividade econômica voltada para a comercialização, há uma considerável contribuição desta atividade produtiva na base alimentar, ao ponto de que as organizações presentes no Encontro descreveram sua participação na cadeia numa lógica de contraponto ao açaí como *commoditie*. As pesquisas também tem apontado esta relevância, que deve ser considerada em qualquer iniciativa de atuação nesta cadeia, conforme destacado pelo pesquisador Antônio Cláudio de Carvalho (Disponível em <http://portalladob.com.br>, [acesado em 03/06/2016, às 9:17 h](#)):

Ele ressalta ainda que, paralelo ao incremento do mercado consumidor fora da Amazônia, inclusive no exterior, o consumo local do produto *in natura*, processado de forma artesanal, **ainda é a base de sustentabilidade** (negrito nosso) dessa cadeia produtiva.

Nos territórios o açaí é um “momento” especial de geração de renda das famílias, mas com um fluxo de entrada e saída de dinheiro muito acentuado, havendo pouca prática de poupança. A imagem de “ouro negro” expressa esta visão: assim como se ganha dinheiro rápido, o dinheiro também é rapidamente gasto. A única situação diferenciada é da Comunidade Santo Ezequiel Moreno (Portel, PA) que, a partir da renda da comercialização do açaí, implantou um fundo comunitário, que tem possibilitado investimentos na melhoria da infraestrutura da comunidade (ponte de 600 metros ligando à comunidade à área de terra firme, captação e distribuição de água) e no beneficiamento do açaí (instalação de mini-indústria de despolpamento de açaí).

A atuação das mulheres é significativa nas etapas da cadeia desde a coleta até às etapas de comercialização nas feiras locais. Os participantes destacaram que as negociações com as mulheres não são bem vistas pelos atravessadores, por conta de que elas seriam mais resistentes nas negociações de preço.

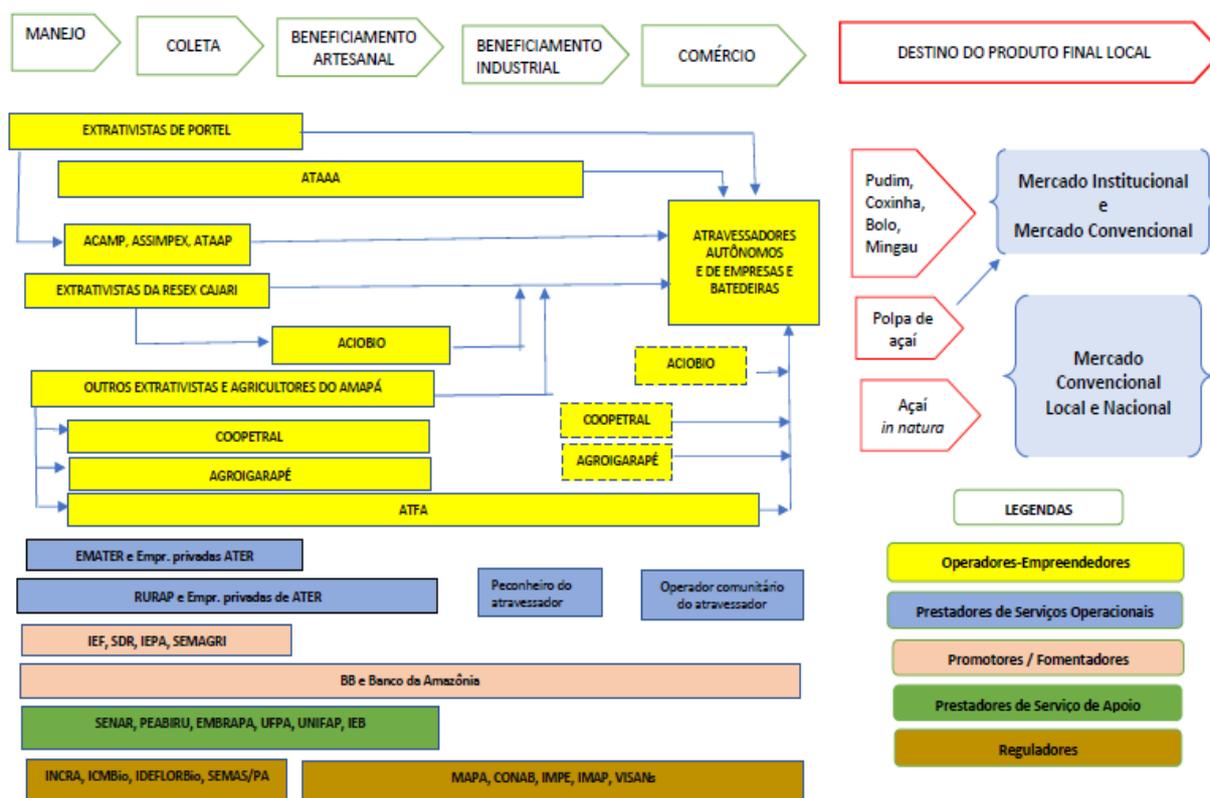
No caso do Amapá se tem percebido uma participação significativa da juventude na cadeia, atuando como a mão-de-obra necessária para o serviço penoso – especialmente a coleta do açaí na madrugada e o transporte da floresta para os pontos de organização da coleta. Este segmento é atraído pelo “dinheiro rápido” que viria do seu trabalho na cadeia do açaí, mas isso tem gerado prejuízo principalmente para a educação escolar. Esta alta rentabilidade para a juventude é relatada tanto no Amapá (cerca de R\$ 500,00 por dia de coleta), quanto em Portel (de R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00 por safra).

As discussões e reflexões realizadas no Encontro possibilitaram elaborar o mapa temático da cadeia do açaí, considerando as realidades locais, conforme abaixo:

**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**  
Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Figura 3 - Mapa Temático da Cadeia do Açaí no Corredor do Açaí Portel - Amapá



*As relações e estratégias de produção, beneficiamento e comercialização.*

O mapa temático demonstra uma relativa diversificação de produtos finalizados em nível local no Corredor do Açaí Portel – Amapá, porém é preciso ter em conta que o subproduto majoritariamente inserido no mercado é o açaí *in natura* e o subproduto alimentar no formato de polpa ou “vinho”, alcançando os três níveis de mercado (local, regional e nacional), sendo que parte desta polpa tem como destino final o mercado internacional a partir da atuação dos atravessadores e de empresas que tanto vendem a polpa, como alguns subprodutos alimentares mais especializados, como mix de açaí com guaraná.

Os demais produtos citados (pudim, coxinha, bolo e mingau) são comercializados em Portel (PA) pela comunidade Santo Ezequiel Moreno no mercado convencional local e na merenda escolar municipal por meio do PNAE, sob o mote do que a comunidade designa como “culinária agroextrativista”, o que não ocorre nos outros territórios participantes do Encontro.

No aspecto da produção é importante destacar que foi unânime entre os participantes a importância do manejo dos açaizais nativos – que ocorrem tanto em Portel quanto no Amapá. Segundo o representante da AGROIGARAPÉ, sem o manejo a produção chegava a 10 toneladas

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



/ ano, depois de 2 a 3 anos da implantação de práticas de manejo a produção aumentou para 70 toneladas/ano. No caso de Portel, a ASMOGA, como associação-mãe, tem trabalhado na implantação do plano de uso, atuando inicialmente em áreas onde havia muito corte de palmito, em vista de superar este tipo de produção que degrada, assim como estimular a que mais comunidades trabalhem com o açaí com qualidade, especialmente pela prática do manejo dos açaizais nativos.

Na comercialização é preciso diferenciar as estratégias relacionadas ao fruto *in natura* e à polpa ou “vinho de açaí”. Segundo as informações dos participantes, a principal via de comercialização do “vinho de açaí” – para não dizer a única – é o PNAE. Das 10 organizações participantes, 5 trabalham com a comercialização deste subproduto, sendo que destas 5, somente 1 é do Amapá, a qual é também a única a fazer o despolpamento em despolpadeira industrial de pequeno porte, as demais trabalham de forma artesanal, por meio de “máquinas bateadeiras” instaladas nas residências ou na comunidade.

Apesar do PNAE aparecer na cadeia com frequência, mas as compras nos municípios ainda são incipientes. Segundo informações dos participantes, Portel (PA) está comprando 17% da merenda escolar da agricultura familiar e estima-se que o açaí não seja o maior volume dentro desta proporção, enquanto que em Santana (AP) as compras da merenda escolar oriundas da agricultura familiar já atingiram o mínimo exigido pela lei, ou seja, 30%. Em relação aos outros municípios, os dados oficiais relativos à 2014 indicam os seguintes percentuais de aquisição da agricultura familiar: Laranjal do Jari, com 32,41%; Macapá, com 0,34% e Vitória do Jari, com 33,59%. Não há dados relativos à Pedra Branca do Amapari (<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acessado em 30/1/2017, às 15:17 h). Um destaque é relacionado à Portel, pois em 2010 as informações é que 100% do açaí era comercializado com atravessadores (BANCO DO BRASIL, 2010), em 2014 o PNAE adquiriu 7,8% e hoje chega a 17%. Demonstrando a potencialidade desta modalidade de comercialização.

Em relação ao PAA MDS-MDA, no período de 2011 a 2015, as informações são relativas ao fruto *in natura* e a polpa, considerando-se o nível estadual. Durante todo o período houve comercialização do fruto e da polpa. Segue tabela com a participação proporcional destes estados no volume total comercializado por meio desta política pública:



Tabela 6 - Participação proporcional do Amapá e Pará nas aquisições de açaí in natura e polpa pelo PAA MDS-MDA, de 2011 a 2015.

Participação proporcional do Amapá e Pará nas aquisições de açaí pelo PAA, de 2011 a 2015										
Amapá	2011		2012		2013		2014		2015	
	(R\$)	(Kg)								
In natura	19,79%	17,29%	0,00%	0,00%	99,25%	98,75%	84,62%	75,55%	56,67%	54,56%
Polpa	3,01%	4,28%	0,00%	0,00%	24,18%	23,67%	77,49%	81,06%	37,43%	45,38%
Pará										
In natura	58,94%	58,66%	82,77%	81,37%	0,00%	0,00%	1,29%	1,69%	35,04%	30,33%
Polpa	67,19%	66,05%	69,38%	66,14%	3,89%	2,96%	19,62%	15,92%	0,00%	0,00%

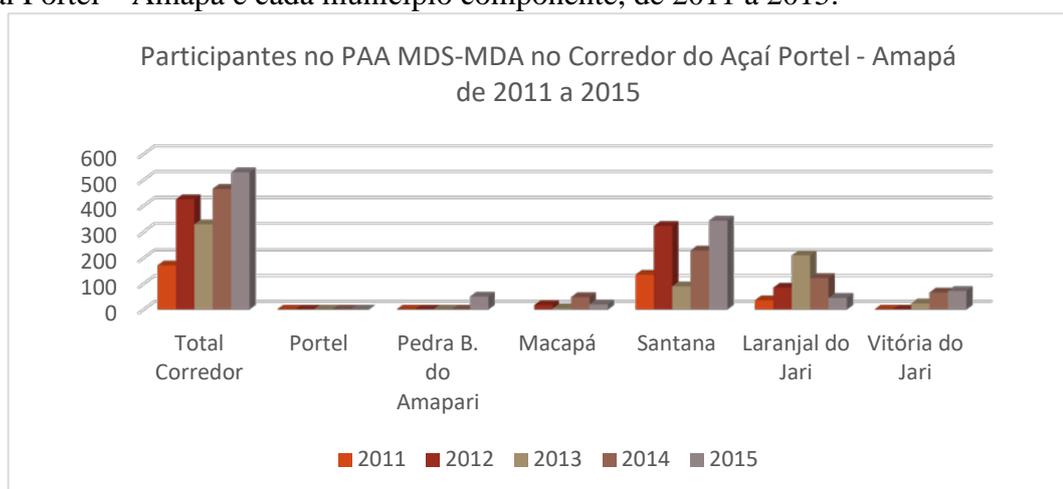
Fonte: PAA Data

Elaboração: IEB

Considerando o período de 2011 a 2015 na modalidade de execução pelo MDS e MDA, os dados indicam que só não houve participação deste produto na comercialização no ano de 2012 e relacionado ao estado do Amapá. Ainda que haja variação, mas o açaí in natura é a maior aquisição, especialmente no ano de 2013, quando o Amapá alcançou uma participação de 99,25% do montante de recursos movimentados naquele ano.

O gráfico abaixo informa o nível de participação dos agricultores ou agroextrativistas nesta política pública no período de 2011 a 2015, pelo total do Corredor do Açaí Portel – Amapá e por cada um dos municípios que o compõe.

Gráfico 11 - Número de participantes no PAA MDS-MDA, por total do Corredor do Açaí Portel – Amapá e cada município componente, de 2011 a 2015.



Fonte: PAA Data

Elaboração: IEB

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Quanto a participação dos agricultores ou agroextrativistas nesta política, observa-se que tem sido mais significativa no município de Santana e Laranjal do Jari- sendo que o menor número de Santana foi em 2013, com 90 pessoas e de Laranjal do Jari foi em 2011, com 36 participantes. O maior quantitativo de Santana foi no ano de 2015, com 342 pessoas e de Laranjal do Jari foi 2013, com 210 pessoas. Contudo, o único município que manteve uma tendência contínua de crescimento foi Vitória do Jari (AP), ainda que em números absolutos não tenha a mesma expressividade de Santana e Laranjal do Jari. Apenas o município de Portel (PA) não contabilizou nenhuma participação em todo o período.

Os dados de 2015 do PAA Data permitem a desagregação da quantidade de agroextrativistas que participaram e se verifica que nos municípios de Macapá (AP) e Vitória do Jari (AP) a participação foi de 100% em cada, em Laranjal do Jari foi de 75,56% e Santana, com 22,51%. De modo geral, se percebe um alcance desta política no Corredor do Açaí Portel - Amapá, com alto potencial de expansão para a comercialização da polpa ou “vinho de açaí”.

A comercialização do fruto *in natura* possui uma outra dinâmica, centrada no mercado convencional. Segundo os relatos, a comercialização com os atravessadores constitui o maior volume de negócios feitos pelos produtores, tanto em Portel, como no Amapá. AGROIGARAPÉ relatou que no auge da safra direciona sua produção para este segmento, enquanto que a comercialização com o PAA é do quantitativo que não conseguiu comercializar com os atravessadores. Das organizações empreendedoras, somente uma informou não manter relação de comercialização com atravessadores.

A dinâmica da comercialização no mercado convencional local se assemelha à bolsa de valores: os valores de venda se alteram no decorrer do dia de venda e no decorrer do período da safra. COOPETRAL relatou que numa manhã de comercialização o preço da saca variou de R\$ 110,00 (às 4:00 h) para R\$ 350,00 (às 7:30 h). AGROIGARAPÉ informou que no início da safra chega entre R\$ 180,00 a R\$ 200,00 / a saca de 60 Kg e no final da safra cai para R\$ 30,00 e em alguns momentos chegou até à R\$ 5,00, o que fazia com que os produtores jogassem fora. ACIOBIO informou que a safra inicia com o valor de R\$ 60,00 a lata e termina a safra com o valor de R\$ 12,00 a lata. ATAA relatou que o preço médio da rasa/cesto/lata de açaí *in natura* (equivalente à 14 kg ou 15 Kg) estava em torno de R\$ 17,00 à R\$ 20,00, mas na entressafra chega a R\$ 80,00 a rasa/cesto/lata.

Em Portel, uma situação que gera a desvalorização do produto é a entrada de açaí de má qualidade vindo de outras localidades. O açaí extraído no mesmo dia (um dos critérios de boa qualidade do açaí) é igualado ao açaí que foi colhido com mais antecedência e que, por isso não tem como ter um valor de venda maior. Assim, o açaí produzido em Portel que estaria num valor

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



alto, pode ser vendido à R\$ 8,00 ou R\$ 10,00, ou seja, tem seu preço “puxado” pra baixo pelo açai de outras localidades. Essa assimetria nos processos de negociação e precificação se deve também à própria característica do açai *in natura*, devido seu alto grau de perecibilidade que não permite ao produtor voltar com sua carga para comercializar em outro momento, como eles mesmo dizem: “é vender ou perder tudo”.

A classificação do açai *in natura* tem sido uma disputa de poder entre os extrativistas e os compradores, especialmente as empresas, pois há pelo menos 6 graduações que “determinam” a boa ou má qualidade do produto. Um exemplo é o açai extraído das florestas que, sem os cuidados devidos no processo de coleta, pode ser classificado como *sujo* (presença de terra, restos de vegetação, etc) e quando entra nesta classificação o preço cai de forma significativa para o extrativista, tornando-se então de um mecanismo utilizado pelos compradores para desvalorização monetária da produção extrativa. Outro elemento de disputa é a mensuração do produto na comercialização, ou seja, qual parâmetro de mensuração a ser usado: é medida (lata ou rasa) ou peso (Kg)? Os produtores se sentem lesados pelos compradores, quando estes usam o parâmetro *peso*. Para os extrativistas é necessária uma unificação de padrão.

#### *As relações entre os principais operadores-empresendedores*

O mapa temático e as indicações sobre as inter-relações permitem perceber cinco tipos de operadores-empresendedores: os extrativistas individualizados, as organizações sociais e de comercialização dos extrativistas (associações e cooperativas), atravessadores autônomos, atravessadores com vínculos de negócio com as empresas processadoras e, finalmente, os donos/as de bateadeiras (empreendimentos familiares de pequeno porte que produzem o “vinho de açai” e comercializam para a população local em geral).

O que se observou no mapeamento das inter-relações entre as organizações dos extrativistas que se colocam como operadores-empresendedores, é que não mantêm relação de comercialização entre si ou tem estratégias e práticas de comercialização conjunta com outros operadores, como os atravessadores. No caso de Portel, há uma forte relação política entre as organizações com alto grau de alinhamento e posicionamentos, já no Amapá – até mesmo pela escala estadual – as organizações não indicaram ter relações político-institucionais entre si.

Assim, tanto em Portel quanto no Amapá, as relações de comercialização são dinamizadas de forma isolada por cada instituição, sem a constituição de estratégias coletivas de maior escala (município ou estado). Ainda que haja estratégias no interior da comunidade, como é o caso da Santo Ezequiel Moreno, que discute os preços comunitariamente e designa uma pessoa que será o negociador no mercado local com os atravessadores e bateadores, enquanto os demais da

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



comunidade continuam com o trabalho de coleta do açaí. Porém, esta estratégia não consegue se replicar nas outras organizações.

Como em outras cadeias extrativas o protagonismo dos atravessadores é relevante e tem uma atuação complexa, conforme relatado pelos participantes ao serem questionados sobre quem é o atravessador (IEB, 2016: 9-10):

**No Amapá:**

Cumprem um papel importante na cadeia, pois são a “saída” para a comercialização do açaí quando o produtor não tem pra quem vender e ela já está perto de se perder (pela perecibilidade do açaí).

Fazem acordos entre si para manter o preço baixo e tem conexão direta com os compradores.

Agem completamente na informalidade, com práticas próximas do escambo. Por exemplo: trocar equipamentos (motor gerador, parabólica e rabeta) por açaí, fazendo com que o produtor tenha que honrar o compromisso assumido até ao final da safra.

Nas comunidades não se pode dizer que há atravessadores, mas pessoas que reúnem a produção e ganham uma comissão pelo trabalho feito (R\$ 5,00 a R\$ 10,00 por saca coletada).

**Em Portel:**

Tem o atravessador local, que é de dentro da comunidade; tem atravessador do município, que mora na sede; e tem aqueles ligados às empresas e eles concorrem entre si.

No município os atravessadores também têm cumprido e atuado de forma semelhante ao Amapá.

É certo que os atravessadores trabalham em rede.

Os atravessadores têm conseguido altos rendimentos com o açaí, inclusive indo comprar diretamente nas comunidades para a revenda na orla de Portel.

Fica evidente que a figura dos atravessadores é muito mal vista pela maioria dos extrativistas. Nos relatos foram chamados de “demônio”, “doença”. A principal razão são as estratégias que eles usam para diminuir o preço de compra da produção, especialmente o boato e a ameaça de que os produtores não conseguirão vender num bom preço. Este parece ser um desafio significativo, pois nesta cadeia os atravessadores têm uma cultura de “ganhar sempre e mais”: os relatos indicam um ganho que varia de 53% a 67% em cada unidade (lata/cesto/rasa ou saca) vendida pelo atravessador ao comprador final (batedeiras e empresas). Contudo, o atravessador é igualmente visto como “patrão” e como “amigo” dos agroextrativistas, ou seja, são estabelecidas relações que vão para além da comercialização e isso reforça os vínculos de comercialização entre os agroextrativistas e os atravessadores.

No Encontro, todos reconheceram que a relação de comercialização com os atravessadores é marcada pela informalidade, o que adquire um grau de risco, porque este tipo de comprador é altamente capitalizado, com uma rede de comunicação muito eficiente, que lhe permite estar sempre à frente na negociação com os produtores. Porém, se evidencia uma contradição: frente a

**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



um agente econômico tão forte as relações institucionalizadas de comercialização são extremamente fragilizadas ou até mesmo inexistentes, reforçando a assimetria entre os extrativistas e os atravessadores. Este nível baixo de organização dos extrativistas é uma situação relacionada a diversos fatores e que deve, necessariamente ser considerada em iniciativas junto à cadeia (BANCO DO BRASIL 2010: 23).

### **2.3.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável do açaí no Corredor do Açaí Portel - Amapá.**

Os quantitativos da cadeia do açaí impressionam pela sua magnitude. Considerando as batatedeiras – que são os operadores-empresendedores finais da cadeia em nível local – as estimativas são de 3.000 em Belém e 1.800 em Macapá e Santana (CHECALA, 2005:12). No Amapá, o açaí contribui com 2% do PIB e é o 5º produto na pauta de exportação daquele estado. No Pará, em 2015, a produção de 216.071 toneladas, correspondeu a 89% do total da Região Norte e a 35% do total do Brasil em produtos extrativos alimentícios.

Daí a necessidade de se visualizar gargalos e oportunidades nesta cadeia, sob a perspectiva dos eixos de atuação em um processo que possibilite a efetivação do açaí como uma cadeia de valor sustentável. A seguir, cada um destes eixos é apresentado:

Quadro 9 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo cooperação horizontal e vertical

<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambivalência nas relações entre as organizações: às vezes tem união e às vezes tem desconfiança.</li> <li>- Falta de agenda conjunta (cada organização prioriza sua agenda).</li> <li>- A rede entre os agricultores e suas organizações é frágil e isso gera também fragilidade na comunicação e troca de informações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Já se iniciaram práticas de capacitação por gênero e grupos mais vulneráveis e uma discussão e articulação política das organizações, que pode ser a base de uma rede de comercialização e negócios.</li> <li>- Já há práticas de comercialização coletiva (feiras, PAA, PNAE, na orla/porto dos municípios e nos eventos dos movimentos e ONGs).</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Concretizar as capacitações com ênfase nos diversos segmentos que compõem a cadeia, ou seja, formar/capacitar considerando as especificidades das mulheres, idosos, jovens e até mesmo as crianças (neste último caso, direcionada não para o trabalho na cadeia, mas para a dimensão alimentar e cultural do açaí).</li> <li>- Avançar na consolidação do sistema de organização por meio da valorização das atividades coletivas, seja na comunidade, quanto nas organizações, ampliando a capacidade de organização dos agroextrativistas envolvidos na cadeia do açaí.</li> </ul>	



<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cautela na definição das agendas comuns, focando no que é de interesse comum, evitando sobreposições, que geram desgaste político e dispersão de energias e recursos, pois é melhor uma agenda mais focada, do que um “monte” de compromissos dispersos e abrangentes.</li> <li>- Construir um “clima organizativo” e prático de rede entre as organizações, dinamizado a partir do que já existe, como é o caso das feiras locais ou regionais.</li> <li>- Reforçar o açaí como elemento catalisador e referência da dinâmica produtiva e de comercialização entre as organizações nas comunidades e regiões.</li> <li>- Ter estoque de açaí como reserva estratégica, garantindo infraestrutura de conservação por refrigeração e congelamento.</li> <li>- Implementar estratégias para ampliar a comercialização pelo PNAE nos municípios, indo do mínimo de 30% para pelo menos 50%.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Açaí em Portel (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

Quadro 10 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo serviços financeiros e não-financeiros

<b>EIXO SERVIÇOS FINANCEIROS E NÃO-FINANCEIROS</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incipiência da ATER.</li> <li>- Ausência de regularização fundiária.</li> <li>- Dificuldades em obter a documentação pessoal e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Física (a dificuldade quanto à DAP é especialmente no Amapá).</li> <li>- Baixo acesso às políticas públicas de comercialização e de apoio à infraestrutura equipamentos para as organizações de produtores/as.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Editais de fomento de valores não-reembolsáveis, sejam públicos, de agências de cooperação ou de organizações privadas como ONGs.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de comunitários em nível técnico para atuar em suas comunidades, diminuindo o déficit de cobertura de ATER.</li> <li>- Atuar no controle e exigência de atuação dos órgãos competentes quanto à regularização fundiária.</li> <li>- Parceria com os programas públicos de emissão de documentos ou com as ações dos municípios (os chamados “mutirões” de cidadania).</li> <li>- Instalar agroindústria nas comunidades, ampliando a “propriedade” dos agricultores e agroextrativistas quanto à sua produção de açaí e fortalecendo o acesso ao mercado.</li> <li>- Garantir ou melhorar o acesso à internet nas comunidades e nas organizações para também ter maior acesso as informações e oportunidades de financiamento.</li> <li>- Ter corpo técnico nas organizações ou a serviço delas para a elaboração de projetos, onde se possa responder à editais, chamadas públicas de forma mais competitiva.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Açaí em Portel (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Quadro 11 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade

<b>EIXO PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de licenciamento</li> <li>- Falta de assistências técnica e regularização fundiária (dificultando ou até mesmo impedindo o licenciamento ambiental)</li> <li>- Burocracia de leis pelos órgãos</li> <li>- Falta de apoio à qualificação profissional.</li> <li>- Falta de energia elétrica e de água potável nas comunidades</li> <li>- Ausência de certificação ambiental e sanitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Já há boas práticas de manejo em algumas áreas.</li> <li>- Acesso ao PRONAF Floresta (potencializa a unidade produtiva)</li> <li>- Acesso ao PRONAF Agroindústria (potencializa o beneficiamento)</li> <li>- Grupos de produtores organizados, mesmo com fragilidade.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-- Apoio à instalação de infraestrutura para armazenamento e beneficiamento da produção, juntamente investimento financeiro para potencializar a organização social e o cooperativismo.</li> <li>- Apoiar a agenda de fortalecimento da regularização fundiária junto aos órgãos competentes.</li> <li>- Apoio financeiro para formar técnicos, tendo como base as pessoas oriundas das comunidades, aproveitando-os como mão de obra qualificada para ações comunitárias.</li> <li>- PNAE</li> <li>- Apoiar a certificação e selo da produção agrícola e florestal.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Açaí em Portel (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB.

Quadro 12 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do açaí no eixo institucional e regulações

<b>EIXO INSTITUCIONAL E REGULAÇÕES</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de capacitação voltada a conhecer o sistema legal.</li> <li>- Falta de atuação educativa, junto à sociedade civil, dos órgãos responsáveis pelas leis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associações estão juridicamente organizadas.</li> <li>- Grupos de produtores organizados.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-- Investimento na formação de lideranças comunitárias sobre o marco de leis dos produtos da agricultura familiar.</li> <li>- Apoiar a capacitação produtiva, voltada para a ampliação do manejo e conservação ambiental.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Açaí em Portel (PA) e no Amapá, realizado pelo IEB

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



# Cadeia de Valor do CACAU



## PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

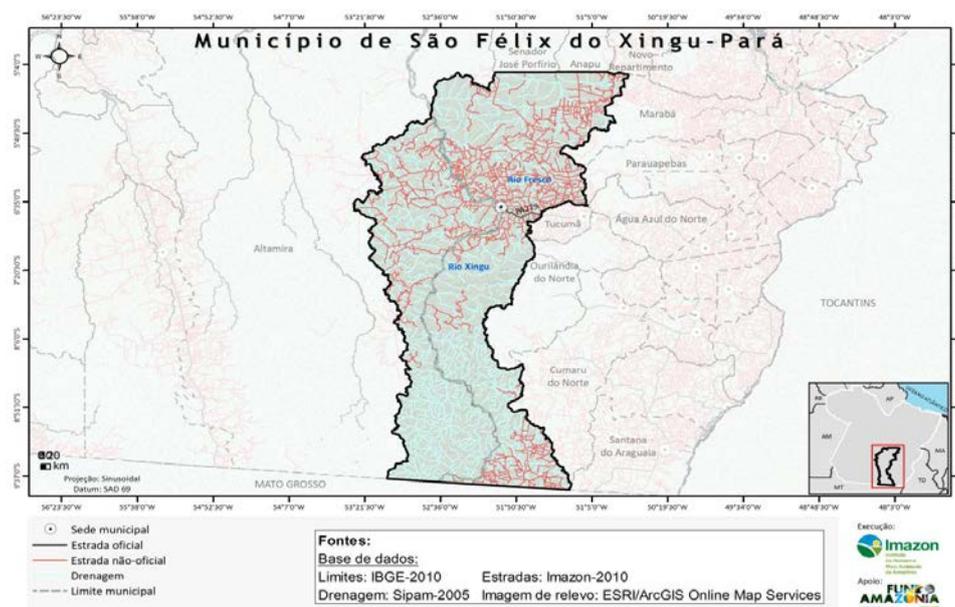
Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



## 2.4. CADEIA DO CACAU

### 2.4.1. As territorialidades e macro-dados da cadeia do cacau em São Félix do Xingu (PA)

O município de São Félix do Xingu, localiza-se no Estado do Pará, na mesorregião Sudeste Paraense e microrregião São Félix do Xingu, sendo que na lógica territorial utilizada pelo governo do estado do Pará, situa-se na Região de Integração Araguaia. Foi fundado em 1961 e sua área atual abrange 84.328,7 Km<sup>2</sup>, com uma população de 91.340 habitantes, sendo que deste total 49% situam-se na área urbana e 51% estão na área rural. O município faz limites com o estado do Mato Grosso e mais 11 municípios do Pará (Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Estado do Pará - IDESP 2012; IBGE, Censo Demográfico 2010).



São Félix do Xingu tem figurado, desde 2010, entre os municípios que apresentam as maiores taxas de desmatamento na Amazônia brasileira. Naquele ano, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) concluiu o levantamento detalhado do desmatamento por corte raso para toda a Amazônia Legal no período de agosto/2008 a julho/2009, medido pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES). Após a análise de 400 imagens dos satélites, conclui-se que o desmatamento no período foi de **7.464 km<sup>2</sup>**. Sendo que São Félix do Xingu foi responsável por desmatar 441,6 km<sup>2</sup> (6% da área total) o que o colocou em primeiro lugar entre os municípios que mais desmatavam na Amazônia Brasileira (Inpe, 2010).

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Passados sete anos o cenário continua grave para a Amazônia e no Município de São Felix do Xingu. A tendência de redução do desmatamento verificada no período de 2010 a 2012 foi interrompida por um novo crescimento em 2013, seguido de redução em 2014 e nova tendência de crescimento nos anos seguintes, chegando em 2016 a uma área desmatada de **7.989 Km<sup>2</sup>**, à qual o município contribuiu com 320, 2 Km<sup>2</sup> (4% da área total), figurando como o segundo município que mais desmatou na Amazônia Legal (INPE, 2016).

Paradoxalmente, o município tem seu território majoritariamente destinado à áreas protegidas (IEB, 2010: 20). Verifica-se uma pressão antrópica expressiva sobre a cobertura vegetal primária, que em tese deveria estar protegida pelas Unidades de Conservação, mas que apresenta elevados índices de antropização depredatória, tendo como destaque a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu (IEB, 2010: 25-26).

#### *Contexto de São Felix do Xingu*

Para compreender o município de São Felix do Xingu, faz-se necessário contextualizar sua formação econômica, social, histórica e político-administrativa na lógica governamental predominante da década de 1970 e a forma como este governo operava em relação a Amazônia.

Sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici foi aprovado o Projeto de Integração Nacional (PIN), o qual destacava a necessidade imediata da construção de duas extensas rodovias, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém para poder atingir o objetivo de “ocupação” regional da Amazônia. Estabelecia também um projeto de colonização ao longo dessas rodovias, numa faixa de 10 km paralelamente a cada margem rodoviária, onde seriam fixados os migrantes.

Assim, o que se viu nos anos de 1970 foi uma migração induzida e orientada pelo governo federal, levando a um aprofundamento da apropriação privada da terra na Amazônia, ao mesmo tempo em que havia um controle do governo sobre as terras virgens, de maneira que os migrantes tivessem igualmente dificuldade de acesso a elas.

Nos anos 80 a dinâmica de avanço antrópico sobre a floresta primária relacionou-se aos usos da terra para atividades produtivas que se pautam basicamente na exploração madeireira e na pecuária extensiva. Nos anos recentes retomam sua intensidade a partir da firmação do Brasil como um relevante produtor de commodities, onde a Região Amazônica tem um importante papel a cumprir neste novo arranjo do mercado internacional, conforme Castro (2012:55).

Esta realidade da demanda internacional por commodities, em especial a carne de gado, influencia a economia local de maneira que a produção de gado de corte na modalidade extensiva é seu principal componente, ao mesmo tempo em que se verifica o decréscimo de outras formas

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



de produção de alimentos e a ampliação de lavouras como a do cacau e pimenta do reino (IEB, 2010:30-33).

Esse quadro demonstra que ainda há um largo fôlego de influência da pecuária extensiva na dinâmica econômica de São Felix do Xingu, apontando-a como um elemento relevante a ser considerado na conformação de um município com melhoria de sua qualidade socioambiental, na medida em que esta atividade produtiva é apontada como um dos principais vetores do desmatamento na região.

#### *Cadeia do cacau em São Felix do Xingu*

A pecuária é uma das principais atividades produtivas da agricultura familiar em São Felix do Xingu, o que se pode explicar por um conjunto de fatores que vão desde a origem das famílias – vindas de estados onde havia uma forte tradição na pecuária -, assim como a baixa penosidade do trabalho da pecuária em relação à atividade agrícola, o fato do boi ter uma alta liquidez no mercado local e ainda a falta de estrutura de armazenamento, escoamento e comercialização dos produtos agrícolas frente ao fato de que o boi é uma “produção que anda” e, assim, tem uma logística menos onerosa.

Contudo, o cultivo do cacau tem assumido um papel mais relevante nas atividades produtivas dos agricultores familiares do município, especialmente a partir dos anos 2000. Em pesquisa de campo com agricultores familiares de São Felix do Xingu, foi constatado que no universo total do grupo pesquisado a pecuária bovina de corte e de leite era a atividade predominante (87% dos entrevistados comercializavam leite), mas entre as atividades agrícolas o predomínio era do cacau (*Theobroma cacao*) com a participação de 29% das famílias, enquanto que os cultivos de arroz, milho e mandioca eram produzidos por apenas 6% das famílias (CLAUDINO et Alli, 2014: 93-94). Esta progressiva relevância da produção cacauceira não é um fenômeno isolado de São Felix do Xingu, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 7 - Evolução de volume (em toneladas) da produção cacauceira (amêndoas) de 2000 a 2015 por abrangência geográfica.

Ano	Volume em toneladas por abrangência			
	Brasil	Norte	Pará	São F. do Xingu
2000	196.788	46.871	28.278	143
2001	185.662	45.918	29.028	141
2002	174.796	51.751	34.069	352
2003	170.004	50.611	31.524	352
2004	196.005	52.598	32.804	352
2005	208.620	59.033	38.119	370

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



2006	212.270	53.747	36.595	1.058
2007	201.651	59.844	43.207	1.454
2008	202.030	66.015	47.108	1.410
2009	218.487	72.570	54.216	1.485
2010	235.389	80.259	59.537	1.500
2011	248.524	83.336	63.799	1.485
2012	253.211	88.219	67.299	1.711
2013	256.186	98.163	79.727	1.711
2014	273.793	107.695	100.293	1.711
2015	273.124	113.744	105.914	2.600

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Elaboração: IEB

Conforme a tabela 7, tem havido um crescimento contínuo da produção de amêndoas de cacau nos quatro níveis de abrangência geográfica, ainda que se tenha anos em que foram registradas quedas no volume produzido no ano anterior, porém tais quedas não comprometem a compreensão geral da série histórica que denota tratar-se de uma tendência de longo fôlego e que atinge as diferentes escalas do território nacional e da Amazônia paraense.

Observa-se igualmente uma crescente participação da região norte e, em especial, do estado do Pará na produção cacaueira. A partir dos dados apresentados se observa que esta participação toma maior expressão nos anos de 2013 a 2015, com as seguintes aferições em termos proporcionais para o ano de 2015: a Região Norte participou com 41,64% da produção nacional, sendo que somente o Pará foi responsável por 38,69% do volume nacional, pois em relação à Região Norte foi o estado que praticamente concentrou a produção, participando com 93,11% de toda a produção da Região. Os dados apontam para uma tendência de crescimento de longo prazo para esta cultura no estado do Pará, o que é corroborado pelo posicionamento do governo estadual ([www.sedap.gov.br](http://www.sedap.gov.br), acessado em 30/1/2017, às 11:40 h)

A cacaucultura vem expandindo a área cultivada e a quantidade produzida, respectivamente, a taxas anuais de 13% e 10%, conformando, inclusive, novos polos de produção no Estado. Desse modo, o Pará, o 2<sup>a</sup> produtor nacional, tem todas as condições de ser um grande player no mercado nacional e internacional. Com cinco áreas distintas de produção, o que significa sabores e texturas diferenciados, suas amêndoas possuem teor de gordura específico e ponto de fusão diferenciado, que conferem ao produto uma maior resistência ao calor e um sabor e qualidade próprios.

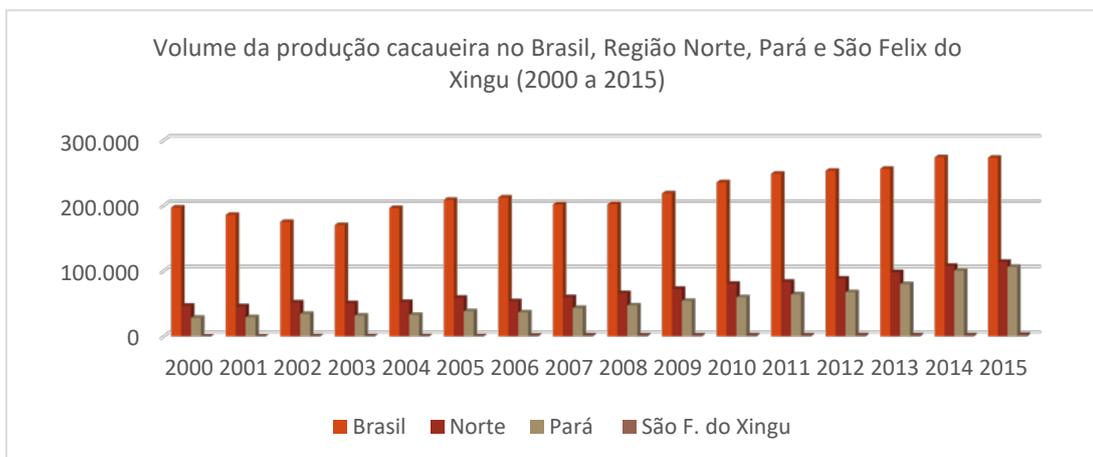
Em relação ao cenário nacional, regional e estadual, o município de São Felix do Xingu tem ainda uma participação tímida em termos de volume de produção, como demonstrado abaixo:

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Gráfico 12 - Volume da produção cacaeira (amêndoas) no Brasil, Região Norte, Pará e São Felix do Xingu de 2000 a 2015



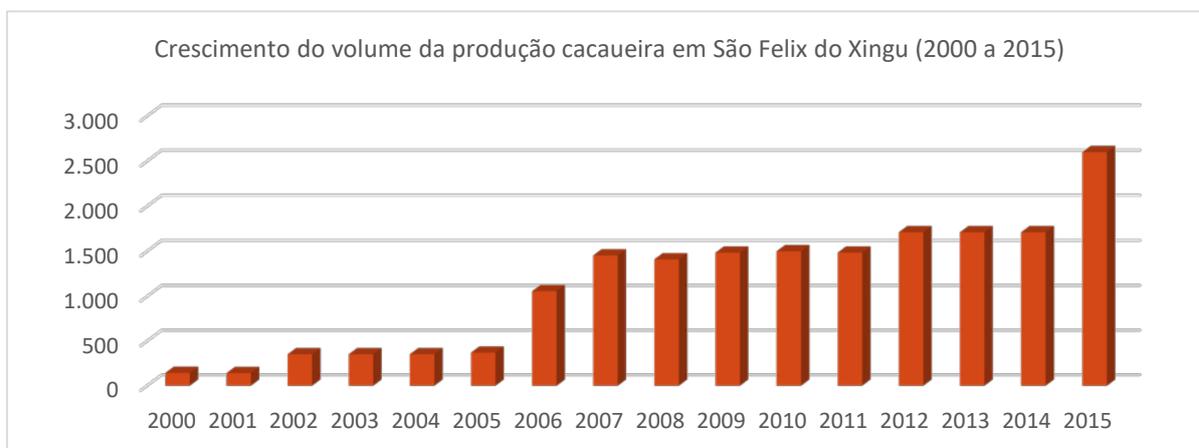
Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Elaboração: IEB

Conforme o gráfico 12, quando colocado em relação ao estado do Pará, a participação de São Felix do Xingu na produção de amêndoas de cacau em 2015 foi de somente 2,45%. Porém, não é a participação no macro-cenário que evidencia o crescimento do cultivo do cacau no município, mas suas dinâmicas internas.

Não se pode desagregar os dados para mensurar especificamente a participação da agricultura familiar na produção cacaeira, mas o volume da produção cacaeira no município vem aumentando de forma exponencial. O gráfico abaixo evidencia esse dado:

Gráfico 13 - Crescimento do volume da produção cacaeira (amêndoa) em São Felix do Xingu de 2000 a 2015



#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.

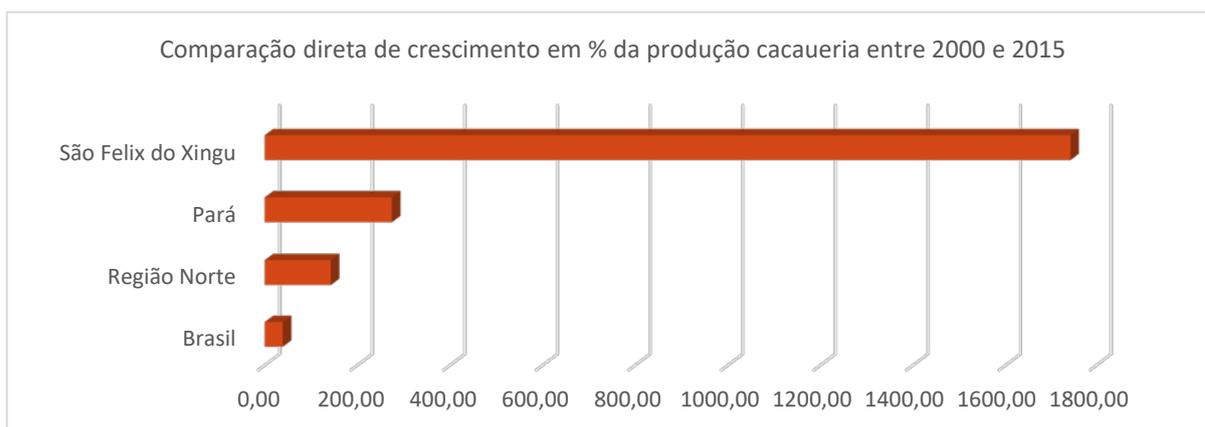


Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Elaboração: IEB

Considerado somente o município, o período de 2000 a 2015 evidenciou um crescimento expressivo da lavoura cacauieira. Os anos de 2000 a 2005 demonstram uma estabilidade, mas há um incremento no período seguinte com a ampliação do volume produzido em 203% de 2005 para 2006. Esta tendência de crescimento se manteve contínua e relativamente estável até o ano de 2015, quando então houve um novo pico no aumento da produção, com uma ampliação de 56% do volume de 2016 em relação a 2015. Comparado com a proporção de crescimento em relação ao Brasil, Região Norte e Estado do Pará, o município de São Felix do Xingu está muito à frente, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Comparação direta de crescimento em % da produção cacauieira (amêndoa) entre 2000 e 2015.



Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Elaboração: IEB

Conforme o Gráfico 14, a proporção de crescimento da produção de amêndoas em São Felix do Xingu, quando se compara os anos de 2000 e 2015, é muito maior que nos outros níveis de abrangência. Em termos proporcionais, São Felix do Xingu aumentou o seu volume produzido em 1.742,55%, enquanto que no Pará a proporção foi de 242,55%, na Região Norte ficou em 142,77% e em nível nacional foi de 38,79%.

Entre os fatores de explicação dessa dinâmica se pode apontar em nível local o incentivo à utilização do cacau em Sistemas Agroflorestais (SAFs) como estratégia de transição produtiva da pecuária extensiva para atividades menos impactantes sobre as matas primárias e como

#### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



contribuição à recuperação da cobertura vegetal no município, aliada à geração de renda. Atividade que tem atraído mais as unidades produtivas da agricultura familiar do que os médios e grandes produtores rurais (<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,municipio-n-1-em-desmarte-troca-bovinos-por-cacau-imp-,849976>, acessado em 30/1/2017, às 11:31 h).

Outro fator a ser considerado é a demanda crescente de amêndoa de cacau pelo mercado nacional e internacional, ancorada em um cenário mundial no qual se prevê um déficit de cacau que pode chegar a 1 milhão de toneladas em 2020, ao mesmo tempo em que a produção nacional é ainda insuficiente para responder a esta demanda, pois o Brasil responde por somente 5% da produção mundial (www.sedap.gov.br, acessado em 30/1/2017, às 11:40 h).

Esta pujança da cadeia do cacau pode conter riscos, entre eles a conversão do cacau em monocultura, o que seria extremamente prejudicial aos agricultores familiares. Prejuízo que alcançaria um contingente expressivo de famílias, uma vez que São Felix do Xingu possui 2.300 produtores/as de cacau e deste total, estima-se que 86% são produtores com perfil da agricultura familiar (1.978 produtores/as) que trabalham tanto a produção direta ou na produção em parceria (Entrevista com o Sr. Luis Pinto, Diretor da DIAFAM/SEDAP, realizada em 8/9/2016). Desta forma, pensando em termos futuros, mas igualmente na realidade presente, faz-se necessário capturar os olhares e falas dos agricultores/as familiares acerca da cadeia de valor do cacau.

#### ***2.4.2. A cadeia do cacau: Vilas Taboca, Tancredo, Santa Rosa e Assentamento Pombal em São Felix do Xingu (PA)***

Os dados informados nesta seção foram coletados no Encontro Cadeia de Valor Sustentável do Cacau em São Felix do Xingu, realizada no município nos dias 5 e 6 de outubro de 2016, com a participação de 19 pessoas, representando os seguintes órgãos públicos e organizações da sociedade civil: Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (CAMPPAX), Produtores da Vila Santa Rosa, Produtores do Distrito Nereu, Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de São Felix do Xingu (SEMAGRI), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), Cooperativa de Reflorestamento e Bionergia da Amazônia (COOPERCAU), Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (ADAFAX), Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLORBio).

*Relevância da cadeia do cacau*

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Segundo os participantes, essa é uma cadeia significativa para o município, sendo considerada a segunda maior produção local, cumprindo um papel importante na superação do passivo ambiental em São Felix do Xingu. Seu crescimento é sinal do quanto ela tem potencial e retorno econômico para os produtores, unindo recuperação ambiental e geração de renda.

A “entrada” de agricultores familiares na cadeia do cacau tem contribuído na construção de alternativas produtivas à pecuária – que tem forte relação com o desmatamento, não sendo uma alternativa antagônica, mas complementar. Isso tem mudado as práticas produtivas e até mesmo mudado as estratégias de vida (reprodução dos/as agricultores familiares), ao ponto que há relatos de que alguns têm deixado de lado a pecuarização de suas propriedades, ou seja, tem sido ampliado o conjunto de agricultores familiares que substituem a pecuária como “carro-chefe” de sua propriedade.

Ainda que se tenha conseguido elaborar um mapa temático da cadeia com um bom grau de identificação de atores e relações, mas é preciso reconhecer que há uma situação a superar, que é o subregistro da produção de São Felix do Xingu. Segundo os participantes do Encontro, parte considerável da produção é deslocada para Tucumã – falou-se que 70% da produção é vendida em Tucumã e não em São Felix do Xingu - e o que é vendido no município, em sua maioria, é de forma clandestina.

Ao mesmo tempo não há informações atualizadas e confiáveis quanto à quantidade de produtores e quanto à efetiva produção de cacau no município, nem mesmo produzidos pela CEPLAC, que é um dos órgãos-chaves para a sistematização deste tipo de informação. Considerando a informação dos participantes no Encontro, a produção cacauera de São Felix saltaria, em 2015, de 2.600 t (dados do IBGE/PAM) para 4.420 t.

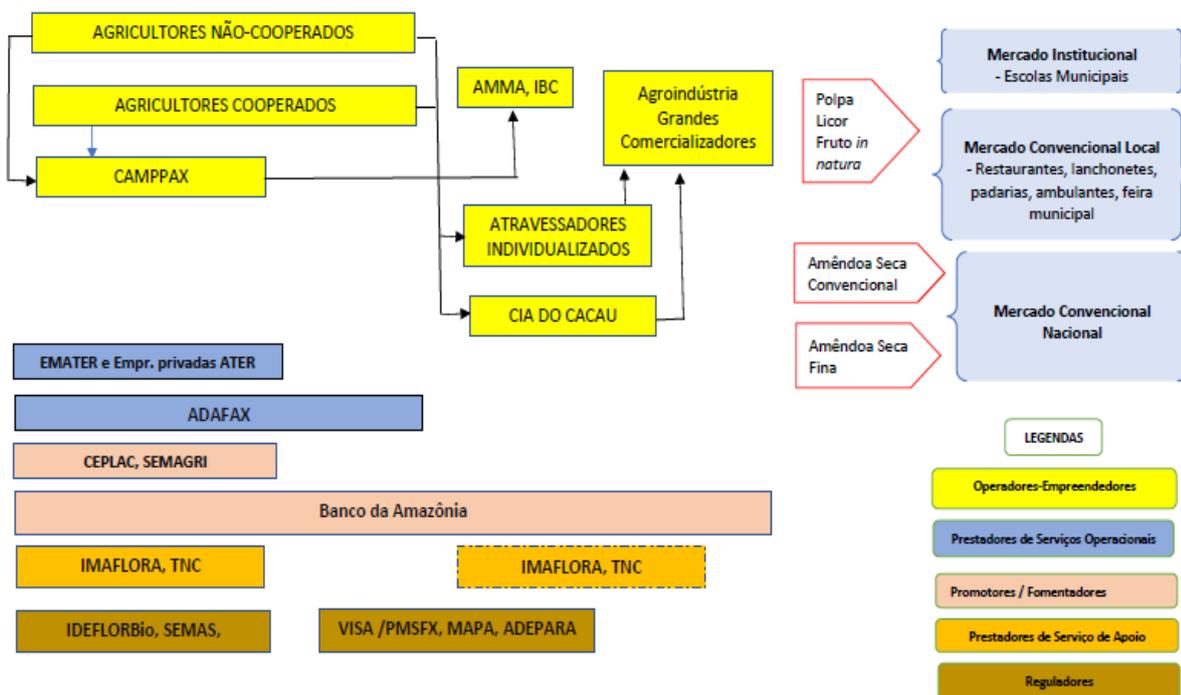
As discussões feitas por este conjunto de pessoas e instituições acerca da cadeia do cacau em São Felix do Xingu resultaram no mapa temático geral da mesma, conforme segue abaixo:

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Figura 4 - Mapa Temático da Cadeia do Cacau em São Felix do Xingu (PA)



#### *As relações e estratégias de produção, beneficiamento e comercialização*

Em São Felix do Xingu, o investimento e participação maior dos produtores é na produção de amêndoa convencional para o mercado externo, especialmente empresas beneficiadoras ou grandes comercializadores. Há intenções de ampliar a participação na produção de amêndoa fina, cuja experimentação de inserção no mercado já está sendo feita pela CAMPPAX, por meio de contratos com a AMMA Chocolate Orgânico e a Indústria Brasileira do Cacau (IBC).

Os subprodutos do cacau são produzidos em pequena escala e de forma artesanal, voltados para o mercado local e o consumo familiar. No município a comercialização destes subprodutos (polpa e licor) se dá por meio da rede de empreendimentos locais (restaurantes, lanchonetes, padarias, etc), pelo comércio ambulante e a feira municipal.

No caso da polpa, outra via de comercialização é o mercado institucional. Segundo os participantes do Encontro, há o fornecimento de polpa para a merenda escolar, mas não foram informados valores ou volume de vendas. Destaque-se que no ano de 2014 a compra total de merenda escolar pelo município ficou abaixo do definido em lei e alcançou o percentual de 25,41%, de um repasse total de R\$ 1.201.854,00, ou seja, foram adquiridos R\$ 305.432,65 em produtos da agricultura familiar, entre eles a polpa de cacau (<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acessado em 30/1/2017, às 15:17 h).

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Outra via dentro do mercado institucional é o PAA, porém as informações do banco de dados do PAA MDS-MDA indicam que a participação dos/as agricultores/as familiares do município tem sido baixa e inconstante nesta modalidade de comercialização ([http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/), acessado em 1/2/2017, às 09: 35 h). No caso da execução do PAA MDS-MDA, ao se analisar a participação total de agricultores no período de 2011 a 2015 só houve agricultores de São Felix do Xingu em 2011 (1 agricultor) e 2012 (48 agricultores/as), sendo que não se contabiliza o ano de 2013, pois não houve compra de polpa de cacau.

Devido os dados não estarem desagregados, não se pode aferir exatamente o volume de comercialização de polpa de cacau nesta modalidade de execução do PAA, ainda que se tenha a informação de que o produto foi comercializado no estado do Pará com um volume de 13.530 Kg em 2011, 11.559 Kg em 2012 e 4.800 Kg em 2014, envolvendo um total de recursos da ordem de R\$ 119.903,00 nos três anos, o que significou uma participação média de 10% em relação ao total de recursos destinados e ao volume de polpa de cacau comercializada no período.

Ainda que se tenham estes “nós” nos processos de comercialização, os participantes do Encontro afirmaram que é uma cadeia que envolve toda a família e especialmente a mulher. Hoje em dia, nas etapas da cadeia, especialmente na produção dentro da unidade produtiva familiar e na elaboração de subprodutos artesanais há uma grande participação das mulheres, gerando renda para elas, uma situação muito diferente da cadeia mais forte que tem no município, que é a pecuária de corte.

#### *As relações entre os principais operadores-empresendedores*

O mapa temático mostra uma cadeia com uma estruturação já bem consolidada, mas onde há uma baixa participação de formas organizativas institucionalizadas dos operadores-empresendedores (associações ou cooperativas), assim os atravessadores emergem com grande protagonismo na mesma, por serem fundamentais na garantia de compra da produção com maior grau de liquidez – ainda que com preços inferiores aos que os produtores consideram justo.

Evidenciou-se uma relação diferenciada dos produtores com os atravessadores e com a Companhia do Cacau (empresa local de comercialização de amêndoa seca convencional), baseada num alto grau de informalidade, pois não há contrato escrito, é uma relação de “boca”. Quem pagar mais é que leva a produção, pois não é um *compromisso futuro*, já que os pagamentos são feitos “na hora”.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



Outro protagonista relevante é a CAMPPAX que se coloca como contraponto neste cenário, buscando operar de forma diferenciada dos atravessadores. Neste sentido, a CAMPPAX vê os atravessadores e empresas de revenda, como a Companhia do Cacau, na condição de “concorrentes”. Isso ficou evidente nas “falas” dos seus representantes, assim como no fato de que não há relação entre CAMPPAX e atravessadores.

A CAMPPAX vem fazendo um esforço de integrar aqueles produtores que estão na cadeia do cacau, mas que não são cooperados. Para isso, atua no esclarecimento do que é a cooperativa e o trabalho cooperado, estimulando o produtor a se inserir na cooperativa, assim, a cooperativa faz a comercialização da produção, mas também estimula ao processo organizativo destes produtores. Com os cooperados busca garantir todos os direitos aos mesmos pela natureza dos vínculos que estes têm com a organização.

Para compensar sua baixa capacidade de pagamento imediato aos produtores de cacau, a CAMPPAX tem trabalhado com Agentes de Coleta, que são cooperados, com papel de liderança e referência nas regiões produtoras e que, neste caso, organizam a coleta na região, diminuindo a dificuldade de transporte rápido da produção para sede do município.

Outra estratégia da CAMPPAX tem sido estabelecer relações mais fortes com as empresas compradoras por meio de um processo contínuo de diálogo, com apresentação de demandas, identificação de vantagens recíprocas e valer-se da prática de algumas empresas em institucionalizar suas relações por meio de contratos intermediados por organizações não governamentais. Essa estratégia resultou em 2014 na firmação de um contrato com a IBC no valor de Hum milhão de reais, referente à comercialização de 150 toneladas de amêndoas secas finas (<http://noticias.r7.com/dino/tecnologia-e-ciencia/cacau-da-amazonia-abastecera-industria-de-chocolates-finos-25062014>, acessado em 30/1/2017, às 16:45 h; <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2014/06/17/cacau-sustent%C3%A1vel-avan%C3%A7a-em-s%C3%A3o-f%C3%A9lix-do-xingu>, acessado em 30/1/2017, às 17:03 h)

#### ***2.4.3. Desafios e alternativas para construção de cadeia de valor sustentável do cacau em São Felix do Xingu (PA)***

Estudos – como da ADAFAX-já demonstraram que realmente há uma grande eficiência econômica do cacau (geração de renda, tamanho de área *versus* uso de mão de obra familiar, etc). Mas além dessa dimensão econômica, tem que se considerar a eficiência ambiental do cacau:

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



baixo impacto na natureza, recuperação de áreas degradadas sem abrir novas áreas, ou seja, o cacau em SAFs como elemento de construção da sustentabilidade da propriedade do agricultor familiar, como demonstrado por recente estudo do IEB. E finalmente, é preciso destacar a eficiência social: aumento de renda, diversificação das práticas de relação com a terra, trabalho de organização social como as cooperativas, participação da família e da mulher especialmente.

Apesar dessa avaliação altamente positiva do cacau, se não forem garantidas condições objetivas para manter este crescimento quantitativo e qualitativo, pode haver uma reversão e em vez de manter um *crescendo* de sustentabilidade das práticas produtivas, se pode retornar a patamares de práticas com baixo nível de sustentabilidade.

As potencialidades socioambientais que a produção do cacau na modalidade de SAF apresenta à agricultura familiar em São Felix do Xingu podem ser refreadas ou catalisadas por gargalos e oportunidades. Estes dois aspectos da cadeia foram identificados pelos participantes, em cada um dos eixos de atuação necessários ao processo de construção do cacau como uma cadeia de valor sustentável no município, assim como foram apontadas ações que podem potencializar as oportunidades e superar os gargalos. Cada um destes eixos é apresentado abaixo:

Quadro 13 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo cooperação horizontal e vertical

<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alto custo do adubo e calcário, reforçado por compras individualizadas dos insumos pelos agricultores.</li> <li>- Os diálogos entre operadores-empresendedores são pontuais e voltados aos interesses de cada ator social.</li> <li>- Relações com maiores compradores da produção é focada no mercado externo/exportação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Algumas ONGs já fazem compras para grupos (compras coletivas).</li> <li>- Há ações iniciadas que mostram ser possível ampliar a cobertura de ATER (parceria SEMAGRI – Comissão Pastoral da Terra /CPT, por exemplo), assim como parcerias para capacitações técnicas já são realizadas.</li> <li>- Organizações Não Governamentais (ONGs) articulam novos mercados para produtores.</li> <li>- Interesse de empresas externas em apoiar o consumo local de chocolate.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar compras coletivas de insumos, intermediada pelas cooperativas ou associações, com apoio de projetos específicos para esta ação.</li> <li>- Gerar um espaço de planejamento estratégico que direcione as parcerias em ATER, fortalecendo a relação entre poder público e organizações da sociedade civil que atuam com</li> </ul>	

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



<b>EIXO COOPERAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<p>ATER e reforçando as parcerias que já existem dando-lhe um caráter mais formal e institucionalizado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver ações de sensibilização e conscientização para a necessidade da capacitação como investimento na unidade produtiva familiar.</li> <li>- Proporcionar canais de diálogo entre os operadores-empresendedores voltados para identificação de interesses comuns e estratégicos para o cacau e os produtores. Relativizar a visão de concorrentes entre si.</li> <li>- Que as ONGs que já atuam para a inserção da produção local no mercado externo, apoiem a realização de estudos de mercado voltado tanto para o âmbito local, quanto externo.</li> <li>- Estimular o poder público municipal à busca, junto com o Estado, de parcerias para a instalação de empresas de transformação com o apoio das organizações, em vista de oferecer subprodutos de chocolate para consumo local.</li> <li>- Pautar as empresas compradoras para serem parceiras na instalação de infraestrutura para a produção de chocolate no município.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Cacau em São Felix do Xingu (PA), realizado pelo IEB.

Quadro 14 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo serviços financeiros e não-financeiros

<b>EIXO SERVIÇOS FINANCEIROS E NÃO-FINANCEIROS</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concentração/Exclusividade de elaboração dos projetos para cacau pela CEPLAC, aliado à baixa capacidade do órgão para responder as demandas de elaboração de projetos.</li> <li>- Baixa cobertura de Assistência Técnica e Extensão – ATER.</li> <li>- Ausência de pesquisa específica sobre a produção no município.</li> <li>- Baixo uso de tecnologias nos processos produtivos.</li> <li>- Poucas iniciativas de órgãos públicos em disseminação de tecnologias.</li> <li>- Dificuldades organizacionais para acessar volume de recursos suficientes para capital de giro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política institucional da CEPLAC a favor da desconcentração de elaboração de projetos.</li> <li>- Parcerias com as ONGs tem ampliado a cobertura de ATER.</li> <li>- Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaucultura do Pará (PRODECACAU) pode estimular a criação do Polo Cacaueiro do Alto Xingu.</li> </ul>
<p><b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular quadros técnicos para responder à demanda de projetos, em parceria com outras entidades.</li> <li>- Estimular a ampliação de grupos experimentais de agricultores/as.</li> </ul>	

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



- Parcerias com órgãos públicos para incentivar a disseminação e utilização de tecnologias em campo.
- Articular empresas que possam, na negociação com as associações ou cooperativa, adiantar pagamentos dos negócios realizados.
- Que as ações ou projetos a serem elaborados considerem no seu orçamento o aporte de recursos para capital de giro.

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Cacau em São Felix do Xingu (PA), realizado pelo IEB.

Quadro 15 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo padrões ambientais e sociais de qualidade

<b>EIXO PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E DE QUALIDADE</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
- Propriedades têm dificuldades para se adequarem às exigências de certificação.	- Há um grupo de produtores organizados na CAMPPAX dispostos à internalizar boas práticas e serem certificados.
<b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar eventos para a divulgação de resultados das experiências existentes (dias de campo, seminários, oficinas, folder, publicações)</li> <li>- Fomentar novas experiências de certificação por meio de apoio que possibilite insumos e ATER.</li> <li>- Promover diálogo (articular) com agentes financeiros para viabilizar crédito voltado para a agroecologia e outras ações que reforcem a adequação da propriedade.</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Cacau em São Felix do Xingu (PA), realizado pelo IEB.

Quadro 16 - Gargalos, oportunidades e sugestões de ação em relação à cadeia do cacau no eixo institucional e regulações

<b>EIXO INSTITUCIONAL E REGULAÇÕES</b>	
<b>GARGALOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
- Resistência de muitos produtores em adotar boas práticas para adequação sanitária e normas brasileiras sobre o cacau	- Compra garantida para o cacau que consegue cumprir as normatizações produtivas
<b>SUGESTÕES DE AÇÃO:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação dos/as agricultores/as voltados às boas práticas produtivas e às exigências normativas da produção cacauzeira (por exemplo: cursos sobre fermentação e sobre a norma brasileira do cacau) e das organizações dos/as agricultores/as (por exemplo na área de gestão)</li> <li>- Apoiar pequenos investimentos para a melhoria dos processos (construção de cochos, construção de estufas para secagem).</li> </ul>	

Fonte: Relatório do Encontro CdVS Cacau em São Felix do Xingu (PA), realizado pelo IEB.

**PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



### 3. UMA PROPOSIÇÃO DE ATUAÇÃO DO IEB EM CADEIAS DE VALOR SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Partindo da premissa de pensar a sociedade e suas relações de forma complexa, a qual se mostra não só como válida, mas necessária à compreensão das atividades econômicas dinamizadas sob a perspectiva da agricultura familiar e do agroextrativismo, esta seção é dedicada à formulação de um desenho de atuação junto a este público, conforme os indicadores de realidade levantados no processo do projeto FORCAV. A noção de desenho é que mais se aproxima de uma concepção que não seja apriorística, mas se pautar por processos onde o que se denomina de realidade seja uma construção ativa do sujeito na sua experiência cotidiana compartilhada com outra pessoa (DINIZ, 2008). Neste sentido, as considerações a seguir foram agrupadas pelas especificidades de cada cadeia, o que levou a unificar em um único tópico a castanha do Brasil e o açaí, distintas do cacau e da madeira. Sendo que na cadeia da madeira se avança para proposição de uma estratégia de atuação específica, em função do acúmulo de atuação institucional na mesma.

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CADEIA DA CASTANHA DO BRASIL E DO AÇAÍ.

##### 3.1.1. O desafio da organização social dos extrativistas

O cenário apontado é de dispersão, pois os operadores-empresendedores institucionais – no caso as cooperativas e organizações de extrativistas – pouco dialogam entre si, sendo este um grande desafio no conjunto das relações estabelecidas em vista da inserção cada vez mais qualificada no mercado e do fortalecimento destas organizações. Assim, o conjunto das organizações evidenciou ter produção, mas há uma baixa ou praticamente nenhuma relação estabelecida entre si como operadores-empresendedores. Ou seja, as organizações não estão articuladas e atuam de forma isolada.

Importante destacar que esta baixa articulação entre as organizações já havia sido constatada em pesquisa de campo que teve como foco a avaliação de projetos de desenvolvimento local a partir da cadeia da castanha do Brasil no Amapá (DINIZ, 2008). Obviamente que as saídas indicadas vão na lógica de favorecer processos de articulação e maior interação entre as organizações dos extrativistas (IEB, 2016: 30):

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Uma saída é reforçar diálogos entre os produtores extrativistas discutindo preços, contratos com garantia de compra a preços melhores, organizando-se para emitir nota fiscal e ter um produto saudável. Se houver esse diálogo e 30% dos extrativistas entender que “a coisa funciona”, então se diminuirá a força dos atravessadores.

Tais processos devem integrar duas dimensões: fortalecimento de mecanismos de comercialização – como a dinamização de constituição de uma central – e investimento em formação e capacitação técnico-tecnológica e organizacional, que podem ser viabilizados por um processo de incubação. Importante destacar como os participantes conectaram a proposta de implantação de infraestrutura produtiva com o fortalecimento organizacional e construção do conhecimento. Por isso, a implantação de agroindústria precisa demonstrar que é viável, é preciso fazer estudos que mostrem que ela pode realmente trazer benefícios e não se tornar um “peso a mais” para as organizações. Por exemplo, quando funciona por longos períodos abaixo de sua capacidade de processamento, ou seja, se tornar um “elefante branco”.

Resumidamente, os gargalos apresentados expressam o baixo nível de organização e articulação dos extrativistas, um tema que irá se repetir nos demais quadros de gargalos. Emerge então a necessidade de construção de uma estratégia de comercialização unificadora que parta de processos de fortalecimento das organizações e de constituição de mecanismos coletivos de inserção no mercado ou até mesmo de instrumento organizacionais para isso (cooperativa ou central de comercialização, por exemplo), mas para essa dinâmica coletiva há necessidade igualmente de investimento em formação que possibilite superar de posturas de desconfiança entre as organizações, assim como internalizar práticas coletivas de comercialização que possam relativizar ou problematizar a visão de que as práticas individualizadas são a única forma de atuação no mercado convencional.

No caso de Portel uma questão se destaca quanto à dinâmica organizativa: há um conjunto relevante de associações, mas este parece não ser o modelo mais adequado para a dinamização dos processos produtivos nas comunidades. Ao mesmo tempo, não se tem buscado outros modelos ou formatos, até porque há um certo preconceito com a “organização para a produção/comercialização” por meio de cooperativas, por exemplo.

### ***3.1.2. A relevância dos atravessadores***

Este tópico atinge uma questão sensível na cadeia da castanha do Brasil e do açaí, que é a relação dos extrativistas com os atravessadores por meio do “adiantamento”, que é a venda

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



antecipada da produção para o atravessador: o extrativista recebe dinheiro para fazer os serviços preparatórios e a coleta, com o compromisso de entregar a produção pelo valor acordado com o atravessador, não importando se no momento da entrega o valor do produto no mercado esteja acima do que foi anteriormente acordado entre ambos. Este “adiantamento” pode ser em espécie e em objetos necessários ao trabalho ou relacionado a outras situações que o extrativista esteja vivendo (a televisão que está danificada, o remédio que está precisando, a pensão alimentícia que não foi paga, etc).

Ainda que haja especificidades do contexto atual – no século XIX não havia “adiantamento” em dinheiro -, mas trata-se da secular instituição do aviamento. Importante observar que o aviamento no contexto atual funciona como acesso ao financiamento de bens, serviços e produtos onde não há o alcance do sistema financeiro e do mercado formal de crédito (SANTOS, 2013: pg. 13), mas também como reforço de arranjos socioculturais complexos de confiança e legitimação entre atravessador e a família extrativista.

Neste sentido, ainda que os participantes do Encontro da Castanha do Brasil e do Açaí tenham reconhecido uma relação de subordinação e de controle do trabalho pelos atravessadores por meio do adiantamento/aviamento, as propostas não apontam para a supressão desta prática, mas para o fortalecimento de outras vias de acesso ao crédito que possam contrabalançar o adiantamento/aviamento. Estas passam pelo fortalecimento das relações de confiança entre os próprios extrativistas como grupo social e entre suas organizações (associações e cooperativas). Em termos pragmáticos essa proposição esbarra na capacidade de acumular recursos financeiros que possibilitem o custeio da safra, pois segundo relatos informais um atravessador de porte médio investe cerca de R\$ 300 mil por safra.

### ***3.1.3. O conhecimento como ferramenta organizacional e de mercado***

O foco das propostas apresentadas busca enfrentar uma séria lacuna em relação à produção e gestão do conhecimento pelas organizações dos extrativistas que atuam na cadeia da castanha do Brasil e do açaí, assim como daquelas instituições que de forma pontual ou sistemática, prestam apoio e assessoria a estes grupos, no sentido de que há uma ambiência de conhecimentos e práticas de melhoria dos padrões sociais, ambientais e de qualidade, mas que necessitam ganhar escala, por um processo mais intenso de disseminação das boas práticas e elaboração de referências técnicas e conceituais a partir das práticas das comunidades que atuam na coleta e comercialização.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



O trabalho de organização social deve ser a base de qualquer estratégia que considere a implantação de formatos organizativos institucionalizados – nos Encontros surgiram propostas de fomento à organização de cooperativas ou centrais de comercialização, ou seja, é necessário reforçar a base social dos extrativistas como elemento de sustentação à estrutura institucional.

Além da preocupação com a produtividade e com a qualidade, as organizações devem estar atentas às estratégias de comercialização, de maneira a ter alternativas – que não são antagônicas venda para os atravessadores, como é o caso do PAA, PNAE - e a relação comercial com empresas de beneficiamento, isso exige igualmente investimento em ações de assessoria e consultoria nestas temáticas.

### ***3.1.4. A ambiência intersetorial e as políticas públicas***

Neste último tópico é retomado o cenário de dispersão que se constatou na visualização geral da cadeia, porém agora inserindo o componente do poder público como também integrante deste cenário, o que demonstra uma baixa institucionalidade na constituição de espaços sociais e políticos que favoreçam o diálogo e a sinergia entre os diversos sujeitos que atuam na cadeia.

Isso é sinalizado, por exemplo, pelo fato de que na cadeia da castanha do Brasil, os participantes do Encontro não identificaram oportunidades quanto ao eixo Institucional-Regulação, significando que há um árduo caminho a percorrer, seja constituindo tais espaços ou revitalizando e ressignificando aqueles que já existem. No caso da cadeia da castanha do Brasil falou-se em criar uma Câmara Técnica do Extrativismo da Castanha vinculada ao FRAP ou fortalecer a Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do Amapá. No caso do açaí o quadro é mais complexo, porque se há tais espaços, os mesmos são “invisíveis” para os agentes da cadeia do açaí.

Nos relatos, além dos atravessadores (castanha do Brasil e açaí) e batedores (açaí), deu-se destaque à comercialização junto ao PAA e PNAE, como políticas que fortalecem uma estratégia de constituição de uma agenda de negócios amigáveis com a agricultura familiar e o agroextrativismo. Este acento demonstra que as organizações estão acessando estas políticas, porém demonstra também que a estratégia de acesso a relações de comercialização em um ambiente mais amigável aos extrativistas de açaí e castanha do Brasil tem se restringido ao mercado institucional e pouco tem se debruçado sobre o mercado convencional (no caso da cadeia do açaí foi citado apenas uma experiência de melhoria de relação com empresas beneficiadoras).

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



A atuação das organizações na dimensão produtiva não pode estar descolada da continuidade no trabalho de fortalecimento da atuação social das mesmas, ou seja, a sua capacidade de influenciar nas políticas públicas, senão as organizações podem ser “engolidas”. Trata-se então de investir nas questões produtivas e econômicas, mas contribuindo a que as comunidades e populações se organizem socialmente, em vista de que se coloquem sempre na “linha de frente” e não de forma subalterna.

## 3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CADEIA DO CACAU.

### 3.2.1. O desafio do investimento na cadeia.

As propostas apresentadas pelos agricultores indicaram o baixo grau de capitalização dos produtores da agricultura familiar e de suas organizações em relação à cadeia do cacau, mas ao mesmo tempo apontaram alternativas coletivas para a superação das dificuldades relacionadas aos custos de produção.

Outro gargalo fundamental é o capital de giro. O *tema* do capital de giro é evidenciado como um componente da capitalização do empreendimento individual ou coletivo dos agricultores/as. Desta forma, parece ser um grande desafio para uma intervenção no âmbito de fortalecimento das organizações produtivas familiares desta cadeia. Uma alternativa pode ser um investimento indireto da intervenção por meio da constituição de um fundo rotativo, onde há um investimento inicial voltado ao fortalecimento da produção e, com a venda desta produção, se constitua o capital de giro da organização. Porém este tipo de estratégia não se presta a grandes volumes financeiros e à períodos curtos de reembolso ao fundo, então há um certo limite deste tipo de iniciativa em relação à cadeia do cacau.

Outra alternativa pode ser a identificação de financiadores que tenham interesse em investir no negócio *cacau sustentável* a partir de uma perspectiva diferenciada, colocada para além do marketing social ou da filantropia, mas de investimento na composição do capital de giro dos empreendimentos, assim se trabalharia com o pressuposto de que estes investidores teriam “ganhos” sobre o capital investido e não com a lógica de aportes de recursos não reembolsáveis.

Porém, é baixo o nível de identificação de interesses comuns entre os operadores-empresendedores, que se materializa na visão restrita a concorrência. Assim, o estabelecimento de espaço público que consiga articular os pontos de convergência entre os diferentes interesses existentes na cadeia é um dos grandes desafios para atuação na mesma.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Um espaço deste caráter potencializaria a atuação de políticas públicas no fortalecimento da cadeia e para a inserção dos subprodutos no mercado ou até mesmo a criação de mercados para eles. Por exemplo, hoje o PNAE já adquire a polpa do cacau, mas se poderia trabalhar para a aquisição do chocolate caseiro ou do achocolatado, ampliando o aproveitamento do fruto, melhorando o padrão de alimentação da população local e equilibrando um pouco a relação com a produção para o mercado externo, que só visa a amêndoa (seca ou fina).

### ***3.2.2. A implantação de infraestrutura de beneficiamento: cuidados e precauções.***

Emergiram também propostas relacionadas à implantação de infraestrutura para a verticalização da produção de cacau no município. Neste sentido, há algumas questões de caráter social e econômico a serem consideradas. Se uma das finalidades de atuação na cadeia é o fortalecimento da unidade produtiva familiar e das organizações da agricultura familiar, então se deve ter os cuidados necessários quanto à instalação de unidades de transformação ligadas aos “grandes” do mercado do chocolate, para que não ocorra o fenômeno da integração, onde os agricultores familiares ficam reféns de grandes empresas. Assim, mostra-se estratégica a participação do poder público como um ator relevante no controle do poder econômico destas grandes empresas, na medida de evitar, por exemplo, que os preços sejam determinados pelas indústrias de transformação que venham a ser instaladas no município.

Por outro lado, a instalação de unidades de beneficiamento e transformação da matéria-prima em subprodutos do cacau como o achocolatado para o consumo local deve ser precedida de estudos que mostrem efetivamente sua viabilidade econômica, especialmente quanto ao potencial de aceitação frente a outras marcas reconhecidas mundialmente e que tem consumidores locais. Não é automático que a instalação deste tipo de unidade de beneficiamento seja diretamente relacionada à ampliação da inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado.

Ao mesmo tempo, há de se considerar como estratégia complementar a identificação de mercados diferenciados, voltados à consumidores de alto e médio poder aquisitivo, mas isso significaria pensar em produtos com maior valor agregado que possa vir a ser referência no mercado local e regional.

Finalmente, é preciso destacar, o aspecto da organização da produção como um componente estratégico no campo da cooperação vertical e horizontal, especialmente quando se tem sob o olhar gargalos relacionados à infraestrutura de armazenamento, transporte e escoamento que se mostram concretamente em São Felix do Xingu. Por exemplo, no período das chuvas na

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



região da Taboca, que chega a ficar isolada pelas cheias e águas da chuva ou o transporte precário para o Distrito Nereu, que é servido somente por um ônibus locado pela prefeitura para o transporte de pessoas e cargas. Em outras palavras, a minimização destes gargalos só será possível pela organização da produção de forma coletiva e associativa.

### 3.2.3. *Qualidade da produção e conhecimentos: diferenciais na cadeia.*

Ainda que não tenham expressado muitos gargalos em relação à produção, gestão e comunicação do conhecimento, mas o conjunto de propostas aponta para esta área como uma realidade ainda incipiente na cadeia e por isso mesmo uma demanda significativa a ser enfrentada num esforço colaborativo entre agricultores/as, suas organizações e formas associativas e as organizações de ensino e pesquisa.

Ao mesmo tempo, há disposição de um setor dos agricultores/as em se inserir na produção de amêndoas secas finas para o mercado nacional e internacional, porém para isso há necessidade de enfrentar um desafio significativo: a apropriação de boas práticas produtivas que vão desde a seleção, pois no geral os produtores colocam os diversos tipos de semente juntas para a comercialização (madura, verde, doente e sadia).

Neste caso, esta prática tem uma relação direta com a renda auferida com a comercialização do cacau. Hoje os preços são os seguintes: Semente não fermentada à R\$ 9,00 /Kg, Amêndoa seca convencional à R\$ 10,20 /Kg e Amêndoa seca fina à R\$ 13,00. Cada um destes tipos tem um conjunto determinado de práticas para garantir sua classificação, mas especialmente a fermentação. Muitas vezes num lote onde 80% é cacau bem preparado desde a quebra e seleção e 20% tem baixa qualidade, o agricultor opta por não separar cada tipo e assim, em vez de vender os 80% de cacau de qualidade a um preço maior, acaba vendendo os 100% de seu lote a um preço menor por não ter a prática de seleção mais apurada das amêndoas para a venda, pois para ele não vender estes 20% é perda, mas não considera que vender melhor os 80% seria um ganho.

Inovação no âmbito da agricultura familiar exige insumos e assistência técnica, não se trata de assistencialismo, mas de investimentos que possam dar o apoio para os/as agricultores/as construírem experiências exitosas de inovação em suas propriedades e nas suas organizações. Portanto, quando se fala de ações estruturantes numa intervenção realizada por organizações da sociedade civil a escala se dá no nível da unidade produtiva familiar ou da organização dos produtores e não em nível municipal ou regional, pois estes níveis comportam gargalos mais complexos e que exigem alto grau de investimento financeiro e institucional (água, energia

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



elétrica, estradas, etc), que cabem ao campo da execução das políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento.

Uma questão relacionada à certificação é a exigência de regularização fundiária, na medida em que esta é exigida como uma pré-condição daquela. Ainda que haja processos de certificação onde não se exija de primeira mão a regularização fundiária do lote, mas até sua finalização esta condição será exigida.

Ainda que as organizações sociais e de agricultores familiares não possa se arvorar a realizar a regularização fundiária, mas a questão deve ser considerada, reconhecendo os limites de atuação destas organizações, mas pensando formas de atuação quanto ao tema e à realidade que ele comporta, especialmente o fato de que a insegurança fundiária gera desmotivação dos agricultores/as em investirem em suas propriedades. Neste sentido, o foco pode ser na incidência políticas das organizações da sociedade civil sobre os órgãos públicos responsáveis por esta política pública.

### **3.4. CONSIDERAÇÕES E ESTRATÉGIA PARA ATUAÇÃO NA CADEIA DA MADEIRA.**

#### ***3.4.1 Consolidação do manejo florestal como alternativa econômica para as comunidades***

As florestas comunitárias têm ganhado importância para as iniciativas de fomento à atividade florestal dado seu potencial para o fornecimento de produtos para o abastecimento do mercado florestal do país. Para ilustrar, no caso madeireiro, estimativas do Imazon indicam que, no estado do Pará, o volume oriundo do Manejo Florestal Comunitário e Familiar – MFCF pode alcançar 1/3 de toda a madeira que chega aos pátios das serrarias. O volume ofertado pelas comunidades tende a crescer com a escassez de madeira legal na região, impulsionada pelo aumento do rigor nas ações de comando e controle, bem como pelas dificuldades atuais<sup>4</sup> em consolidar as concessões florestais em florestas públicas de produção.

Esse cenário coloca o manejo florestal comunitário e familiar em evidência na Amazônia brasileira. Nesse sentido, a tendência é de crescimento das áreas de manejo em florestas comunitárias. Basicamente, deverá ocorrer em Unidades de Conservação e em áreas de

---

<sup>4</sup> Disputas jurídicas sobre as áreas em que podem ocorrer a exploração florestal têm dificultado a operacionalização da LGFP. Até maio de 2011, a exploração florestal iniciou em apenas uma concessão federal (Flona Jamari).

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



assentamentos da reforma agrária. No caso de assentamentos da reforma agrária, esse processo de expansão tem acontecido mediante acordos empresas-comunidades. Estudos têm revelado que, além da assimetria característica nessas relações (Amaral Neto et. al, 2011), a participação dos agricultores e de suas organizações nos processos de gestão e implementação das atividades de manejo constituem alguns dos desafios a serem enfrentados pelas agências governamentais e de financiamento.

Já no caso das Unidades de Conservação, a viabilização dessas unidades (principalmente, do fortalecimento dos instrumentos de gestão) constitui grande desafio para a consolidação e expansão do manejo florestal comunitário. Ou seja, apesar de grande potencial para expansão, as condições apresentadas para a viabilidade do manejo florestal comunitário e familiar ainda são incipientes.

Como uma das razões para a pouca efetividade das ações de fortalecimento pode ser citada a precariedade na institucionalidade existente para promoção da atividade. Isso se dá pelo fato de o Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia brasileira ser uma prática recente, comparado a processos semelhantes ocorridos em outras regiões da América Latina. Os órgãos ainda têm pouca habilidade para refletir sobre as demandas das comunidades em suas formulações de promoção e apoio à atividade.

### ***3.4.2 Fortalecimento de Políticas Públicas***

O Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, coordenado pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, ainda não se consolidou e encontra-se centralizado nas discussões internas dos órgãos diretamente responsáveis por sua implementação (Serviço Florestal Brasileiro, pelo MMA, e INCRA, pelo MDA), distanciando-se das lições aprendidas, a exemplo do Projeto ProManejo.

Os esforços desses órgãos deveriam estar focados na delimitação de um marco regulatório adequado ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, respeitando suas especificidades (tipos de ecossistemas e arranjos sociais, técnicos, políticos e institucionais). Em vez disso, criam-se novas regulamentações que aumentam a complexidade dos processos de licenciamento para o manejo florestal.

Outra característica desfavorável na atuação dos órgãos governamentais é a pouca articulação existente, que dificulta as ações estruturantes de fomento ao manejo florestal comunitário e familiar, a exemplo do Programa de Promoção das Cadeias de Valor da

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Sociobiodiversidade, que deveria ser mais, ou totalmente articulado, com o Programa Federal de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. O mesmo deveria ocorrer no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre os programas de fomento, caso do PRONAF e as ações de ATER, incluindo fortemente a temática de manejo florestal e boas práticas concernentes aos produtos não madeireiros de interesse das comunidades atendidas.

Por outro lado, depois de um momento intenso de discussões entre o final dos anos de 1990 e início de 2000, a sociedade civil tem dado pouco aporte e subsídios para formulação e implementação de políticas públicas para o manejo florestal comunitário e familiar. Dentre os programas existentes, entende-se que a principal demanda seja a consolidação de um programa robusto de assistência técnica florestal especializada em manejo florestal com foco em florestas comunitárias.

Marcos regulatórios e instrumentos de gestão também necessitam de consolidação e é imprescindível uma agenda priorizada pelas instituições governamentais, como viabilizar de forma adequada o acesso e uso legal e institucionalizado das comunidades às florestas sob seus domínios. São destacados como principais: a regulamentação da modalidade de **concessões não onerosas** prevista na Lei de Gestão de Florestas Públicas; mecanismos legais para **concessão real de uso** nas áreas de uso das comunidades em Unidades de Conservação; elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos – PDAs e a regularização ambiental dos lotes como forma de obter licenciamento ambiental e oportunizar a aprovação dos planos de manejo pelos órgãos ambientais; e a elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação e criação dos conselhos consultivos, instrumentos necessários para efetivar os processos de concessões florestais.

Esses ingredientes são parte dos desafios de formulação de políticas e de diretrizes técnicas para a consolidação do manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira. Espera-se que estas reflexões e sugestões possam contribuir para as discussões de formulação e implementação de políticas públicas que fortaleçam o processo de manejo florestal comunitário e familiar na região, com base no uso sustentável das florestas comunitárias na região.

### ***3.4.3 A demanda por mão de obra especializada em manejo florestal comunitário no Pará***

A pesar da importância socioeconômica da atividade florestal no Pará, não existe um programa ou agência de extensão e assistência técnica florestal. Ainda que o Estado possua uma

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



Agência de Assistência Técnica Estadual (EMATER), este órgão não consegue atender as demandas de assistência técnica para o setor agrícola e pecuária. Além disso, suas ações na área florestal são quase inexistentes. Em importante diagnóstico realizado pela FAO sobre o perfil da assistência técnica no Estado, em 2005, constatou-se que para cada noventa e três técnicos que atuam na Emater somente um tinha experiência ou formação na área florestal. As principais causas apontadas para a ineficiência da EMATER estão a falta de recursos, falta de pessoal capacitado e dificuldade de acesso à informação. A demanda de assistência técnica até então, tem sido atendida pelo próprio setor privado ou por instituições não governamentais.

Além disso, a escassez de pessoal treinado e capacitado com experiência prática em manejo florestal tem sido apontada com uma barreira para a expansão em larga escala de manejo florestal no Estado do Pará. Por exemplo, no boom da certificação florestal na Amazônia no início dos anos 2000 as empresas intencionadas em manejar apresentaram dificuldades de encontrar profissionais com experiências. Essas empresas acabam contratando profissionais de outros centros como sul e sudeste do país ou disputando os profissionais mais capacitados entre si. A escassez de profissionais está relacionada a três fatores principais, tais como: i) a formação nas universidades e escolas florestais oferece poucas oportunidades de treinamento prático em manejo florestal, ii) número reduzido de iniciativas de bom manejo no setor florestal (95% da produção de madeira vem de exploração predatória – Schneider et al., 2000), limitando a oferta de treinamentos práticos - como e vivência a estudantes - nas universidades e escolas, e iii) oferta reduzida de capacitação e treinamentos práticos em manejo florestal para técnicos e operários do setor florestal.

Até recentemente, não havia no Estado cursos técnico-profissionalizantes na área de manejo florestal. Somente a partir de 1995 iniciou-se essa experiência, com cursos ofertados pelas escolas de nível médio, como a Juscelino Kubitschek, o Instituto Federal de Educação do Pará – Campus Castanhal e o Instituto Floresta Tropical (IFT)<sup>5</sup>. Por exemplo, em seus primeiros cinco anos de funcionamento, o IFT treinou cerca de mil pessoas, entre engenheiros, técnicos de nível médio, operários e técnicos do governo. Atualmente, estima-se que esse número cresceu três vezes, mas ainda é insuficiente para atender a demanda. Outras oportunidades de capacitação têm

---

<sup>5</sup> ONG que trabalha com capacitação em manejo florestal. Possui, em parceria com a Cikel (uma das primeiras empresas florestais que possuiu área certificada na Amazônia) um Centro de Treinamento em manejo florestal, localizado em Ulianópolis/PA.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



surgido fora do Estado como o Instituto Federal de Educação de Manaus e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Rondônia e Mato Grosso.

Mesmo com o aumento de oferta de treinamento, a escassez de pessoal treinado, a falta de serviços de extensão deverá continuar sendo uma barreira para a expansão de manejo florestal no Pará. Por exemplo, Barreto (2002) simulou três cenários de demanda e déficit de pessoal treinado para a produção de madeira em florestas manejadas. Na simulação de Barreto, faltariam cerca de 2.400 técnicos e operários e aproximadamente 15mil engenheiros com treinamento prático em manejo para a demanda potencial dos planos de manejo /protocolados no Ibama no ano de 2000. Atualmente, estima-se que essa demanda seja em torno de 10 mil pessoas.

Desta forma, é necessário efetivar um programa de assistência técnica que possa atender as demandas das indústrias, empresas e iniciativas de manejo florestal comunitário. Neste último caso, a escassez de oportunidade de treinamento é ainda maior, uma vez que os centros existentes no Estado não possuem capacitações práticas, adaptadas aos diferentes - e complexos – sistemas de manejo ao nível local. Além disso, as estruturas existentes entraram em seu limite operacional e inexistente uma estrutura alternativa para fortalecer a capacitação em manejo florestal, seja em escala empresarial ou comunitária.

No caso específico das iniciativas de manejo florestal comunitárias, estas têm demandado capacitações para questões que vão além de aspectos técnicos relacionados ao manejo florestal, incluindo dimensões organizacionais, políticas, culturais, etc.

#### ***3.4.4 O desafio da gestão de empreendimentos florestais***

Quando uma organização comunitária opta por implementar o manejo dos recursos florestais em seus territórios de forma sustentável, ela precisa se adequar ao conjunto de regras e normativas que estabelecem a padronização da alternativa produtiva. Para isso, precisam amadurecer enquanto empreendimento florestal e compreender todas as etapas necessárias para o bom andamento do “negócio”.

Nesse sentido, urge a necessidade de implementar ações de assessoria e acompanhamento junto aos empreendimentos comunitários de forma a consolidar expertises locais capaz de atuar no fortalecimento da cadeia florestal nas suas diferentes etapas.

#### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açai nos estados do Pará e Amapá.



## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Subsídios para as Operações de Castanha do Brasil no Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em [http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/pa/subsidios\\_para\\_operacoes\\_de\\_castanha\\_do\\_para](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/pa/subsidios_para_operacoes_de_castanha_do_para), acessado em 07/07/2016, às 15:36 h.

ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio. Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1998, 596 p.

AMARAL. P.; AMARAL NETO, M. Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina. Belém: IEB-IMAZON, 2005.

ANGELO, Humberto et Alli. Determinantes do preço da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) no mercado interno brasileiro. In Sci. For., Piracicaba, v. 41, n. 98, p. 195-203, jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO DO MICRO E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES-ASMIPPS. Carta Manifesto de 4 de agosto de 2016. sne.

BANCO DO BRASIL. Desenvolvimento Regional Sustentável: Fruticultura Açaí. 2010. sne.

CASTRO, Edna (org). Dossiê Amazônia. Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. V. 25. N. 64. Jan-Abr. 2012

CHECALA, Cláudia. Arranjo Produtivo Local nos Municípios de Macapá e Santana. 2005. sne. Disponível em [www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br), acessado em 28/6/2016, às 18:05 h.

CLARO, P.B.O. Direito de Propriedade, Atividades Econômicas e Contexto Institucional do Vale no Jari. Minas Gerais – 2007. 180 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras - UFLA, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2007.

CLAUDINO, Lívio Sérgio Dias et Alli. Desiguais desde a chegada, mas ainda distantes: a ampliação das desigualdades sociais numa área de fronteira na Amazônia brasileira. In Ennables, Año I, nº 1, Primavera 2014. Dossier. Pg. 83-98.

CNI, 2012. Cadeia produtiva de florestas nativas/Confederação Nacional da Indústria Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal. – Brasília: CNI/FÓRUM FLORESTAL, 2012.

DINIZ. J.D.A.S. Avaliação-construção de Projetos de Desenvolvimento Local a partir da Valorização os Produtos Florestais da Amazônia Brasileira: caso da castanha do Brasil. Brasília – 2008. 388 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília – UNB, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, 2008.

### PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



FREITAS, T.L.P. A Exploração da Castanha do Brasil na RESEX Rio Cajari. Macapá – 2013. 109 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, 2013.

GONÇALVES, Thiago Borges Lobato et All. Análise da cadeia produtiva do açaí: uma abordagem voltada ao estudo dos componentes de desempenho logístico. 2012. Disponível em [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012\\_TN\\_STP\\_157\\_915\\_20963.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STP_157_915_20963.pdf), acessado em 28/6/2016, às 09:47 h.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=1&p=VS&z=t&o=3>. 2012.

IEB. Diagnóstico do Tecido Sócio-institucional Existente no Município de São Félix do Xingú. 2010. sne.

INPE, 2010. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>, acessado em 28/6/2016, às 10:43 h

INPE, 2016. <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>, acessado em 28/6/2016, às 11:55 h.

IMAZON. Atravessadores de açaí (Euterpe oleracea, Mart): Os dois lados da moeda. Rüginitz, M. T.; Sills, E.; Bauch S. C. . -- 1. ed.2007.

JOSA, Ignácio Oliota; SILVA, Fabiano Lopes da; DURIGAN, Carlos Cesar. Agroextrativismo sustentável no “Rio da fome”: quebrando paradigmas produtivos na bacia do rio Negro. In Inc. Soc., Brasília, DF, v. 6 n. 2, p.20-25, jan./jun. 2013.

NÓBREGA, Janiny A. da; LIMA, Enac P. de; NETO, José Dantas. Diagnóstico de Produtores de Açaí In Natura, de Municípios do Amapá. In Revista Educação Agrícola Superior. v.26, n.2, p.83-87, 2011.

Pinto, A., Amaral, P., Amaral M. 2011. Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010. IMAZON; IEB; GIZ;SFB. Belém. 84 p.

PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES. Relatório de Indicadores Municipais de São Félix do Xingú. 2012. Disponível em [www.statusmunicipal.org](http://www.statusmunicipal.org), acessado em 28/6/2016, às 21:45 h.

RODRIGUES. M.R.S. Descrição da cadeia produtiva do cacau no estado do Pará e a Inserção do Produto nos Mercados Nacional e Internacional. Belém – 2006. 125 p. Dissertação (Mestrado)– Universidade da Amazônia – UNAMA, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2006.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.



O LIBERAL. Alerta na Floresta, in Caderno Amazônia Viva, Dez. 2016, 1 Edição, nº 64, pg 33-41.

\_\_\_\_\_. Conjuntura mensal: Castanha do Brasil. Abril/2012. Disponível em [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16\\_10\\_24\\_14\\_12\\_45\\_conj\\_acai\\_setembro\\_2016\\_reconf.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_10_24_14_12_45_conj_acai_setembro_2016_reconf.pdf) , acessado em 07/7/2016, às 14:20 h.

CONAB. Conjuntura mensal: Açaí. Setembro/2016. Disponível em [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16\\_10\\_24\\_14\\_12\\_45\\_conj\\_acai\\_setembro\\_2016\\_reconf.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_10_24_14_12_45_conj_acai_setembro_2016_reconf.pdf), acessado em 28/6/2016, às 17:35 h.

### **PROJETO FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE VALOR NA AMAZÔNIA**

Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros,  
Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá.

